

**EDNÉIA FÁZIO**

**A POLÍTICA DE ENSINO DO EXÉRCITO BRASILEIRO NA  
NOVA REPÚBLICA: O PROJETO DE MODERNIZAÇÃO  
(1985-2000)**

**FRANCA  
2008**

Fázio, Ednéia

A política de ensino do exército brasileiro na Nova República : o projeto de modernização (1985-2000) / Ednéia Fázio.

–Franca : UNESP, 2008

Tese – Doutorado – História – Faculdade de História, Direito e Serviço Social – UNESP.

1. Educação militar – História – Brasil. 2. Ensino militar - Modernização. 3. Política educacional – Exército.

CDD – 355.00981

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA**  
**FACULDADE DE HISTÓRIA, DIREITO E SERVIÇO SOCIAL**

**A POLÍTICA DE ENSINO DO EXÉRCITO BRASILEIRO NA  
NOVA REPÚBLICA: O PROJETO DE MODERNIZAÇÃO  
(1985-2000)**

EDNÉIA FÁZIO

Tese apresentada como condição para obtenção do título de Doutor em História e Cultura Política, sob a orientação da Profa. Dra. Suzeley Kalil Mathias.

**FRANCA**  
**2008**

**EDNÉIA FÁZIO**

**A POLÍTICA DE ENSINO DO EXÉRCITO BRASILEIRO NA  
NOVA REPÚBLICA: O PROJETO DE MODERNIZAÇÃO  
(1985-2000)**

Este exemplar corresponde à versão final da tese julgada pela seguinte  
Comissão em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_\_.

**Banca Examinadora:**

Profa. Dra. Suzeley Kalil Mathias

Prof. Dr.

Prof. Dr.

Prof. Dr.

Prof. Dr.

**Suplentes:**

Prof. Dr.

Prof. Dr.

**FRANCA  
2008**

## **Agradecimentos**

Nessa longa caminhada que fiz durante os quatro anos de doutorado, não estive só em nenhum momento, portanto necessito e quero agradecer a todos que sempre me apoiaram e colaboraram para o desfecho de mais uma etapa na minha carreira acadêmica.

Sei que essa tarefa é árdua e muitas vezes ingrata, pois não conseguiria em poucas páginas agradecer a todos os amigos, em especial, a Suzeley que foi e é mais do que uma simples orientadora será para sempre minha melhor amiga e que, como ninguém consegue me entender e me aceitar como sou. Aos amigos do GEDES, entre eles o Héctor que desde o mestrado acompanhou minha trajetória e sempre propiciou oportunidades para discutir o tema da pesquisa com os outros membros do grupo o meu muito obrigada, jamais esquecerei o nosso bate-papo nos corredores da universidade tão importantes para a trajetória de toda a minha vida.

E o Samuel? A ele não tenho palavras e nem gestos para dizer ou expressar a minha sincera gratidão, apenas gostaria de um dia retribuir um pouco do muito que fez por mim, sei que tenho um verdadeiro amigo e não apenas um professor.

Agradeço também ao Paulo Kulhmann que sempre resolveu grande parte dos meus problemas com a pesquisa, possibilitando acesso a maioria dos documentos que utilizei sem esquecer também da nossa amizade que foi aumentado ao longo desses anos e da felicidade que sinto por ter você mais perto de nós.

A dívida que tenho com todas essas pessoas é imensa, mas, ainda ficou faltando, os amigos da Faculdade, entre eles o Raimundo, o Paulo Sérgio a Érica, a Maria Cecília e tantos outros com quem tive o privilégio de conviver e trocar muitas idéias, não só da vida acadêmica, mas principalmente da pessoal. Quanto aos funcionários, principalmente da Biblioteca e da pós-graduação, como o Márcio, a Enide, a Luzinete, Maísa e a Gigi, só tenho lembranças agradáveis e uma grande consideração por todos vocês.

Devo muito do que sou e do que faço aos meus pais, Joel e Suely que me proporcionaram esta oportunidade e suportaram todos os meus erros, o meu distanciamento familiar e principalmente o mau humor sempre presente no meu dia-dia e, também aos meus irmãos, Agnaldo, Mariluce, Mariza e Ednilson por estar

sempre ao meu lado me apoiando e incentivando a continuar esse trabalho. A todos a minha mais sincera gratidão e amor, em especial a meu irmão Nivaldo que infelizmente não está presente para participar desse momento importante da minha vida profissional.

Para a pessoa mais importante da minha vida, Reginaldo que jamais deixou com que eu desistisse e sempre esteve e está presente em todos os momentos da nossa vida quero dedicar esse trabalho.

Mas, devo lembrar que tudo foi possível graças ao apoio financeiro da CAPES que patrocinou toda essa jornada.

## RESUMO

O propósito deste trabalho é analisar a política de ensino do Exército após o processo de democratização no Brasil. Enfocamos a política de ensino do Exército, por ser responsável pela formação dos militares e o principal caminho para se introduzir as modificações na instituição. Já o interesse pelo Exército é por causa da maior participação política na história brasileira em detrimento da participação mais técnica e insular das Forças irmãs e pela falta grave de trabalhos sobre esta instituição e a educação castrense. A importância que se dá neste trabalho para o fim da ditadura militar, reside no fato de que, acreditamos ser esta passagem e a maneira como foi processada, uma das principais causas, responsáveis pela reformulação designada de reforma militar ou reestruturação, visando uma nova orientação para o ensino militar que forma os quadros profissionais e uma identidade própria diferenciando os militares dos civis. O período de análise abrange os anos de 1985-2000, o qual corresponde respectivamente ao fim do governo militar e a Lei do Ensino do Exército N° 9786, de 08 de fevereiro de 1999, atualmente o instrumento regulador da Política de Ensino militar. Tomou-se como objeto imediato de análise o Projeto de Modernização de Ensino do Exército que passou a vigorar em 1996, tendo como objetivo a reformulação da legislação básica, a revisão da metodologia para elaboração e revisão de currículos, a reformulação do sistema de avaliação e a revisão de perfis, além da Lei do Ensino do Exército de N° 9786, de 08 de fevereiro de 1999 que fundamenta os princípios que consolidam a Modernização do Ensino castrense, entre eles, a integração à Educação Nacional, e o Decreto N° 3.182, de 23 de setembro de 1999, que definiu a equivalência de estudos entre os cursos Universitários superiores do Exército com a educação superior nacional.

## ABSTRACT

The intention of this work is to analyze the politics of education of the Army the process of democratization in Brazil. We focus the politics of education of the Army, for to be responsible for the formation of the military and the main way to introduce the modifications in the institution. Already the interest for the Army is because of the biggest participation politics in Brazilian history in detriment of the participation more technique and to insular of the Forces sisters and for the serious lack of works on this institution and the military education. The importance that if of the one in this work for the end of the military dictatorship, inhabits in the fact of that, we believe to be this ticket and the way as she was processed, one of the main causes, responsible for the appointed reformularization of military reform or reorganization, aiming at a new orientation it military education that forms the professional pictures and a proper identity differentiating the military of the civilians. The period of analysis encloses the years of 1985-2000, which respectively corresponds to the end of the military government and the Law of Ensino of Army N ° 9786, of 08 of February of 1999, currently the regulating instrument of the Politics of military Education. The Project of Modernization of Education of the Army that started to invigorate in 1996, having as objective was overcome as immediate object of analysis the reformularization of the basic legislation, the revision of the methodology for elaboration and revision of resumes, the reformularization of the evaluation system and the revision of profiles, beyond the Law of Ensino of the Army of N ° 9786, of 08 of February of 1999 that it bases the principles that they consolidate the Modernization of military Ensino, between they, the integration the National Education, and Decree N ° 3,182, of 23 of September of 1999, that defined the equivalence of studies it enters the superior University courses of the Army with the national superior education.



## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>10</b>
<b>CAPÍTULO I - O PROCESSO DE TRANSIÇÃO DO GOVERNO MILITAR PARA O CIVIL</b>	<b>14</b>
1.1) As etapas da transição	20
1.1.1) O Governo Geisel: distensão	22
1.1.2) Governo Figueiredo: liberalização	28
1.2) Consolidação do Regime Democrático	33
1.2.1) Autonomia e Tutela Militar	40
1.2.2) Prerrogativas Militares	47
1.3) Profissionalismo Militar	51
<b>CAPÍTULO II – A INSTITUIÇÃO MILITAR: ALGUMAS PECULIARIDADES</b>	<b>58</b>
2.1) Estatuto dos Militares	63
2.1.1) Hierarquia Militar	67
2.1.2) Disciplina Militar	73
2.2) Honra Militar	79
<b>CAPÍTULO III – O ENSINO MILITAR: AMAN, EsAO e ECEME</b>	<b>82</b>
3.1) Fases do Ensino Militar	86
3.1.1) AMAN	87
3.1.2) EsAO	91

<b>3.1.3) ECEME</b>	<b>93</b>
<b>3.2) Sistema Educacional Militar – algumas considerações</b>	<b>94</b>
<b>3.2.1) Sistema Educacional Militar: didática e metodologia</b>	<b>97</b>
<b>3.2.2) Ensino Militar: Recursos Humanos</b>	<b>101</b>
<b>3.2.3) Infra-estrutura</b>	<b>103</b>
<b>CAPÍTULO IV – A MODERNIZAÇÃO DO EXÉRCITO BRASILEIRO NOS ANOS NOVENTA</b>	<b>105</b>
<b>4.1) Projeto de Modernização de Ensino do Exército Brasileiro</b>	<b>110</b>
<b>4.1.1) As ações no sistema de ensino</b>	<b>114</b>
<b>4.1.2) Diretrizes para a concretização dos Projetos</b>	<b>116</b>
<b>4.1.3) Mudanças na AMAN, EsAO e ECEME</b>	<b>118</b>
<b>4.1.4) Recursos Humanos e Infra-estrutura das escolas</b>	<b>120</b>
<b>4.2) Metodologia do ensino militar: “aprender a aprender”</b>	<b>122</b>
<b>4.2.1) Teoria versus Prática</b>	<b>124</b>
<b>4.2.2) Integração Curricular</b>	<b>126</b>
<b>CONCLUSÃO</b>	<b>130</b>
<b>BIBLIOGRAFIA</b>	<b>134</b>

## INTRODUÇÃO

A participação direta ou indireta dos militares, no processo político brasileiro sempre foi comum ao longo da história do Brasil, mas a relação entre Forças Armadas e sistema político envolve inúmeros atores e instituições e não somente a sociedade civil ou o Estado. Esse cenário não é exclusivo do regime militar e tal participação e suas diversas formas no regime civil são asseguradas pelas leis que permitem a intervenção das Forças Armadas e pelo fato da sociedade civil não se debruçar em temas taxados como exclusivos dos militares, tais como: defesa e segurança, ensino militar, relações internacionais, etc. O descaso da sociedade civil quanto à temática militar aliado as leis que asseguram as intervenções e o profissionalismo militar permite a presença política das Forças Armadas na Nova República além do monopólio referente a determinados temas.

Para intervir no regime civil os militares dispõem da tutela política exercida pela cúpula das Forças Armadas que garante a definição de interesses econômicos e sociais sob o pretexto de defender as instituições, a lei e a ordem. De todas as prerrogativas militares, iremos nos debruçar apenas na formação dos oficiais do Exército brasileiro, analisando a Política de Ensino adotada na Nova República, que rege todo o sistema educacional, responsável pela formação de seus quadros, pelo modo particular de vida, pelas tarefas quotidianas, as aspirações da carreira, a transmissão de valores a serem interiorizados pelos quadros superiores a fim de que se convertam em hábito e costume pelo oficial.

Conhecer a formação militar, não implica apenas em descrever o funcionamento de uma instituição verdadeiramente complexa na sua rigidez hierárquica, mas compreender o impacto das recentes transformações políticas sobre a missão do Exército brasileiro. Tais transformações são, por um lado, o fim da Guerra Fria e o afastamento paulatino dos militares da direção do Estado.

Diante do novo cenário mundial e do fim da ameaça bipolar uma questão foi formulada: Como deve estar preparado o comando castrense para enfrentar os novos desafios que se coloca para o Brasil?

Para responder essa questão, avaliamos como o Exército se prepara e forma seus formas, buscando compreender em que medida está-se formando um novo militar imbuído de uma visão de mundo condizente com o regime democrático e com as novas exigências de emprego da força no cenário internacional.

Assim, no remetemos à Política de Ensino do Exército enfatizando suas modificações na Nova República, denominada pelo Estado-Maior de modernização do Sistema de Ensino Militar, fruto da necessidade de preparar o oficial para as novas ameaças do século XXI, uma vez que com o avanço tecnológico há um elevado nível de especialização e o surgimento, no campo militar, de novas técnicas de comando e controle, novos armamentos e equipamentos, além das mudanças repentinas e constantes nos quadros político e econômico que contribui para deixar o ambiente de combate incerto e fragmentado e a ameaça difusa. Já a escola do período (1985-2000) deve-se a vários fatores, entre eles destacamos a transição e, a maneira como foi processada, do regime militar para o civil e as mudanças promovidas pelo novo regime e sua repercussão nas Forças Armadas, em particular no sistema de ensino militar que segundo o Estado Maior do Exército (EME)

O Ensino Militar obedecerá a um processo contínuo e progressivo, constantemente atualizado e aprimorado, de educação sistemática, que se estenderá através da sucessão de fases de estudos e práticas de exigências sempre crescentes, desde a iniciação até os padrões mais apurados de cultura profissional e geral<sup>1</sup>.

Uma das modificações na estrutura do ensino militar foi elaborada pelo Projeto de Modernização de Ensino do Exército Brasileiro que primeiramente avaliou todos os Estabelecimentos de Ensino (EE) e apontou os erros e acertos da política educacional para posteriormente definir os objetivos e estabelecer as diretrizes para os seguintes tópicos: reformulação da legislação básica; revisão da metodologia para elaboração e revisão de currículos; reformulação do sistema de avaliação e revisão de perfis.

Desse projeto surgiu a atual Política de ensino em 1999 que fundamenta os princípios responsáveis pela consolidação da Modernização, ou seja: profissionalização continuada e progressiva; avaliação integral; pluralismo pedagógico; titulações e graduações próprias ou equivalentes aos de outros sistemas de ensino civil; assimilação e prática dos deveres, valores e virtudes militares, etc.

O documento principal de análise será portanto, o Projeto de Modernização de Ensino, bem como a Diretriz para a Modernização, os inúmeros regulamentos e

---

<sup>1</sup> EME – Estado-Maior do Exército. Extrato da lei do Ensino Militar, 1ª Subchefia, dez., 1997.

leis que regem os trabalhos de modernização do ensino militar no período de 1985-2000,

Ao analisar esse período de quinze anos, visamos detectar a mudança do regime militar para o civil e suas implicações na política de ensino do Exército, especificamente, bem como identificar e enumerar as mudanças educacionais em três escolas militares, de nível superior: Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO) e Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME).

Embora o ensino militar ofereça os níveis – elementar, médio e superior, nossa pesquisa irá analisar apenas o ensino superior responsável pela habilitação destinada à ocupação de cargos militares e ao desempenho da função de oficiais e oficiais-generais, compreendendo três ciclos:

O primeiro é de responsabilidade da AMAN que ministra cursos de Formação destinados à habilitação para ocupação dos cargos militares privativos do oficial subalterno ou capitão previsto no Quadro de Organização (QO).

Já o segundo ciclo compreende os cursos de aperfeiçoamento oferecidos pelo EsAO, que visa a atualização de conhecimentos necessários à ocupação de cargos militares designados aos oficiais superiores.

O último refere-se aos cursos de Altos Estudos Militares oferecidos pela ECEME e destinados à habilitação para a ocupação de cargos militares privativos do Quadro de Estado-Maior da Ativa (QEMA) e do Quadro de Oficiais-Generais (inclusive engenheiros militares).

A importância de tais escolas reside no fato de que são responsáveis pela formação, aperfeiçoamento e reciclagem dos oficiais de carreira, pela ascensão hierárquica dos mesmos, o que significa que sem cursar tais escolas o oficial não chega ao topo da escala hierárquica, daí a relevância do ensino militar para os oficiais e conseqüentemente para o Exército. O que nos orienta a pesquisar tal tema é a concepção de inúmeras indagações relativas aos problemas atuais – como, por exemplo, a de definir a gênese do poder das Forças Armadas – que poderá ser melhor equacionada à luz de investigações que percorrem a formação do Exército brasileiro, particularmente o seu sistema de ensino.

Com a perspectiva adotada dividimos a Tese em quatro capítulos:

Para enfatizar melhor a autonomia que o Exército tem para gerir seu sistema de ensino, no primeiro capítulo fizemos um recuo histórico para compreender o

processo de distensão e as prerrogativas militares na Nova República, enquanto que no capítulo seguinte, abordamos todos os preceitos fundamentais para a formação de um militar, destacando os pilares de sustentação da instituição – a hierarquia e disciplina.

Já no terceiro capítulo adentramos profundamente no tema específico da pesquisa – ensino militar – pontuando a importância do ensino e as escolas do Exército – AMAN, EsAO e ECEME.

E, finalmente no último capítulo apresentamos o Projeto de Modernização de Ensino do Exército questionando tal conceito e analisando como era o sistema antes do projeto e após, concluindo que algumas teorias ainda não foram utilizadas pelas escolas, entre elas a integração dos currículos e a teoria didática do “aprender a aprender” o que nos leva a refletir sobre a validade de tal projeto bem como sua utilização e, principalmente constatar a total autonomia do Exército perante a formação de seus quadros.

## **CAPÍTULO I**

### **O PROCESSO DE TRANSIÇÃO DO GOVERNO MILITAR PARA O CIVIL**

A temática das relações civil-militar ainda é um tema muito pesquisado, principalmente na América Latina, em particular no Brasil, onde nos deparamos com um regime político civil recente e com uma transição democrática não consolidada<sup>2</sup> após vinte e um anos de governo ditatorial. Há uma vasta bibliografia enfatizando a consolidação democrática do regime político e muitos leigos acreditam piamente que vivem num país democrático, pois elegem os seus representantes, mas ter eleições livres não implica diretamente que o regime político seja democrático.

Para ter um regime democrático consolidado, necessitamos primeiramente de um Estado, uma vez que todos concordam que a democracia é um regime de governo do Estado, mas temos ainda cinco condições básicas, apontadas na obra de Linz e Stepan, imprescindíveis para uma real consolidação democrática, são elas: desenvolvimento de uma sociedade civil livre e ativa; uma sociedade política relativamente autônoma e valorizada; presença do estado de direito para assegurar as garantias legais relativas à liberdade dos cidadãos e à vida associativa independente; existência de uma burocracia estatal e uma sociedade econômica institucionalizada.

Além desses pontos há também a influência do antigo regime, do processo de transição adotado e dos atores uma vez que, nem sempre há pactos em termos teóricos e históricos; as intenções podem variar de democráticos a não-democráticos, ou seja, não é porque há um pacto que teremos a democratização de um Estado, muito pelo contrário, este pode impedir ou retardar a consolidação de um regime, e por último, os pactos não são permanentes, podem ser desfeitos a qualquer momento. Já os personagens centrais, de um governo não-democrático, podem ser divididos em quatro modalidades:

A primeira é a hierarquia militar – o corpo de oficiais considera-se como parte permanente do aparato estatal, e isso implica em uma ameaça constante ao futuro regime, mas enquanto instituição visa à estabilidade do Estado e com a implantação de um regime democrático, decide os problemas organizacionais internos e alheios aos seus domínios profissionais.

---

<sup>2</sup>Segundo Linz e Stepan, uma transição democrática está completa quando um grau suficiente de acordo foi alcançado quanto aos procedimentos políticos visando obter um governo eleito; quando um governo chega ao poder como resultado direto do voto popular livre; quando esse governo tem, *de fato* a autoridade de gerar novas políticas; e quando os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, criados pela nova democracia, não têm que, *de jure*, dividir o poder com outros organismos. Cf. LINZ, Juan J. & STEPAN, Alfred. *A transição e consolidação da democracia* – a experiência do sul da Europa e da América do Sul. São Paulo: Paz e Terra, 1999, pg. 21. grifos dos autores.



Uma das saídas adotadas pelos militares para se retirarem do governo e continuar ditando as regras na arena política do Estado é fortalecendo a liderança hierárquica, pois assim, a possibilidade de se sentirem forçados a deixar o regime não-democrático devido a contradições internas é mínima, por outro lado, quanto mais frágil estiverem os grupos civis que almejam o poder, maiores condições de negociação terão para impor as regras de retirada do governo e conservar prerrogativas ou estabelecer condições restritivas ao processo político que conduziu à consolidação democrática.

Para Linz e Stepan “mais do que qualquer outro dos três tipos de base organizacional encontrados em regimes não-democráticos, a hierarquia militar que possui a capacidade de impor, sobre o novo governo eleito, “reservas de domínio”, o que, por definição, limita a consolidação democrática”<sup>3</sup>.

A segunda modalidade são os militares não-hierarquizados que lideram um governo não-democrático. Se este governo tem dificuldades administrativas, principalmente, isso possibilita uma motivação maior para que os militares enquanto instituição restabeleça a hierarquia, organizando a retirada do poder. Já quando a liderança civil ou terceira modalidade mantém vínculos mais estreitos e arraigados com a sociedade, os militares podem se dispor mais facilmente a negociar pactos complexos visando o desfecho da sua administração governamental.

Por último, temos a quarta modalidade, denominada pelos autores como liderança *sultanística*, ou seja, a fusão do privado e do público e do civil e militar no mesmo regime de governo. Os governos *sultanísticos* criam uma “oportunidade” para a transição democrática que pode seguir inúmeros caminhos, pois quando a iniciativa do processo de abertura parte de uma revolta da sociedade civil que almeja o desfecho repentino do regime não-democrático, isso acarreta o estabelecimento de um governo provisório que pode tanto marcar rapidamente uma data para a realização de eleições livres, ou implementar mudanças fundamentais e adiar as eleições.

Mas, não podemos nos esquecer que o governo provisório é fruto do processo de transição estabelecido pelo próprio regime sucessor e que controla a transferência do governo podendo ter a característica de lealdade ou deslealdade aos preceitos democráticos. Um bom exemplo de deslealdade à democracia é

---

<sup>3</sup> Idem, Ibidem, pg. 90-91.

quando os militares deixam o poder e persistem em impor limites ao novo governo, nomeando correligionários do antigo regime em cargos-chave, conseguindo assim, manter muitas prerrogativas taxadas como não-democráticas.

A constituição também é dosadora do processo de transição e consolidação democrática, pois descreve as leis e medidas adotadas no novo regime configurando assim a característica básica do sistema governamental que fora adotado. A manutenção de uma Constituição, criada por um regime não-democrático, implica em assumir prerrogativas que impeça os processos de elaboração de emendas que conduzam à democracia, por exemplo, uma reduzida competitividade eleitoral, existência de poderes não-democráticos de jure, o uso de uma carta constitucional elaborada em circunstâncias altamente restritivas.

Outra opção é optar por mudanças constitucionais restaurando uma constituição democrática anterior ou, um processo constituinte livre e consensual para atender as necessidades do novo governo que prima pela democracia.

Assim, podemos facilmente visualizar que a transição da ditadura militar para o governo civil não segue uma regra única, por isso antes de conceituarmos o novo regime como democrático necessitamos detectar as medidas adotadas durante o processo de transição e responder a seguinte questão: Existe ou não situações em que os militares se mantêm fora da vida política?

Uma das primeiras medidas adotadas para responder tal indagação é detectar quem executou e qual o grau de controle sob a transição: se a elite predominante controla a transição, e esta é composta por civis, então os militares exercem papel secundário, ou seja, tem mais dificuldade para influenciar o processo e defender seus interesses, mas quando as Forças Armadas detêm as rédeas das negociações há a possibilidade dos militares impor seus interesses.

O segundo fator está relacionado com o caráter da elite que controla a transição – esta pode ser fruto de um processo gradual, presidido pelo governo autoritário, ou pode começar sem aviso, com o levantamento de massas ou de uma derrota militar, por exemplo.

Uma outra questão que merece destaque é o grau de unidade interna das Forças Armadas – uma organização hierárquica que tem como base a obediência e a disciplina. Não é necessário ser um conhecedor profundo do tema Forças Armadas para constatar a supervalorização atribuída as suas atuações passadas nas funções governamentais, já a unidade (instituição) se fortalece principalmente quando a

participação dos militares foi positiva, ou quando julgam que os interesses institucionais estão sendo prejudicados pela atuação das elites sucessoras.

Para se impor perante os dirigentes civis, os militares precisam de um projeto social que identifique as alternativas de transformação do regime em vigor e responda as aspirações civis, ou seja, necessitam de um consenso interno para formular um projeto político alternativo que agrade e convença os dirigentes civis. Mas, caso não obtenham o apoio interno, há uma debilitação das Forças Armadas, impedindo sua atuação política o que pode desembocar em uma fragmentação na instituição ao escolher o líder, dificultando sua ação.

Assim como para as Forças Armadas à unidade é importante, para as forças civis não é diferente, pois tanto os partidos políticos quanto as organizações civis necessitam de um acordo comum referente às instituições e as regras básicas do governo evitando possíveis ataques ou resistência dos militares. Já o apoio dos civis aos líderes do governo, assim como, a estrutura e políticas civis é um caminho para evitar a intervenção e reduzir o poder de negociação dos militares.

Por último, para afirmar a supremacia civil, principalmente com o desfecho do regime militar, os governantes necessitam formular a sua própria concepção de defesa nacional sem a intervenção dos militares. Cabe aos líderes civis detectar às possíveis ameaças à segurança nacional e os problemas derivados desta, assim, como definir os objetivos da defesa nacional; apresentar sua posição sobre a função e a missão destinadas às Forças Armadas e idéias concretas sobre a organização, a educação militar, as normas profissionais, etc.

O descaso aliado à falta de interesse e de uma política civil para este setor dá brechas às pretensões militares de autonomia corporativa contribuindo para a reconstrução do consenso interno nas Forças Armadas, seguindo os ideais profissionais coincidentes com as normas constitucionais formuladas pelos civis; os militares devem considerar competentes os líderes civis capazes de elaborar uma concepção e uma política de defesa nacional, impedindo assim, as possibilidades de resistência corporativa dos militares.

A falta de conhecimento e controle dos líderes civis perante as questões de defesa, segurança e subordinação do poder ditatorial ao poder civil durante o processo de transição, permite aos militares a sua interação com o sistema político e impede a afirmação da supremacia civil. Diante dessas premissas, não podemos analisar tal instituição, mesmo com um governo eleito pelo voto direto dos cidadãos,

como algo estranho ao mundo da política, mas devemos considerar a sua interação com o sistema político que pode sofrer abalos no processo de transição do regime autoritário para o civil democrático, principalmente quando detectamos a presença de militares em tal regime exercendo funções de civis ou quando, o papel destinado às Forças Armadas foi institucionalizado por uma profunda inserção política.

Portanto, a relação entre Forças Armadas e regime político envolve inúmeros atores e instituições e não somente a sociedade civil ou o Estado e isso, pode contribuir diretamente para o exercício da autonomia militar, “que compreende a capacidade de definir interesses, de antecipar-se em relação ao desenvolvimento de conjunturas e de tomar iniciativas políticas no âmbito do Estado e das lutas sociais”, ou então, a autonomia institucional que

“...diz respeito aos espaços próprios em que as instituições do Estado adotam procedimentos que tratam de questões administrativas internas ou mesmo quando atuam politicamente para a busca de seus interesses, desde que se limitando a assuntos que não ultrapassem o seu campo de atuação. É um campo da independência e exclusividade profissionais dos militares”.<sup>4</sup>

Segundo a autonomia adotada os projetos militares no regime civil democrático podem ser caracterizados como ofensivos ou defensivos<sup>5</sup>, mas necessitamos não só conhecer as características da organização militar, como também, o modelo político adotado para afirmarmos se houve a participação ou não dos militares em tal processo, pois os próprios conflitos gerados na vida política contribuem direta ou indiretamente para a interferência do aparelho militar no desdobramento do processo.

Como podemos constatar tudo depende de dois momentos quando abordamos o período de transição de um regime ditatorial para um democrático: primeiro, o processo adotado e utilizado durante a passagem do regime militar autoritário para o governo civil democrático e posteriormente, o regime civil democrático e seu mandato até a consolidação de fato da democracia, ou seja,

---

<sup>4</sup> Utilizamos o conceito de autonomia militar e institucional elaborado por Soares, pesquisador do tema. In: SOARES, Samuel A. *Forças Armadas e Sistema Político na Democracia*. São Paulo:USP/FFLCH, 2000, p. 07. (Tese de Doutorado)

<sup>5</sup> Os projetos são considerados ofensivos quando o propósito é ostensivamente político, na busca por limitar as prerrogativas do poder civil, fortalecendo a própria capacidade do aparelho militar de tomar decisões. Será defensivo – meta mais institucional – ao se constituir como meio para proteger o núcleo das funções profissionais dos militares contra a ingerência externa. In: Idem, *Ibidem*, pg. 08.

primeiramente precisamos analisar as modalidades do processo para depois detectarmos o grau de controle civil sobre as Forças Armadas. No nosso estudo, iremos nos debruçar apenas no caso brasileiro, pois diante de tantas especificidades seria impossível uma análise profunda de outros países que também tiveram um governo ditatorial e hoje almejam a consolidação democrática.

Sabemos que a presença constante das Forças Armadas no cenário político brasileiro se manifestou antes mesmo do período republicano e obteve o seu ponto máximo durante o regime militar como retrata a vasta literatura sobre tais momentos da nossa história. Essa análise consiste apenas no período do processo de distensão que teve início com o governo do General Ernesto Geisel em 1974, passando pela abertura política na presidência do General João Figueiredo em 1984, marcando o início de um governo civil com a presidência de José Sarney durante os anos de 1985-1990, após vinte e um anos de ditadura militar, e finalmente a consolidação democrática nos anos noventa e algumas das prerrogativas militares, em especial a autonomia para reger o ensino militar - tema central da pesquisa.

Portanto, nesse primeiro capítulo, passar-se-á em revista o processo de transição do regime militar brasileiro para o civil com ênfase para dois momentos peculiares do processo de distensão destacando ainda, o grau elevado de autonomia e a participação direta das Forças Armadas, especialmente do Exército brasileiro para definir os objetivos e escolher os meios que possibilitaram a implantação e efetivação do processo de distensão<sup>6</sup> política.

### **1.1) As etapas da transição**

Os estudos sobre o período de transição do governo militar para o civil democrático no Brasil abordam dois momentos: o primeiro consiste na passagem do regime autoritário ao governo democrático, enquanto que o segundo compreende a mudança do governo democrático até a consolidação do regime democrático, mas não podemos esquecer de mencionar que não há uma teoria pela qual podemos nos

---

<sup>6</sup>O termo distensão em Ciência Política normalmente aparece associado às análises das transições do regime autoritário. Neste caso, ainda que permaneça uma certa fluidez, fruto até do próprio fenômeno, distensão, que também é chamada de liberalização, descompressão ou abertura, é normalmente utilizada como sinônimo de transição. Cf: MATHIAS, Suzeley Kalil. *Distensão no Brasil: o projeto militar (1973-1979)*. Campinas, São Paulo: Papirus, 1995, p. 17.

pautar para tecer uma análise, pois as mudanças são rápidas e as ações políticas estão constantemente em movimento dificultando a construção de modelos explicativos identificando apenas os atores centrais ou seus objetivos, embora nos deparamos com muitos autores que buscam construir tais modelos.

O risco de simplificação excessiva é visível em tais estudos, bem como a negligência ao descrever a história política-institucional do Brasil, a falta de dados contextuais da transição e a supervalorização atribuída à racionalidade dos atores políticos leva os estudiosos a formular receitas visando orientar o comportamento dos atores políticos e a construção de instituições supostamente mais adequadas para os processos de transição e consolidação da democracia. Um bom exemplo foi o intenso debate acadêmico sobre a forma de governo mais adequada para consolidar as novas democracias na América Latina, nos anos setenta e oitenta, resultando em um conjunto de prescrições ou formulas que os atores políticos deveriam se basear.

Tais análises não abordam o fato de que a racionalidade dos atores é limitada, principalmente quando estamos tratando dos processos de transição, nos quais as regras do jogo político esta em constante modificação e, tanto os atores políticos como os indivíduos são influenciados por ideologias, valores e motivações simbólicas, e não apenas por interesses, identificados racionalmente.

Diante do exposto acima, não podemos deixar de mencionar que a legitimidade ocupa lugar central na estabilidade do regime democrático e um empecilho para o exercício do poder autoritário, daí centrar o foco analítico apenas nas ações dos atores políticos pode redundar numa tendência finalista das tentativas de reconstrução do passado, portanto, buscaremos compreender e avaliar as escolhas e ações dos atores e como as viveram no momento de sua realização, bem como a ligação entre a estrutura econômica, social, a política pré-existente e a estratégia dos atores políticos que permite arranjos institucionais e comportamentais e as possibilidades de uma consolidação democrática.

Assim, as escolhas e decisões realizadas anteriormente ganham destaque no resultado final do processo de transição contribuindo nas etapas posteriores, permitindo o êxito ou não do processo e pode ainda reforçar as escolhas e ações dos atores políticos em uma determinada conjuntura.

No caso do Brasil, por exemplo, foi a permanência dos membros das Forças Armadas no cenário político e o alto poder de decisão que exerceram durante todo o

processo de distensão e no regime civil democrático. Sabemos que o poder militar brasileiro atuou diretamente no cenário político de seu país entre os anos de 1964-1985 (21 anos de ditadura), e a vasta bibliografia nos informa que não há um marco definido para o início do processo de distensão e sim um consenso em torno das eleições de 1974 e a posse do General Ernesto Geisel como presidente da República que teve como principal assessor político, General Golbery do Couto e Silva e, a abertura política durante o governo do General João Figueiredo em (1980-1985) enquanto que, um terceiro momento é marcado pela eleição de Tancredo Neves e o seu desfecho se deu com o governo civil de José Sarney (1985-1990)<sup>7</sup>.

### 1.1.1) O governo Geisel: distensão

O processo de distensão, no Brasil, é comumente taxado como uma abertura por contenção, de forma lenta, gradual, segura, planejada e executada pelos militares – castelistas - e membros da elite civil que visavam a sua sobrevivência política e ampla participação no governo civil após a abertura e o objetivo principal segundo Mathias “descomprometer os militares com a repressão, e sua meta final – aceita pela maioria da elite – era o estabelecimento de uma ‘democracia tutelar’ ou ‘dictablanda’”<sup>8</sup>, ou seja, uma transição negociada entre as elites autoritárias que detém o controle do processo e a elite civil que visava preceitos e interesses democráticos.

Essa busca pela descompressão tem como fator agravante o aumento da autonomia do aparelho repressor do Estado, pois tanto o Sistema Nacional de Informações (SNI)<sup>9</sup> como o Centro de Operações de Defesa Interna (CODI) e o

---

<sup>7</sup>O processo de transição, no caso brasileiro, é dividido pela maioria dos autores em duas etapas: a primeira denominada distensão que engloba o governo Geisel e a segunda seria a abertura durante o governo Figueiredo que enfrentou várias dificuldades para conduzir o processo político. Neste trabalho iremos adotar essa divisão e complementar com um terceiro momento marcado pelo governo civil de José Sarney (1985-1990).

<sup>8</sup>Idem, *Ibidem*, p. 39.

<sup>9</sup>O SNI fora criado em 1964, nos primeiros meses da ditadura militar com o propósito de recolher, coordenar e avaliar as informações e seu principal autor e primeiro chefe fora o General Golbery do Couto e Silva. Durante os primeiros quatro anos nenhum membro do SNI era general da ativa, mas no final de 1968 o Sistema se militarizou e se transformou na quarta força armada, sem uniforme. Para obter maiores informações sobre o SNI consultar o texto de STEPAN, Alfred. *Os militares: da abertura à Nova República*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986, pgs. 16-40.

Destacamento de Operações Internas (DOI)<sup>10</sup> não tinham um controle pleno das Forças Armadas, colocando em risco à disciplina e a hierarquia, valores fundamentais para a instituição castrense. Mas, ainda assim o aparelho militar ficou sendo o responsável pelas ações do sistema de repressão que aumentava sua centralização e concentração do poder levando a ações imprevistas pelas Forças Armadas em um primeiro momento, desestruturando a hierarquia e sua previsão quanto às ações institucionais.

Á crescente autonomia e, radicalização das forças de segurança representava para os militares enquanto governo uma grande ameaça, pois poderiam desencadear a fragmentação da corporação e conseqüentemente o distanciamento e repúdio dos membros da sociedade civil para com os militares, caso a comunidade de segurança permanecesse dominante.

Assim, o aparelho repressor perdeu campo e alcançou equilíbrio somente no governo do General Geisel que juntamente com o General Golbery restringiu a autonomia do SNI, bem como os conflitos internos entre grupos de poder no interior das Forças Armadas motivados pelo fato do último degrau da hierarquia militar ser a presidência da República. O que mais afligia a relação entre a presidência da República e as Forças Armadas era o sistema de informações internas de cada Força, e seu braço repressor DOI-COI – órgão diretamente ligado ao Ministério do Exército e não a presidência da República.

Todas essas divisões internas refletiram no posicionamento dos oficiais enquanto membros da instituição e se voltaram para dois quesitos básicos: a disciplina e a hierarquia, pois julgavam que estavam ameaçadas graças à autonomia exercida pelo sistema repressor, e isso poderia descaracterizar a instituição militar; já os militares enquanto governo, acreditavam na seguinte premissa - essa autonomia poderia aumentar os conflitos entre as Forças Armadas e o próprio governo, daí a necessidade de ser controlada.

Segundo análise de Soares a necessidade da transição foi fruto da falta de controle das Forças Armadas e do governo, diante dos acontecimentos internos provocados pelos setores repressivos, ou seja, “a *autonomização* crescente de determinados setores e as dificuldades da instituição em controlar minimamente este

---

<sup>10</sup> As atividades relativas ao DOI –COI eram secretas, clandestinas, ilegais e contava com a participação de agentes de todos os serviços militares, além da polícia. Seus agentes não usavam uniformes, financiavam suas operações e mantinham uma cadeia de comando paralelo com o Ministro do Exército através do Centro de Informações do Exército (CIE).



processo, pelo menos em nível suficiente para que as linhas de comando pudessem ser preservadas de forma a manter a *previsibilidade* das ações. O processo de distensão iria revelar uma nova arena de conflitos que refletia os riscos de deterioração da hierarquia e da disciplina militares<sup>11</sup>.

Enquanto os militares se dividiam dificultando o apoio ou o repúdio a transição, a sociedade civil e política não fizeram nenhuma pressão externa para que ocorresse a distensão, pois depositou a confiança no novo governo que tinha como meta primordial controlar o aparato repressivo, o que ocorreu foi uma oposição ao governo militar no Brasil, no final de 1973, quando a censura à imprensa estava aumentando vertiginosamente, além do número expressivo de presos políticos desaparecidos, sem esquecer daqueles que foram vítimas da tortura e da perseguição pelos membros do SNI. Todos os abusos não foram documentados, os excessos não foram checados o que permitiu aos membros da comunidade de segurança o posicionamento contrário à distensão.

O aparelho militar tinha plena autonomia frente aos movimentos sociais uma vez que os movimentos sindicais eram controlados pelos órgãos de segurança, bem como os partidos clandestinos, e a oposição consentida e legal – o MDB – com expressiva representação nos municípios e pela crescente bancada legislativa, não interferia expressivamente pelo simples fato de que a via do poder lhe estava fechada, além de ter demonstrado pouca capacidade de negociação diante das contradições militares.

Somente no início do governo Geisel devido às altas taxas de crescimento que promoveram o “milagre econômico” e, a dizimação da contestação armada, a elite dirigente apoiou social, econômico e politicamente o governo que iniciou seu mandato mantendo o modelo de modernização conservadora instaurado e, consolidado pelos militares tendo como lema “segurança e desenvolvimento” o que resumia suas características. Assim, os setores sociais da classe média, formadores da opinião pública, buscaram tirar proveito das oportunidades que o crescimento econômico poderia oferecer e apoiava passivamente o regime militar.

É claro que podemos destacar algumas entidades que lutaram pela reconstrução democrática, como a igreja Católica, a Ordem dos Advogados do Brasil

---

<sup>11</sup> SOARES, Samuel Alves. *Forças Armadas e Sistema Político na Democracia*. São Paulo: USP/FFLCH, 2000, p.49 e 51, grifos do autor. (Tese de Doutorado)

(OAB), a Associação Brasileira de Imprensa e a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, sendo todas vítimas do Estado militarizado.

Mas, além do apoio majoritário da elite dirigente, a liberalização política só ocorre quando primeiramente os dirigentes declaram tal intenção e recebem crédito dos principais atores políticos e, isso, só ocorreu no final de 1974, quando Geisel aceitou a vitória do partido de oposição – Movimento Democrático Brasileiro (MDB) para deputados das Assembleias dos estados, para a Câmara dos Deputados Federais e para o Senado.

Os governadores eram eleitos indiretamente pelos legislativos estaduais, já as eleições para o Congresso eram diretas. A ARENA venceu a eleição indireta para governador em outubro de 1974 e o MDB dobrou sua representação na Câmara dos Deputados e no Senado, além de ganhar o controle das assembleias estaduais nos estados mais expressivos politicamente, como por exemplo: São Paulo, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Paraná, Acre e Amazonas.

A campanha do MDB ficou centrada em três temas: justiça social que frisava a desigualdade social fruto da má distribuição de renda; liberdades civis, enfatizando as violações dos direitos humanos que preocupava a crítica da elite; e a desnacionalização – interferência crescente do mercado externo na economia brasileira.

Com a vitória expressiva do MDB, segundo Skidmore<sup>12</sup> o choque entre governo e oposição – que se esperava silenciar – estava acentuado, pois pressionava o governo trazendo à tona o debate sobre os direitos humanos pedindo esclarecimento sobre as pessoas desaparecidas durante o governo militar.

Assim, em agosto de 1975 Geisel definiu suas atitudes governamentais frisando que qualquer mudança tinha de ser lenta e segura, ou seja, qualquer nova política governamental teria que ser o produto do compromisso entre os pontos de vista políticos rivais dentro das Forças Armadas. Somente se os militares sentissem confiança sobre segurança nacional, qualquer que fosse a definição deles sobre isso, poderia a oposição ter esperanças de realizar seus objetivos de retornar ao estado de direito.

A promessa de iniciar a distensão não teve o apoio pleno da sociedade e da oposição uma vez que todos os presidentes militares anteriores haviam prometido

---

<sup>12</sup> SKIDMORE, Thomas E. A lenta via brasileira para a democratização: 1974-1985. In.: STEPAN, Alfred (Org.). Democratizando o Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, pg. 35-37.

restaurar o regime civil democrático e segundo Geisel, em entrevista concedida a Stepan<sup>13</sup>, não tinha um mandato para iniciar a distensão, estava apenas convencido de que a ditadura militar não podia continuar como estava, mas a mudança levaria muito tempo e todas as suas decisões foram tomadas para que continuasse a liderar e comandar as Forças Armadas como instituição hierárquica.

Uma das decisões fora tomada diante da vitória do MDB, nas eleições de 1974, em que o governo perdeu dois terços majoritários do Congresso e para sanar esse problema, nas eleições municipais de 1976, com a Lei Falcão, restringiu categoricamente o uso do rádio e da televisão, apenas à difusão de fatos dos candidatos com resumos falados inócuos sobre cada um era permitido, e em abril de 1977, fechou o Congresso alegando o fato do MDB ter recusado apoiar uma lei governamental para reformar o Judiciário e anunciou uma série de mudanças constitucionais, conhecidas como o “Pacote de Abril”, que entre outras medidas, alterou a legislação eleitoral constringendo a oposição democrática visando assim, garantir a maioria do Congresso para o partido do governo (ARENA) nas eleições de 1978, bem como no Colégio Eleitoral encarregado de escolher o próximo presidente da República no início de 1979, além de adiar para 1982 as eleições diretas para governadores dos estados entre outras medidas arbitrárias.

As emendas constitucionais necessitavam apenas da aprovação majoritária do Congresso, sendo que todos os governadores de Estado e um terço dos senadores federais seriam eleitos indiretamente em 1978 pelos Colégios Eleitorais, já os deputados federais seriam alocados na base média da população e não dos eleitores registrados, mas ainda assim, o MDB obteve uma expressiva votação ganhando o controle das Câmaras Municipais no Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Salvador, Campinas e Santos.

O general Geisel controlou o processo de distensão, ao golpear alternadamente a oposição com reformas pragmáticas visando manter a maioria governista no Congresso, e a “linha dura” militar, e removeu os militares do envolvimento rotineiro na política nacional, destituiu, sem prévia consulta ao Alto-Comando, ou ao Ministério do Exército, um comandante de linha-dura de seu cargo, escolheu o seu sucessor à presidência sem consultar o Alto-Comando além de modificar a doutrina da Escola Superior de Guerra (ESG) do Exército, incorporando

---

<sup>13</sup> Para uma maior abrangência da entrevista de Geisel consultar o livro de: STEPAN, Alfred. Os militares: da abertura à Nova República. Rio de Janeiro, R.J: Ed. Paz e Terra, 1996, pgs. 47-50.

quatro conceitos chaves da abertura – oposição, participação, partidos extra-governamentais e eleições – no discurso sobre a segurança nacional.

Extinguiu na mesma época, o símbolo maior da ditadura militar e o principal instrumento jurídico – o Ato institucional nº 5, que lhe permitia alterar unilateralmente as regras do jogo político, fazendo com que a transição passasse a ter uma dinâmica própria, pois as primeiras medidas liberalizantes outorgadas constituíram-se em novas regras do jogo político, tornando quase impossível um recuo institucional, ou seja, “o processo político foi dominado pelo governo e restrito de fato, às forças conservadoras e à oposição parlamentar – aglutinadas, respectivamente, na ARENA e no MDB – conforme previa o projeto de “distensão”<sup>14</sup>.

Tanto o autoritarismo como o aparelho militar, alicerçado na hierarquia e disciplina ficaram abalados com a previsibilidade ou falta de controle do governo para com as ações do aparelho militar durante os primeiros anos da ditadura; as motivações de ordem democrática que incitaram os militares enquanto governo a dosar a manutenção do autoritarismo e os efeitos contraditórios do poder ditatorial sobre o ethos militar especialmente no governo Geisel, e finalmente, a retirada estratégica das Forças Armadas do exercício direto do poder de decisão e de definição de instrumentos de ação política no governo civil, bem como toda a bibliografia consultada e analisada<sup>15</sup> sobre o processo de distensão nos remete ao fato de que o sentido político visava em última instância finalizar o regime militar e garantir a autonomia políticas das Forças Armadas no novo governo civil.

Sabemos que um dos responsáveis pelo processo de distensão e pelo resultado positivo para as Forças Armadas foi o general Geisel que, segundo Oliveira

“...concentrou em si os poderes militares e políticos que os seus antecessores não haviam conseguido exercer ao mesmo tempo. Isto é, Geisel reuniu na mesma figura do presidente, o chefe de Estado, o chefe de Governo e o comandante das Forças Armadas, empregando um estilo centralizador, formal e cioso da autoridade das funções, recorrendo ainda ao formalismo da linha de comando

---

<sup>14</sup> ARTURI, Carlos S. O debate teórico sobre mudança de regime político: o caso brasileiro. **Revista de Sociologia e Política**, n. 17, nov. 2001, pp. 18. grifos do autor.

<sup>15</sup> Para uma consulta a análise sobre a literatura referente ao processo de distensão consultar: FÀZIO, Ednéia. O posicionamento das Forças Armadas do Brasil na Nova República: autonomia ou subordinação. **Estudos de História** (Faculdade de História, Direito e Serviço Social – UNESP), Franca, SP, Brasil, 1994, pgs. 125-140.

militar. E foi de fato muito competente nas situações de crise militar, sem que esta competência o diferenciasse de seus antecessores no tocante às negociações e aos recuos decorrente das pressões militares, os quais acabaram também por condicionar o ritmo do processo de distensão”<sup>16</sup>.

Encerrou o seu mandato com saldo positivo perante a instituição militar, mas quando o seu sucessor, General Figueiredo assumiu o cargo dando seqüência ao processo de distensão, o regime militar já não era mais o escudo contra qualquer ameaça em que se pudesse acreditar, e a oposição de grupos civis aumentava consideravelmente, como por exemplo, as comunidades Eclesiásticas de Base, da Igreja Católica, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), os sindicatos, entre outros.

### **1.1.2) Governo Figueiredo: liberalização**

O general Figueiredo assumiu a Presidência da República em março de 1979 tendo como lema para o seu governo a democracia como objetivo final da “abertura política” e buscou dar continuidade ao processo de distensão. Já no início de seu governo com a extinção do AI-5 meses antes de sua posse, a recessão econômica e o surgimento de movimentos sociais, como por exemplo, o “novo sindicalismo”, dificultaram a tentativa de condução pelo governo que foi ficando cada vez mais problemática.

Soares resume em uma frase o cenário do governo Figueiredo:

...o regime deparava-se com novos desdobramentos que exigiram também novas posturas para levar a frente a liberalização, entre elas a capacidade de, efetivamente, negociar os termos da liberalização, sem perder, entretanto, a possibilidade de tomar iniciativas ainda significativas, ou a continuidade da “liberalização controlada da abertura”, mas agora adstrita à novas condições<sup>17</sup>.

Diante desse novo quadro o general Figueiredo prosseguiu com a estratégia gradual das reformas políticas e no final de 1979, o regime propôs e o Congresso

---

<sup>16</sup> OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de. De Geisel a Collor: Forças Armadas, transição e Democracia. Campinas, SP.: Papirus, 1994. pg. 42.

<sup>17</sup>Idem, Ibidem, pgs. 57-58.

aprovou uma anistia ampla, beneficiando tanto os prisioneiros e exilados de esquerda como, todos os que estavam ligados aos órgãos de segurança do regime e que cometeram crimes durante as atividades repressivas, ampliando assim as condições já profundas de autonomia militar que segundo Skidmore

A anistia era uma tônica poderosa na atmosfera política, dando um impulso imediato à popularidade do presidente. Ela mostrava a confiança de Figueiredo em sua capacidade de enfrentar as objeções dos “linha-dura”, trazendo tantos “subversivos” de volta à política<sup>18</sup>.

Com a anistia, a distensão ficou marcada por uma nova fase política, a da abertura democrática propriamente dita. Primeiramente ocorreu a superação dos principais elementos da legislação do regime autoritário e a sociedade civil conseguiu pressionar intensamente o governo do general Figueiredo, como não havia feito no governo anterior, enquanto que o recurso do processo eleitoral utilizado para pautar a transição praticamente se esgotou com a implementação do multipartidarismo, em 1979, que extinguiu os dois partidos existentes (ARENA e MDB).

Desde as eleições de 1974, o general Golbery afirmava que o sistema bipartidário compulsório fortalecia a oposição e se tornava difícil derrotá-las mesmo em eleições parcialmente abertas, fazendo necessário o multipartidarismo, conservando o partido do governo com um novo nome e permitindo a criação de vários partidos de oposição. Assim, em novembro de 1979 a lei que assegurava a criação de novos partidos foi aprovada pelo Congresso e, no final do mesmo ano, novos partidos já estavam formados.

A ARENA reagrupou-se como Partido Democrático Social (PDS) e, a maioria do MDB juntou-se no Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), além da criação do Partido Democrático Trabalhista (PDT), fundado por Leonel Brizola, o Partido dos Trabalhadores (PT), liderado por Lula e o Partido Popular (PP), oposicionista e conservador, liderado por banqueiros e que se fundiu com o PMDB em novembro de 1981.

Com a formação do novo quadro partidário deram início às manobras para as eleições de 1982, para o cargo de governador do Estado, a serem realizadas pela primeira vez desde 1966. A estratégia utilizada pelas diversas correntes

---

<sup>18</sup> Idem, Ibidem, pg. 53.

oposicionista concentrou-se na consolidação dos novos partidos políticos e na disputa eleitoral, deixando para segundo plano as questões políticas que não se referiam aos temas exclusivamente partidários e eleitorais, como por exemplo, a convocação de uma Assembléia Constituinte.

Com a divisão da oposição em vários partidos antes do desfecho do regime autoritário a acomodação das elites políticas ficou mais fácil, permitindo que a transição “pactuada” se realizasse exclusivamente em termos institucionais, sem pactos explícitos e substantivos entre os atores políticos. Essa característica pode ter sido a responsável pela sobrecarga da agenda política no período posterior, principalmente durante os trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte.

Podemos afirmar que a anistia como reforma partidária fazia parte da estratégia do regime militar de dividir a oposição para acabar com o caráter plebiscitário crescentemente desfavorável ao regime, além de ter um duplo sentido, pois de um lado é mencionada como uma vitória democrática, mas por outro lado é o escudeiro da autonomia militar.

Esta manobra obteve alguns feitos uma vez que dividiu a oposição em vários partidos e os quadros do regime permaneceu majoritariamente no novo partido governista, o PDS (Partido Democrático Social).

Mas, o estopim para o desfecho do processo de transição se deu com a explosão de uma bomba no interior de um automóvel ocupado por militares no estacionamento do Riocentro em 31 de maio de 1981 e acarretou conseqüências múltiplas e fundamentais para o futuro político do país. Primeiramente o episódio marcou o fim dos atentados perpetrados pela extrema-direita que não se conformava com o processo de transição e, isso garantiu a todos os atores políticos a certeza de que tal processo não corria o risco de ser interrompido por um golpe proveniente dos setores “duros” do regime militar.

O segundo feito segundo Arturi<sup>19</sup> fora a demissão do general Golbery do Couto e Silva de seu cargo de Ministro–Chefe da Casa Civil que ocupava desde o início da presidência do general Geisel, pois exigia a apuração completa dos fatos e obviamente a punição dos responsáveis pela incidente citado acima. A substituição do estrategista-mor da “abertura política” pelo ex-Ministro do governo Médici, Leitão de Abreu que não era simpatizante das manobras político-parlamentares rompeu

---

<sup>19</sup> Idem, Ibidem, pg. 20.

com o projeto estratégico do general Golbery, instituindo, ainda em 1981, um “pacote” eleitoral aprovado pelo Congresso que proibia as coligações partidárias, impunha o voto vinculado a um mesmo partido para todos os cargos eletivos, sob pena de sua anulação, entre outras medidas.

Assim, o PP se fundiu ao PMDB e enrijeceu o quadro partidário retornando novamente ao plebiscito, pró ou contra o regime que as eleições expressavam desde 1974.

Nas eleições para governador de Estado e para deputados estaduais e federais de 1982, a oposição teve uma vitória política expressiva, conquistaram dez governos estaduais e a maioria das cadeiras na Câmara dos Deputados, levando o governo a administrar o país tendo que negociar diretamente com os governadores da oposição, embora o partido do governo ainda mantivesse a maioria no Congresso e no Colégio Eleitoral, graças aos senadores escolhidos diretamente em 1978 e, foram esses atores políticos que se reuniram em janeiro de 1985 para eleger o Presidente da República do novo regime civil. A negociação entre governadores da oposição e governo marcou o retorno de uma das características mais duradouras do sistema político nacional – o poder dos governadores de estado e a centralidade da política regional na formação de alianças no Congresso.

O resultado final foi que

A oposição partidária e a sociedade civil organizada começaram, assim, a tolher gradativamente a margem de manobra do regime e a inverter o domínio político da transição, sempre na estrita observância da legislação política-eleitoral imposta pelos governos militares<sup>20</sup>.

Com o impacto das eleições de 1982 que colocou a oposição no poder nos estados mais expressivos do país, somado ao discurso público do compromisso dos militares com a democracia e a neutralidade do presidente Figueiredo no processo de indicação do seu sucessor, a oposição declarou o seu apoio a Tancredo Neves para o cargo de presidente.

Assim, diante de uma forte oposição e de uma grave crise econômica a maioria dos militares optaram pela escolha de um civil para assumir o cargo durante o período de 1985-1990, desde que preenchesse alguns quesitos como: pertencer

---

<sup>20</sup> Idem, Ibidem, pg. 19.



ao partido do governo militar e se comprometer em manter o regime, essa seria a melhor saída para garantir seus interesses enquanto instituição, além de aumentar o prestígio perante os olhos da população civil que já os via com desprezo.

Convictos que poderiam controlar a sucessão presidencial, uma vez que nem eles, nem o aparelho estatal achavam-se em vias de decomposição, os militares enquanto instituição não considerava urgente o argumento da saída do poder, acreditavam ter um espaço para atuar sobre as regras do jogo eleitoral; viam o jogo sucessório como fundamentalmente restrito aos membros da sociedade política que tinham votos no colégio eleitoral; julgavam que a sociedade política estivesse bastante distanciada da sociedade civil e, portanto, vulnerável à pressão do aparelho estatal, além de terem dois grandes interesses institucionais que protegiam, caso abrissem mão do governo direto: a proteção ao “revanchismo” e a continuidade do desenvolvimento nacional da indústria de armamentos.

Todos esses fatos, somados com a confiança e segurança da oposição quanto à irreversibilidade da transição levou a uma gama de estratégias para a sucessão presidencial, com um objetivo político igual ao do governo, ou seja, eleger o futuro Presidente no Colégio Eleitoral em janeiro de 1985.

De fevereiro a junho de 1984 tivemos a mobilização de milhões de pessoas por todo o país pelas eleições diretas à Presidência da República, conhecido como movimento “Diretas-Já”, mas não apresentou nenhuma manifestação contrária, nem por parte de algum grupo da sociedade civil ou pelos empresários, mas foi de extrema importância, pois estimulou e justificou o apoio da dissidência do regime, a Frente Liberal, ao candidato Tancredo Neves do PMDB à presidência.

A impossibilidade da oposição civil em alterar as regras eleitorais durante a campanha pelas “Diretas-Já” definiu claramente a liberalização que segundo Arturi, foi

“pelo alto” através de acordos e cisões no seio das elites políticas no Congresso, pois, se por um lado ela facilitou a dissidência governista e impediu um hipotético recuo político-institucional, por outro lado ela foi incapaz de dar um desfecho verdadeiramente democrático ao processo de transição, pelo simples fato de que a maioria das lideranças opositoras e do próprio governo estavam, naquela

conjuntura, satisfeitos com a “legalidade autoritária” e com os ganhos políticos vislumbrados<sup>21</sup>.

Os militares insistiram em eleições indiretas que elegeu em janeiro de 1985, Tancredo Neves para Presidente da República e José Sarney vice-presidente, que ficou gravemente doente na véspera de sua posse em 15 de março e faleceu no dia 21 de abril de 1985. Obedecendo a Constituição, a Aliança Democrática e o Ministro do Exército, General Leônidas, foi empossado o vice-presidente José Sarney, ex-ministro do PDS e líder das forças governistas na derrubada da emenda pelas eleições diretas meses antes coroando o desfecho da distensão “lenta, gradual e segura” que o governo militar propôs e conduziu, garantindo às prerrogativas e salvaguardas políticas na fase seguinte de democratização, sob o governo Sarney.

## **1.2) Consolidação do regime democrático**

Com o fim do governo militar que promoveu a abertura, reduziu a participação da sociedade política e civil permanecendo no círculo de decisões referentes às relações civil-militares e de defesa, considerado pelo sistema político brasileiro, como assuntos da ossada militar, além de ter excluído da agenda temas sensíveis ou condenatórios para os militares devido à reduzida participação da oposição e da sociedade civil no processo de transição e o aumento da autonomia militar, uma vez que foram os personagens centrais e responsáveis pela abertura política, temos a nova fase de democratização durante a presidência civil de José Sarney (1985-1990) intitulada “Nova República”.

Assim, durante todo o governo do presidente Sarney podemos analisar ou apenas citar inúmeros empecilhos para a construção e consolidação do novo regime democrático, mas iremos analisar apenas os resquícios do regime militar que segundo Moraes, “tanto no plano das relações com as Forças Armadas quanto no das idéias políticas acerca de seu papel constitucional, o Presidente Sarney tem preservado as estruturas pelas quais se manifesta o poder da instituição<sup>22</sup>”.

---

<sup>21</sup> Idem, Ibidem, pg. 20

<sup>22</sup> MORAES, João Q. K. et.alii. *A Tutela Militar*. São Paulo: Vértice Ed. Revista dos Tribunais, 1987, p. 58.

E uma das instituições que perdurou foi o SNI, tendo como chefe o General Ivan Mendes de Souza, que não desmilitarizou o sistema e continuou a vetar pessoas para ocupar cargos importantes na administração federal, com a mesma força que detinha para estes casos no regime militar, os membros do SNI continuaram com autonomia para reger sua própria lei, pois era considerado o órgão de inteligência mais importante dentro e fora do Brasil; o chefe, um ministro de Estado tinha acesso diário ao Presidente; detinha o monopólio do treinamento avançado da inteligência; era independente e contava com seus próprios agentes em campo; não havia nenhum controle institucionalizado sobre o SNI.

Já o Executivo continuou sem representatividade e sua relação com o Legislativo não podia garantir à sociedade suas reivindicações.

O presidente não modificou as funções do Conselho de Segurança Nacional, além de abster-se de aplicar o regulamento militar ao comando da Escola Superior de Guerra (ESG) e, não alterou a simbologia cerimonial do poder militar, ou seja, os generais exerceram durante o mandato do presidente Sarney o direito de discurso político, que é institucional, mas é exercido individualmente<sup>23</sup>.

Como inovador perante os olhos da sociedade civil, em 1986 o governo Sarney lançou o Plano Cruzado que proporcionou à presidência, em um primeiro momento, maior popularidade, iniciativa política e legitimação do governo perante a população, mas no final do mesmo ano, tal plano econômico já estava totalmente fracassado e a sociedade vivia um colapso econômico com índices inflacionários catastróficos. O desapontamento com o Plano Cruzado somou-se com a crise de confiança na pessoa do Presidente e nos partidos políticos, principalmente o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) que lhe dava sustentação.

Além do plano econômico, tivemos outra iniciativa de mudança no governo que era o cumprimento da promessa de campanha de Tancredo Neves - a convocação de uma Constituinte que contava com uma dificuldade específica que era a própria eleição de 1986 que escolheu os constituintes e foi objeto de certo questionamento em vista das circunstâncias sob as quais se realizou, ou seja, a popularidade que o Plano Cruzado, no início, havia canalizado para o presidente Sarney e para os partidos e candidatos mais identificados com o esquema oficial. O PMDB era o maior partido e fez naquela eleição vinte e dois dos vinte e três

---

<sup>23</sup> A condição militar os obriga formalmente ao silêncio, mas a relação concreta do aparelho militar com o poder de Estado o impele ao pronunciamento político. In: Idem, *Ibidem*, p. 60.

governadores estaduais, além da maioria absoluta nas duas casas do congresso, aumentando ainda mais a revolta da classe política e do próprio Congresso Constituinte, dificultando o já complicado encargo de reorganizar institucionalmente o país.

A necessidade de uma nova Constituição visava à sedimentação de um governo civil democrático e para tal, era necessário à presença da Assembléia Constituinte eleita a 15 de novembro de 1986 com a função de redigir e aprovar os princípios, leis e instituições para reger o país. A instauração da democracia, tanto no plano jurídico como político, passa pela convocação de uma Assembléia de representantes do povo, livremente escolhida pelo corpo eleitoral e com mandato explícito para elaborar a Constituição Nacional.

Como esboçamos acima, para avaliarmos o grau de democracia de um regime político, primeiramente devemos saber em nome de quem o poder é exercido, sendo o fator primordial, o grau de participação do povo no exercício da soberania que em palavras lhe é atribuída pelos governantes; já o objetivo da Assembléia Constituinte é adequar a estrutura jurídico-política dos valores éticos e ideológicos correspondentes ao consenso majoritário da sociedade, pois “não é o texto constitucional que por si só garante o caráter democrático das instituições políticas de uma determinada sociedade”<sup>24</sup>, mas a importância que a Constituição dá ao princípio da soberania popular que exprime a força adquirida na cultura política de cada povo, o ideário democrático.

Da instalação da “Nova República” (15-03-1985) até a eleição da Assembléia Constituinte (15-11-1986), o governo Sarney e os partidos que o apoiavam, reduziram a participação dos representantes da soberania popular a uma simples reforma constitucional, uma vez que, durante a elaboração da Constituição de 1988, a participação do povo ficou restrita à escolha dos deputados e senadores, mas é de responsabilidade do autor do mandato (o povo) determinar a forma e conteúdo da delegação do poder constituinte e não quem recebe o mandato (os representantes), ou seja, “é do povo que os constituintes recebem seu mandato. Ao povo caberia, por conseguinte, controlar a execução deste mandato, decidindo, pela via do referendun, se o texto constitucional elaborado por seus representantes está ou não conforme a sua vontade”<sup>25</sup>.

---

<sup>24</sup> Idem, Ibidem, p. 86-7.

<sup>25</sup> Idem, Ibidem, p. 89.

Os atuais detentores do poder político, não possuem um espírito democrático suficientemente sólido para aceitarem o veredicto do sufrágio universal da Constituição da “Nova República”, pois é mais cômodo redigir uma Constituição que não estará sujeita à aprovação popular. Devido à falta de participação do povo na elaboração e aprovação da Constituição, o estatuto legal das Forças Armadas preocupou os militares e os representantes políticos, mesmo tendo vivido vinte e um anos de regime militar.

A alta hierarquia do Exército, durante o advento da “Nova República” e a eleição do Congresso Constituinte tomou iniciativas e atitudes que reiteraram fatos consumados e interesses adquiridos que até mesmo uma Assembléia popular destinada a elaborar o texto da Constituição teria dificuldades para romper.

O projeto da Comissão Afonso Arinos direcionava a função dos militares na defesa nacional, isto é, na defesa da soberania, independência e integridade territorial do país, sendo a função “interna” exclusivamente a defesa dos poderes constitucionais. A cúpula militar recusou o ante-projeto Arinos e o Exército distribuiu, no início de abril de 1987, os textos que depois seriam sistematizados no Projeto Cabral – um documento de circulação restrita intitulado “Destinação Constitucional das Forças Armadas Brasileiras”. Este documento propunha três modificações, sendo que duas destas alteravam os dispositivos ultra-reacionários introduzidos pela junta de 1969, são elas:

A fórmula que caracterizava as Forças Armadas como “essenciais à execução da política de segurança nacional” foi suprimida no texto proposto pelo Exército ao Congresso Constituinte; a proposta que atribuía às Forças Armadas à missão de garantir “os poderes constituídos” (os poderes de fato, a começar, evidentemente, pelo próprio poder militar que, assim, garantia-se a si próprio) foi substituída, na proposta do Exército pela expressão (consagrada nos textos constitucionais anteriores ao de 1969) “poderes constitucionais”; já a terceira modificação garantia às Forças Armadas obedecer à autoridade do governo “dentro dos limites da lei”, ficando constitucionalmente investidas de julgar a legalidade de uma ordem do governo e podiam desobedecer, caso julgassem ser ilegal.

O texto aprovado a 12 de abril de 1988 pelo Congresso Constituinte atendeu às exigências da cúpula militar, principalmente as cláusulas referente à proteção ao revanchismo, a anistia e ao profissionalismo castrense, mas apresentou duas diferenças quanto ao texto do Projeto Cabral:

1) Qualquer um dos três poderes constitucionais (Executivo, Legislativo e Judiciário) dispõe de “iniciativa” para mobilizar as Forças Armadas na garantia da “lei e da ordem”;

2) As polícias militares são subordinadas aos governadores, limitando o monopólio das Forças Armadas sobre o aparelho coercitivo e de restabelecimento da autonomia estadual no âmbito da Federação.

Como podemos notar, as mudanças referentes à finalidade das Forças Armadas no novo regime, foram pouco expressivas na Constituição de 1988, tivemos várias especulações, mas no Congresso Constituinte, em nenhum momento, ninguém examinou seriamente uma questão fundamental para a instauração de um regime democrático, ou seja: Para que servem os militares, qual a natureza do serviço público que devem prestar os funcionários fardados?

Houve várias especulações sobre o tema, alguns optaram pela extinção das Forças Armadas, mas essa visão não prosperou de imediato na Constituinte e aos poucos retornou, pois com a vitória dos Estados Unidos no episódio da Guerra Fria, acreditavam que por não haver mais uma divisão no mundo, os militares poderiam ser extintos, e a defesa do Brasil, ficaria a cargo das estruturas militares vitoriosas na Guerra Fria.

Outros acreditavam que às Forças Armadas ficaria incumbida da tarefa de administrar a reforma agrária, defender o meio ambiente, alfabetizar adultos, prestar assistência social aos menores infratores, oferecer ensino profissionalizante aos jovens e outras modalidades de substituição dos serviços públicos.

Essas teses não prosperaram, portanto não houve nenhuma mudança significativa no exercício de autonomia política dos militares, como nos informa Oliveira e Soares em seu estudo.

Em suma, na vigência da Constituição de 1988, a representação política da nação reconhece a necessidade histórica e militar das Forças Armadas, mas o Poder Legislativo pouco se ocupa de tudo que diga respeito ao aparelho militar e à defesa nacional. Quando o faz substancialmente, encontra-se em geral na dependência de iniciativa do Executivo; quando opera no plano da generalidade,

prende-se a uma visão equivocada do aparelho militar como provedor de atendimento social.<sup>26</sup>

Assim, as Forças Armadas se tornaram funcionários “especiais” do Estado, na “Nova República” e não podem ser equiparadas com os outros funcionários estatais<sup>27</sup>. Para evitar a tradição golpista e a intervenção dos militares brasileiros no governo civil, é preciso algumas modificações no plano constitucional e legal, segundo análise de Moraes.

Primeiramente devemos reduzir suas funções no plano da chamada “segurança interna” à defesa dos poderes constitucionais e conferir ao Congresso poderes para controlar a ascensão dos militares a patente de general; exigir a punição dos crimes cometidos por militares, inclusive os executados após a lei da anistia de 1979 – no plano ético-cívico; redefinir a política de defesa nacional e, portanto a organização, preparo e emprego dos meios armados necessários à sua realização - plano político.

Diante de tudo que expomos acima, podemos brevemente concluir que devido ao modo como foi processada a abertura, as Forças Armadas assumiram uma função tutelar com relação ao governo civil dando apoio, sustentação, delimitação de espaços políticos e preservação de territórios já conquistados.

Ou seja, a mudança do regime militar para o civil, não implicou necessariamente na adoção de um regime democrático consolidado, pois segundo os estudiosos Linz e Stepan, para que uma transição democrática esteja de fato, completa, alguns quesitos são necessários, tais como: um acordo referente aos procedimentos políticos visando obter um governo eleito; eleição governamental fruto do resultado direto do voto popular livre; autonomia para que o governo tenha de fato a autoridade de gerar novas políticas; os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário não ter que dividir o poder com outros organismos.

Assim, podemos distinguir a democratização da liberalização que nos remete a mudanças sociais e de diretrizes políticas, tais como a censura moderada da mídia, libertação da maior parte dos presos políticos, o retorno dos exilados, a tolerância à oposição, etc. Já a democratização nos remete a liberalização, mas é

---

<sup>26</sup> OLIVEIRA, Eliézer R. de & SOARES, Samuel A. **Forças Armadas, direção política e formato institucional**. In: D'ARAÚJO, Maria C. de & CASTRO, Celso (Orgs.). *Democracia e Forças Armadas no Cone Sul*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2000, p.108.

<sup>27</sup> Abordaremos tais especificidades militares no segundo capítulo, ao analisar o Estatuto dos Militares.

ampla e especificamente política, implicando na disputa aberta pelo direito de conquistar o controle do governo, o que, por sua vez, exige muito mais que eleições competitivas livres, e sim a participação direta e exclusiva da sociedade civil na administração governamental, sem interferências, principalmente militar.

Portanto, podemos ter liberalização sem democratização, e mais, ter eleições livres não implica diretamente em enfatizar que temos um regime político democrático, como exemplo, temos o caso brasileiro para elucidar melhor o conceito de liberalização.

O desfecho desse primeiro momento do governo Sarney que instaura a abertura política no país é marcado pelo fracasso do governo civil para solucionar os problemas econômicos e sociais, aumentando a crise e a descrença do povo brasileiro e permitindo a ação militar, pois em uma das poucas oportunidades que teve para frear a ação das Forças Armadas no governo, foi durante a elaboração da Constituinte, que refletiu um modelo de autonomia militar, garantindo as injunções jurídicas necessárias para legitimar as intervenções e singularidades do período, marcado pela tutela das Forças Armadas e pela designação a tal instituição de funções não compatíveis, mas que foram legalmente institucionalizadas pela Constituição de 1988, impedindo quaisquer mudanças expressivas na “Nova República”.

Assim, as Forças Armadas mantém a sua capacidade de intervenção por meio da tutela indireta do poder político e da parceria com os civis na condução do Estado e sua função é o exercício do poder público, a defesa nacional e para isso necessita dos meios materiais e humanos para assegurar à nação a preservação da soberania contra agressões armadas, nos levando a concluir que não houve o efetivo controle civil sobre os militares bem como uma real possibilidade de alternância das forças políticas no poder, possibilitando as inúmeras prerrogativas constitucionais e o poder informal dos militares brasileiros, extremamente amplos, acarretando em um alto grau de autonomia em relação ao aparelho de Estado e, delineando um cenário incompatível com um regime democrático, fruto dos acordos da oposição com os militares, que permitiram a passagem do poder sem maiores riscos e foram de fato centrados numa série de garantias quanto à não-punição dos crimes cometidos pelos órgãos de segurança do regime militar e, a manutenção de prerrogativas das Forças Armadas que lhes permitiram ampla autonomia em relação



às instituições políticas e influência sobre o processo de constituição da nova ordem democrática.

### **1.2.1 ) Autonomia e tutela militar**

A afirmativa de que, para se instalar um regime democrático o aparelho militar deve estar submetido ao controle do poder civil, e os setores representativos da sociedade civil devem ser qualificados para determinar as especificidades de âmbito militar já se tornou um jargão nas análises de regimes democráticos. Assim, visando responder a questão inicial desse trabalho, e diante do exposto acima iremos analisar a tutela, bem como, as prerrogativas militares no regime civil pós-85.

Na passagem da ditadura militar para a Nova República encontramos à presença política do aparelho militar que assumiu uma função tutelar com relação ao governo civil, dando apoio, sustentação, delimitação de espaços políticos e preservação de espaços já conquistados.

Segundo Moraes, que publicou um trabalho dois anos após a abertura, analisando cautelosamente a tutela dos militares no Brasil, chegou a seguinte conclusão:

Dadas as condições de transição, a presença política militar foi preservada, talvez ampliada, fazendo com que a tese da subordinação do aparelho militar às instituições civis (que venham a ser erigidas pela Constituinte) pareça algo exótico, uma espécie de utopia que, para concretizar-se, dependerá de mudanças no interior das forças armadas, como fora delas<sup>28</sup>.

O longo processo de distensão nos permite traçar alguns elementos explicativos da função tutelar que se desenvolveu durante o processo de distensão/abertura.

Devido ao fato do aparelho militar ter iniciado, promovido e dirigido, através de uma corrente política, a distensão, isso o preparou para o exercício de uma nova função política – a tutela. A tutela militar é a manifestação específica do papel militar na preservação da ordem social, num momento em que as Forças Armadas não são “o governo”, mas não perderam a sua importância no conjunto dos órgãos do

---

<sup>28</sup> MORAES, et. alii, 1987, p. 55.

Estado. É esta tutela que garante ao governo uma certa estabilidade e uma certeza quanto ao futuro, além de impor limites à ação governamental.

Para ilustrar melhor este conceito, basta voltarmos os olhos para o governo Sarney, onde as Forças Armadas tinha uma posição confortável, pois quando faltava apoio parlamentar, o governo precisava dela; caso houvesse algum fracasso de política econômica, a instituição militar não seria responsável, pois não era mais “governo” e se, a legitimidade aumentasse assim como, o apoio popular ao governo, não ficaria alheia uma vez que o apoiava.

Já o PMDB, que legitimamente era “governo” tinha que arcar com a responsabilidade pela reforma do pacote econômico, pois não foi aprovada pelos partidos, além do fato de que “ser governo” não implica necessariamente no desempenho de uma hegemonia que promova a organização da vontade política em sólidas bases partidárias e ideológicas. Assim, ao compararmos alguns procedimentos partidários com o posicionamento do aparelho militar constatamos que o último renova sua imagem de dedicação, austeridade e profissionalismo, em detrimento do primeiro<sup>29</sup>.

O apoio tutelar das Forças Armadas ao governo Sarney se deu no momento em que houve uma contraposição entre as demandas sociais (materiais e políticas) e a frágil composição política do governo que não tinha capacidade e nem disposição para resolver essas demandas e muito menos cumprir com os compromissos da Aliança Democrática por ocasião da eleição de Tancredo Neves ao Colégio Eleitoral. A instituição militar, por outro lado, tinha uma certa coesão interna quanto à transição, e isso, possibilitou que os ministros militares, presentes no governo, tivessem condições de sustentar um Presidente politicamente frágil.

O governo e o aparelho militar deveriam ser entidades distintas a partir de 1985, mas, como podemos notar, o último se concebe como o Estado, fazendo com que os ministros militares sejam representantes da instituição castrense no governo, e ganham sustentação quando alguns órgãos do aparelho militar, como por exemplo, o SNI, é procurado pelas forças sociais conservadoras que se sentem prejudicadas diante dos projetos de reformas, ou, até mesmo, por setores do governo que almejam conquistar ou ampliar sua influência, ou quem sabe, desestabilizar um determinado ministro, etc.

---

<sup>29</sup> Pode-se dizer que as Forças Armadas têm condições de oferecer ao governo Sarney um apoio que lhe é tendencialmente negado pela Aliança Democrática. In: Idem, *Ibidem*, p. 61.

Um dos responsáveis da autonomia militar no governo Sarney, segundo Moraes, é um elemento que encontramos no processo de distensão: a imposição de uma determinada paz, pois este fato foi o objetivo do processo de abertura e, a reestruturação política apenas uma pré-condição para a continuidade da “modernização conservadora”, uma vez que a distensão não reconhecia a “guerra contra a subversão” e a ditadura como fins em si mesmos. Como adversários havia os setores repressivos militares e como aliados, os civis no interior do empresariado paulista que reprimia a guerrilha e não justificava a preservação do estado de guerra permanente, nem mesmo o aniquilamento de qualquer adversário, permitindo ao aparelho militar o controle, visando uma dissociação paulatina da ditadura que não implicasse necessariamente na sua retirada da arena política.

Para intervir na “Nova República” os militares dispõem da tutela política<sup>30</sup>, exercida pela cúpula das Forças Armadas sobre o poder político. Através da tutela, definem os interesses econômicos e sociais sob o pretexto de defender as instituições, a lei e a ordem.

A carta outorgada de 1967 instaurou a concepção da “segurança nacional” que possibilitou às Forças Armadas exercerem o controle direto de vários organismos e instâncias da ossada do poder estatal que não se situam exatamente dentro dos quartéis, entre eles podemos citar: o SNI, a Justiça Militar e o Conselho de Segurança Nacional.

A função das Forças Armadas é o exercício de um poder público - a defesa nacional – para isso, necessita dos meios materiais e humanos para assegurar à Nação a preservação da soberania contra agressões armadas, mas cabe ao poder político, enquanto expressão da soberania popular, decidir quando e como o aparelho militar deve agir. Embora os militares tenham retornado para os quartéis, continuam se comportando como um “Estado dentro do Estado”, exercendo autonomia e preservando condições institucionais para a intervenção política.

Essa intervenção, segundo Oliveira e Soares é fruto de uma crise de identidade nas Forças Armadas, que se encontra no final dos anos oitenta sem uma função para desempenhar nessa nova conjuntura, e isso, faz com que o aparelho militar ocupe o espaço do poder civil. Os militares sentiram-se desprestigiados pela

---

<sup>30</sup> Segundo Moraes a tutela política constitui a forma de controle do poder de Estado pelas Forças Armadas, uma vez extinta a ditadura militar. Substitui o exercício direto do poder político pelo controle indireto daqueles que legalmente o exercem. In: Idem, *Ibidem*, p. 97-98.

classe política e pelas elites que não consideravam os interesses da instituição militar; o orçamento e a disponibilidade de recursos vinculados ao preparo do aparelho militar foram reduzidos e conseqüentemente, às Forças Armadas passaram a depender da atuação favorável da classe política que definia o orçamento geral da União.

Alguns políticos eram contrários ao fortalecimento das características bélicas do aparelho militar, e com o fortalecimento partidário, os seus membros rejeitam o apoio militar referente às questões políticas do país, manifestando escasso interesse pela instituição castrense.

Há duas teorias que procura explicar o descaso da sociedade civil, do governo e do Legislativo pelas Forças Armadas, uma delas, é a teoria da inexistência de risco iminente, onde o governo federal só responde quando há pressões, seria um sistema político voltado para o seu meio ambiente social. Como não há uma ameaça de guerra, os temas militares não participam do cotidiano do sistema político, não chegam até a opinião pública, não fazem parte das agendas eleitorais e não “dão votos” aos candidatos nem aos partidos.

Como exemplo, podemos citar a nossa realidade dos últimos meses, quando o índice de violência e ataques à população, principalmente a policiais e instituições militares cresceu expressivamente refletindo a precariedade da instituição - polícia militar - para controlar a situação de pânico em que se encontra a população, passando assim, a ter destaque nos telejornais, revistas e principalmente nas campanhas eleitorais dos candidatos à Presidência. Um tema que até poucos meses não era sequer mencionado, hoje todos se debruçam sobre tal assunto visando uma solução, mas os militares – Exército, Marinha e Aeronáutica, participam de todos os debates, descrevem suas estratégias e estão prontos para saírem as ruas<sup>31</sup> prometendo garantir a segurança da população civil, e para agravar ainda mais a situação, em muitos momentos é a própria sociedade que implora a presença do Exército na rua, alegando maior proteção.

Assim, às questões de Segurança Pública, desperta maior interesse ao sistema político, quando a sociedade esta ameaçada e pressiona para a tomada de decisões pelo governo, que se volta para as Forças Armadas como recurso final

---

<sup>31</sup> As Forças Armadas são responsáveis pela “defesa interna”, pois a Constituição de 1988 define como uma das missões militares a garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem, a força arraigada do preceito “lei e ordem” sugere o preparo militar para o controle social. In: OLIVEIRA & SOARES, 2000, p. 111.

para emprego na manutenção da ordem pública, e o debate sobre as questões de defesa torna-se ainda mais reduzido e restrito aos militares. Outra ilustração é a falta de controle do narcotráfico no Brasil, em que para garantir a segurança da população em momentos de disputa de território entre os traficantes, as Forças Armadas são acionadas pelo Estado, desempenhando papéis não compatíveis com suas funções<sup>32</sup>.

Já a teoria da tradição jurídica brasileira, consiste no fato de que o presidente da República é o comandante supremo das Forças Armadas e, portanto, cabe a ele deliberar sobre o seu emprego derivado de declaração de guerra, apreciada pelo Legislativo, que é responsável pela liberalização dos recursos orçamentários destinados à instituição militar, além da deliberação sobre a decretação do Estado de Defesa, a constituição de comissão de acompanhamento para fiscalizar a execução do Estado de Sítio ou Estado de Defesa e a autorização para a declaração de guerra e a celebração da paz.

O que temos diagnosticado é o fato de que o presidente busca na linha de política militar evitar o confronto, e o Legislativo não se manifesta, daí o fato, dos militares manterem algumas de suas tradicionais prerrogativas, incluindo a política de desenvolvimento da Amazônia, autonomia para o ensino militar, definição de locais de unidades militares, decisões sobre a política de pessoal militar, foros especiais de justiça para os seus membros e, produção de informações de inteligência de cada força sem órgãos de controle e fiscalização, enquanto isso o Poder Executivo e Legislativo fecham os olhos para o campo da Defesa Nacional e de outros temas que consideram restritos aos militares, deixando um vácuo de poder que as Forças Armadas passam a exercer.

Há ainda, a tradição da política brasileira que consolidou entre os militares, e até entre civis, a mentalidade de que a instituição militar é encarregada de proteger a sociedade e o Estado o que lhe arroga o direito, entendido como dever, de proteger à Nação.

Diante do descaso da sociedade civil e política pelo aparelho militar, Oliveira e Soares questionam: Qual o grau de institucionalização da supremacia civil para o poder militar no Brasil?

---

<sup>32</sup> Faz-se necessário distinguir função e papel dos militares, para isso, recorreremos novamente a Soares que assim define tais conceitos. A função é considerada como a destinação legal e jurídica estabelecida nas normas constitucionais relativas às Forças Armadas. Já o papel, refere-se à atuação efetiva das instituições militares no processo político. In: Idem, *Ibidem*, p. 08.

Primeiramente precisamos definir as instituições que são “como padrões regularizados de interação que são conhecidos, praticados e aceitos regularmente por agentes sociais determinados que, com base nessas características, mantêm a expectativa mútua de continuar interagindo sob as regras e normas incorporadas nesses padrões”<sup>33</sup>.

Já a supremacia civil vem da necessidade das autoridades civis transitarem em todas as áreas, inclusive na formulação e implantação da política de defesa nacional, na determinação de orçamentos, estratégias de defesa e prioridades, aquisição de armas, currículos militares e doutrina, portanto, necessitam de conhecimento, compreensão e experiência para formular decisões efetivas, a fim de que tenham credibilidade, respeito e aceitação das próprias Forças Armadas.

O exercício da supremacia civil esta atrelado à subordinação do poder militar ao poder civil, fruto em muitos momentos do processo de transição do regime militar para o governo civil democrático. No caso do Brasil, após o período 1985 a supremacia não foi estabelecida, uma vez que na relação entre Forças Armadas e Sistema Político foi mantido ou mesmo criado espaços de autonomia militar, ou esferas de autonomia, pois “ao contrário do golpe militar de 1964, a transição de 85 não promove expurgos, o que faz com que permaneçam pessoas e estruturas vinculadas à antiga situação”<sup>34</sup>.

A autonomia exercida pelos militares, pós-ditadura, como esboçamos anteriormente, esta mais voltada para questões institucionais, o que Soares denomina de autonomia autárquica – que se aproxima e algumas vezes torna-se política, “na medida em que são preservadas as condições anteriores ao serem criados novos espaços autônomos ou mantidos aqueles já sedimentados”<sup>35</sup>.

Já a permanência da autonomia militar está ligada a diversos fatores, entre eles, destacamos: às escolhas, decisões e ações dos atores envolvidos, além do processo de transição que possibilitou a preservação do poder militar e o manteve em um nível considerável. Segundo a historiografia vigente, a transição como analisamos acima, foi pactuada, ou seja, os militares, enquanto governo, apresentaram, dirigiram e estabeleceram os prazos da transição, e os civis, concordaram passivamente.

---

<sup>33</sup> Idem, Ibidem, p. 119.

<sup>34</sup> Idem, Ibidem, p. 67.

<sup>35</sup> SOARES, 2000, p. 02.

Quanto à unificação da autonomia referente às questões políticas, esta pode ter variações, começando pelo número de oficiais que compõe as Forças Armadas até a segurança interna. Primam, por um maior número de oficiais visando garantir maiores quotas e conservando vantagens sobre outras Forças, já o governo, em contrapartida, prefere Forças menores e conseqüentemente um gasto menor concentrando sua atenção nas soluções diplomáticas e nas tensões regionais.

No quesito educação e doutrina a autonomia chega ao nível mais alto quando a Força impede que civis ministrem cursos nas academias militares, ou quando soldados têm permissão para participar de cursos civis de maior nível educativo e inibir os civis aos estudos de doutrinas de segurança. O nível mais baixo se dá quando exigem dos oficiais cursos ministrados fora dos quartéis e onde os civis executam e definem as doutrinas centrais de Defesa e Segurança dos Militares.

A Reforma Militar também é uma maneira de se buscar e conquistar autonomia, pois envolve transformações operacionais, investimentos nos sistemas armamentísticos, reorganização das instituições de investigação e os métodos de treinamento e educação, ou seja, quando os civis são incapazes de influir nos processos de reformas, a autonomia alcança seu ponto mais elevado, já quando são elaboradas em conjunto (civil e militar) é menor a autonomia dos militares, e, se houver Ministério da Defesa e este estiver em mãos civis, elabora e coloca em vigor seus próprios planos de reforma.

Os pressupostos militares que inclui a Defesa buscam conservar e ampliar os recursos econômicos para tal área arrecadando uma maior porcentagem para as Forças Armadas, pois à produção e aquisição de armas é cobiçada pelos militares que visam o controle da produção interna dos bens relacionados com a Defesa, já que quanto maior a dependência do Estado perante a produção interna de armas para uso, maior influência exerce os militares sobre o direcionamento dos recursos nacionais e o estabelecimento das prioridades de Defesa.

A segurança interna que não condiz com os deveres das Forças Armadas, também contribui para a autonomia dos militares a partir do momento que determinam o alcance, a freqüência e a intensidade com que participam de questões de segurança interna da Nação.

O fato de que as Forças Armadas representam a segurança da permanência das instituições democráticas e, em última instância utiliza-se do poder bélico para garantir a segurança do Estado perante ameaças externas e internas faz com que o

poder civil, em muitos momentos da nossa história, não tome nenhuma decisão para barrar a autonomia e deletar às prerrogativas militares em vários setores.

O resultado de tal quadro é que as estruturas necessárias para o estabelecimento da supremacia civil não foram estabelecidas criando espaços em função das

...Forças Armadas exercerem o poder de decisão e de veto nas definições de estratégias políticas próprias do poder civil e que digam respeito a temas relativos à Defesa Nacional e outros, indicando que o *papel* militar é mais amplo do que o previsto em sua destinação constitucional. O somatório destes fatores indica que o exercício da *autoridade* do poder civil sobre o poder militar não se estabelece em nível suficiente para caracterizar a supremacia civil<sup>36</sup>.

Assim, os conflitos entre o governo civil e as Forças Armadas são ausentes, pois toda a reestruturação da instituição militar na Nova República foi fruto da iniciativa e controle militar, o que também permite aos mesmos manter algumas prerrogativas no regime civil denominado por muitos pesquisadores de democrático. Segundo Stepan “as prerrogativas militares institucionais refere-se àqueles espaços sobre os quais, existindo ou não contestação, os militares, como instituição, pressupõem que adquiriram o direito ou privilégio, formal ou informal, de exercer um controle efetivo”<sup>37</sup>.

### 1.2.2) Prerrogativas militares

As prerrogativas militares no governo civil implicam em um alto grau de autonomia castrense, pois os militares são capazes de impor seus interesses aos civis por meio de canais legais ou quando há resistências. A seguir, descreveremos as principais prerrogativas militares nos primeiros anos da Nova República (1985-1998), bem como o nível de autonomia militar que pode ser: baixa quando o controle efetivo sobre tais temas emana do poder de autoridades, instituições e procedimentos sancionados pelo regime democrático; alta se as iniciativas e ações

---

<sup>36</sup> Idem. Ibidem, pg. 04. grifos do autor.

<sup>37</sup> STEPAN, Alfred. *As prerrogativas militares nos regimes pós-autoritários: Brasil, Argentina, Uruguai e Espanha*. In: STEPAN, A. (Org.). **Democratizando o Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1998, p. 524-5.



for predominantemente militares; e “moderada” caso ambas as partes (civil e militar) participam da tomada de decisões.

Uma das prerrogativas mais destacada pelos pesquisadores<sup>38</sup> é o papel autônomo dos militares no sistema político, sancionado pelas Constituições brasileiras desde a fundação da República em 1889 e que vigora até os dias atuais, pois com a Constituição de 1988, os militares continuam a exercer papel fundamental na manutenção da ordem interna, uma vez que o Artigo 142 da Constituição confere às Forças Armadas à atribuição de garantir os poderes constitucionais, a lei e a ordem, sem especificar se a lei é constitucional ou ordinária se, a ordem é política, social ou mesmo moral e quem esta encarregado de definir quando a lei e a ordem são violadas.

Assim, se uma determinada ordem do Executivo for considerada ofensiva à manutenção da lei e da ordem, os militares podem constitucionalmente não respeitá-la, mesmo tendo o Presidente da República como o comandante-em-chefe das Forças Armadas, o que os permite, segundo Stepan “manter um controle importante sobre grande parte do espaço político que eles ocuparam durante os vinte e um anos de governo militar”<sup>39</sup>.

Um desses espaços é a coordenação do setor de defesa nacional preenchido pelos militares que tradicionalmente estabelece segundo sua doutrina e formação as estratégias e ações adequadas para a defesa do país. Essa presença constante é fruto da escassez de civis especializados em assuntos militares e da falta de participação do Congresso e dos partidos na análise rotineira das questões de defesa, demarcando a competência superior dos militares, comparada com a dos civis, em questões de defesa estratégica e técnica. Isto torna difícil a criação de um modelo eficaz de controle civil, mesmo tendo um ministro civil à frente do Ministério da Defesa.

Esse controle se torna mais precário quando há a participação militar nos ministérios, como por exemplo, durante o governo Sarney que contou com a presença de seis ministros militares: os ministros do Exército, Marinha, Aeronáutica, Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA), chefe do SNI e chefe da Casa Militar. Com o mandato do presidente Collor de Mello e a extinção do SNI, passaram a fazer

---

<sup>38</sup> Para uma análise mais acurada das prerrogativas militares, consultar STEPAN, Alfred. Ibidem, pgs. 525-529 e ZAVERUCHA, Jorge. **Frágil democracia**: Collor, Itamar, FHC e os militares (1990-1998). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, pgs. 37-56.

<sup>39</sup> Idem, Ibidem, p.536.

parte do gabinete governamental apenas cinco ministros militares, e o seu sucessor Itamar Franco adicionou mais quatro militares em ministérios civis e um quinto com a função de secretário-executivo, o equivalente à vice-ministro. Já no governo de Fernando Henrique Cardoso, os cinco ministros militares foram mantidos, mas nenhum ocupou ministério civil, e o cargo de ministro-chefe da Casa Militar foi extinto cedendo espaço ao chefe da Casa Militar com todas as garantias, direitos e prerrogativas equivalentes a um ministro de Estado.

Essa presença, somada com o papel do Legislativo que se restringe apenas em aprovar ou revogar o orçamento do Executivo Federal não despertando para as questões de defesa e segurança, aumenta a autonomia dos militares que nem sempre informa o Legislativo sobre os detalhes dos projetos de defesa, em contrapartida os altos oficiais deste setor raramente ou nunca comparecem às reuniões da comissão do Legislativo. O resultado é que cada vez mais os três ramos das Forças Armadas têm um alto grau de autonomia em relação ao Executivo no desenvolvimento de seus projetos<sup>40</sup>.

Além dessas prerrogativas há o comando parcial das Forças Armadas sob a polícia militar e o corpo de bombeiros, assegurado pela Constituição ao conceder aos membros das Polícias Militares e Corpos de Bombeiros o status de servidor público militar, sem esquecer de mencionar que a Polícia Militar segue o modelo de batalhões de infantaria do Exército, são regidas pelo mesmo Código Penal e de Processo Penal Militar das Forças Armadas; seu Regulamento Disciplinar é muito similar ao do Exército e seus serviços de inteligência ainda fazem parte do sistema de informações do Exército.

Quanto à promoção de oficiais-generais, cargo máximo na hierarquia, o presidente da República é encarregado de promovê-los, mas o Alto Comando militar envia a lista com os nomes e a ordem a ser seguida dos candidatos à promoção, e automaticamente o chefe-supremo das Forças Armadas autoriza, sem passar pelo Senado que desempenha uma modalidade para o Congresso controlar o Executivo e este dividir responsabilidades com o Legislativo, pois caso o presidente e o Senado discordem de alguma indicação, o Senado pode evitar o desgaste presidencial ao vetar o indicado pelas Forças Armadas. Como até o momento

---

<sup>40</sup> O sucesso militar na manutenção de suas prerrogativas nessa área aponta, de maneira imediata, para a competência superior dos militares, comparada com a dos civis, em questões de defesa estratégica e técnica. Isto torna difícil a criação de um modelo eficaz de controle civil. In.: STEPAN, Alfred. *Ibidem*, pg. 538.

nenhuma indicação foi recusada pelo presidente, não tivemos nenhum contratempo entre o comandante supremo e os membros das Forças Armadas, bem como uma intervenção civil nesse quesito.

Assim como nas promoções, na educação e doutrina militar, os civis também não interferem, proporcionando a manutenção, desde o Império, das Academias Militares e das Escolas de Estado-Maior que estão cada vez mais distantes do poder civil, pois os currículos, as ênfases em determinados temas, as orientações pedagógicas, enfim, a estrutura da política de ensino militar como um todo, esta excluída do âmbito de controle do poder civil mesmo na Nova República, impossibilitando o conhecimento da formação militar e conseqüentemente, dificultando ainda mais a participação de civis em temas considerados restritos aos militares.

Diante das prerrogativas citadas acima acompanhadas de um alto grau de autonomia, os militares participam das questões referentes à agenda política, impõe limites a determinados temas, conta com apoio civil para manter e exercer tais prerrogativas em troca de reivindicações e impede a implementação de iniciativas políticas em curso, proporcionando a instituição castrense o exercício da tutela política presente durante o governo civil, na forma de ação interventora e preponderante que caracterizou o regime militar. O governo, em contrapartida, reconhece a autonomia do aparelho militar e o seu papel político autodefinido, bem como o apoio político e os recursos financeiros indispensáveis à modernização do aparelho militar.

Para atestar tal reconhecimento pelo governo civil, iremos nos debruçar em apenas uma prerrogativa – à educação militar, especificamente do Exército brasileiro, durante o período de 1985-2000, visando abordar a política educacional de três escolas de nível superior do Exército (AMAN, EsAO e ECEME) e apontar a não ingerência do governo civil no sistema educacional militar podendo assim, confirmar ou não a nossa hipótese de trabalho: a manutenção da prerrogativa referente a política de ensino militar, após a transição visa o controle das Forças Armadas pelos civis para que não intervenha diretamente no governo civil e ao mesmo tempo, permite aos militares à possibilidade de se envolverem com os seus próprios projetos de formação buscando uma maior participação dos mesmos com assuntos taxados pela sociedade civil, de estritamente militar?

Mas, antes de voltarmos nossa atenção para o ensino militar do Exército especificamente, necessitamos conhecer como se forma o profissional militar de carreira e fazer a junção entre a educação e a hierarquia militar, daí analisarmos primeiramente as especificidades que contribuí para a formação do profissional militar.

### **1.3) Profissionalismo militar**

A história da instituição militar, até o século XIX, esta repleta de líderes heróicos que venceram grandes batalhas, dominaram o inimigo e conquistaram territórios, mas esse heroísmo não perdurou no século XX e as instituições tiveram que aperfeiçoar suas tecnologias, formação, recrutamento, etc., visando corresponder com as necessidades do novo cenário descrito pela guerra que exigia militares altamente qualificados. Durante e após as Guerras Napoleônicas, algumas nações estabeleceram instituições de ensino militar, demarcaram normas para o ingresso no corpo de oficiais modificando os processos de seleção e promoção e os estados-maiores foram organizados.

Com o crescimento da população, o desenvolvimento da tecnologia, o início da industrialização e o surgimento do urbanismo a especialização profissional e a divisão de trabalho se fez necessária e, não foi diferente nas Forças Armadas que organizaram e distinguiram os oficiais dos políticos ou da polícia, garantindo ao Estado-nação que estava em fase de crescimento, a segurança militar necessária para não ser ameaçado por outro Estado, pois isso representaria o fracasso de sua administração da violência tornando-o vulnerável em uma guerra.

Quem melhor especifica à profissão militar das outras profissões é Huntington que sustenta a tese de que “o moderno corpo de oficiais é um corpo profissional e o oficial moderno é um profissional”.<sup>41</sup>

É o profissionalismo que distingue os oficiais modernos dos guerreiros de épocas anteriores permitindo uma configuração das relações cívico-militares, uma vez que é nítida a diferença entre o profissional militar e o civil, entre elas o autor destaca a maestria, a responsabilidade e o corporativismo.

---

<sup>41</sup> El moderno cuerpo de oficiales es un cuerpo profesional y el oficial moderno es un profesional.Cf: HUNTINGTON, Samuel. *El Soldado y El Estado*. Teoría y política de las relaciones cívico-militares. Buenos Aires, Argentina: Grupo Editor Latinoamericano, 1985, p.19.

A maestria é adquirida na educação extensa e na experiência sendo considerada a base da competência profissional separando assim a profissão militar dos leigos e qualificando os membros da instituição, ou seja, todo conhecimento e habilidade adquiridos são constantemente revisados e aperfeiçoados durante toda a carreira profissional nos estabelecimentos de ensino específicos das Forças Armadas.

Já a responsabilidade visa o desempenho do profissional que tem como função primordial desempenhar o serviço que irá contribuir para o funcionamento da sociedade e, o ponto essencial é o monopólio que exerce sobre sua habilidade impondo ao oficial a responsabilidade de cumprir com sua tarefa quando a sociedade necessitar.

Um profissional compartilha com os demais profissionais de sua área uma unidade orgânica formando um grupo distinto dos demais, sendo que este sentimento coletivo forma-se na disciplina e no treinamento necessários para a idoneidade profissional estabelecendo e fazendo cumprir os padrões de responsabilidade.

Essas distinções são notadas em todas as profissões, pois cada uma exige que seus membros aprendam apenas o que irão utilizar e necessitar para o desempenho profissional, mas podemos facilmente perceber as diferenças entre um profissional civil e um militar, devido à formação do militar ao longo do tempo, sua postura, uniforme, disciplina, responsabilidade e pelo fato de ser, independente da Força que se encontra, habilitado a administrar a violência. Creio que todos concordamos que uma instituição destinada a cumprir esta tarefa certamente deverá diferir de outras estruturas organizacionais, onde o uso da violência pode aparecer apenas como acidental ou ilegítima, jamais como o ponto primordial de sua orientação profissional.

Aos militares é dada a tarefa de organizar, equipar, treinar, planejar as atividades militares e dirigir as operações em combate e fora dele, tendo como responsabilidade específica à segurança nacional o que faz com que a profissão militar seja monopólio do Estado; já o espírito de corpo é traduzido pelos seguintes aspectos: o direito de exercer a profissão é limitado aos membros de um corpo bem definido; a entrada e a promoção restringem-se àqueles que são considerados aptos; existência não só de uma burocracia oficial como também de sociedades,

associações, jornais, costumes e tradições próprias, símbolos que identificam o grau hierárquico profissional, etc.

Mas, poderíamos questionar tais especificidades, pois há dentro das Forças Armadas especialistas auxiliares com formação civil, como médicos, engenheiros, advogados, etc., embora façam parte das Forças Armadas, nenhum deles é capaz de administrar a violência, portanto são excluídos dos cargos de mando militar, e pertencem apenas ao corpo de oficiais no seu caráter de organização administrativa do Estado, jamais serão considerados membros do corpo profissional.

Há dentro das Forças Armadas especialistas em administrar a violência no mar, no ar e na terra, demarcando a especialização dos militares, já a habilidade para tal tarefa não é um ofício nem uma arte, e sim uma habilidade intelectual complexa que exige um estudo e um treinamento constante e intenso, uma vez que sua motivação profissional é o desejo permanente de aperfeiçoamento na administração da violência; quanto ao seu comportamento é governado por uma complexa rede de regulamentos, costumes e tradições, sendo que o seu posicionamento em relação à sociedade é determinado por uma consciência de que sua habilidade só pode ser utilizada para fins aprovados pela sociedade através de seu agente político, o Estado, não podendo agir por conta própria já que estão subordinados.

Como defensores da ordem, reconhecem o caráter constante das ameaças do Estado e estão atentos para os perigos atuais, são fiéis ao ideal militar – a competência profissional - engloba o ideal de bom soldado, unidade das tradições e espíritos de melhor regimento; não podem ser motivados por lutas políticas ou ideológicas que levaria a uma divisão do corpo de oficiais e pelo fato de que devem obediência ao Estado e portanto, lutam independentemente de concordarem ou não com os motivos que desencadeou a guerra.

Essa subordinação, em muitos momentos da nossa história nem sempre existiu de fato, como analisamos acima, e tais relações entre civis e militares, pode seguir diversos caminhos que interferem diretamente no Estado, na sociedade e nas Forças Armadas. Assim, a questão primordial é verificar quais são as condições necessárias para manter as Forças Armadas eficazes e submissas ao poder civil com o fim do regime militar.

Diante desse novo cenário, os civis devem reduzir ao máximo a interferência dos militares para voltar a atuar na direção do país, e Huntington trabalha com duas possibilidades: o controle civil subjetivo e o controle civil objetivo.

O primeiro consiste na não redução física do aparelho militar que os tornam fortes e ameaçadores; quando não for possível reduzir essa ameaça, os civis primam pela adesão ativa dos militares a algum grupo, setor, instituição ou interesse político determinado pela sociedade civil, buscando sempre uma distribuição relativa do poder entre os grupos políticos competidores e correndo o risco de desenvolver nos militares características civis e políticas específicas, mesmo quando trabalha para um grupo ou setor político sem autonomia. Esse controle visa em última instância elevar ao máximo o poder de algum grupo ou grupos civis implicando diretamente nas relações de poder entre tais grupos e só é possível quando não se tem um corpo de oficiais profissionais.

Já o controle civil objetivo reconhece a profissão militar como autônoma, sem nenhum vínculo instrumental com grupos ou setores políticos, convertendo as instituições militares em politicamente estéreis ou nulas, pois parte da premissa de que a profissionalização militar tende a anular a participação política convertendo-os em meras ferramentas do Estado, úteis apenas para os fins da defesa da nação, mas faz uma ressalva quanto a tal profissionalismo, que não pode atingir um alto nível, pois seria incompatível com a essência do controle civil objetivo, segundo o autor, que é “uma clara distinção entre responsabilidades políticas e militares e a subordinação dessas últimas às anteriores”<sup>42</sup>.

As diferenças diagnosticadas na obra de Huntington entre ambos os controles são: o controle civil objetivo prima pela transformação dos militares em ferramentas do Estado, trabalha com apenas uma possibilidade para sanar a interferência dos militares no governo e sua essência é o reconhecimento do profissionalismo militar autônomo; já o controle civil subjetivo faz dos militares o espelho do Estado, admite inúmeras alternativas para diminuir sua presença no governo, e sua premissa é a negação de uma esfera militar independente.

Ambos tem o mesmo objetivo, pois todo sistema de controle civil busca em última instância minimizar a interferência militar, embora o autor destaque o controle civil objetivo como o mais favorável para reduzir a presença da instituição militar

---

<sup>42</sup> Una clara distinción entre reponsabilidades políticas y militares y, la subordinación de estas últimas a las anteriores. Cf: Idem, *Ibidem*, p. 167.

frente aos grupos civis, sem deixar de ter a segurança que podem proporcionar ao Estado.

Para obter tal controle algumas medidas são necessárias. Primeiramente, a Constituição deve definir claramente as funções políticas e as militares e distingui-las; confeccionar um modelo equilibrado de organização civil-militar, ou seja, denegar o comando das Forças Armadas a um civil para obter um controle no quesito profissionalismo militar; ao Presidente, cabe a decisão dos temas políticos e a supervisão geral dos temas militares, já o chefe militar das Forças Armadas (ministro) fica encarregado de informar ao Presidente às necessidades da instituição e comunicar aos membros a decisão, assim como, implantar e supervisionar as decisões do Presidente.

Assim, as responsabilidades civis e militares ficam claramente separadas sendo que, a segunda esta subordinada à primeira, pois quem exerce o Comando Supremo das Forças Armadas é o Presidente e não o chefe militar envolvido apenas em assuntos de âmbito militar, tais como, a administração das Forças Armadas, mas sempre subordinado diretamente ao Presidente, e, portanto sem nenhum poder de decisão política.

Para tal controle há necessidade de uma reformulação profissional fundado em novos valores, tais como o reconhecimento do Estado como autoridade legítima das Forças Armadas, responsável pela profissionalização militar, bem como toda a corporação e seus atos. Esse reconhecimento proporciona à centralização do comando da instituição nas mãos de um único comandante civil, consolidando assim, o profissionalismo, pois a autoridade civil não é difusa e isso faz com que a instituição militar corporifique a autoridade da nação, ou do Estado.

Já o comandante das Forças Armadas, deve estar mais interessado e qualificado em técnicas de organização, manutenção e de negociação, além de adquirir maior orientação política, a fim de explicar os objetivos das atividades militares a seu Estado-Maior e aos seus subordinados, e, também, desenvolver uma capacidade de relações públicas para explicar e relacionar a instituição com outras organizações militares, à liderança civil e a sociedade.

Quanto a ética profissional deve sempre trilhar por dois propósitos com duplo sentido, ou seja, a autonomia e a subordinação na guerra, pois ao mesmo tempo necessita de profissionais voltados exclusivamente para o ato de guerrear, sem interferências externas, mas esta subordinada a interesses políticos estranhos aos



militares e, portanto, o soldado deve obediência ao Estado para que este e não as Forças Armadas declare, conduza e termine a guerra.

Para se tornar um profissional, o militar precisa de especialização, competência, habilidade, corporativismo e responsabilidade.

A especialização é obtida com a educação militar contínua e prolongada ao longo de toda a carreira, visando atender as necessidades das Forças Armadas. Já a competência profissional é proporcional ao tipo de organização que o oficial é capaz de dirigir, enquanto que a habilidade é mais complexa, envolve diretamente a administração da violência, o que em última instância nos remete ao corporativismo dos membros e na sua responsabilidade que visa proporcionar à sociedade a segurança militar, já que é monopólio do Estado.

Devemos, no entanto, distinguir profissionalização de profissionalismo militar, uma vez que o primeiro é definido como uma instituição social complexa, bem organizada, eficiente e que envolve um processo de socialização profissional com interiorização de normas, valores e comportamentos, criando uma mentalidade e consciência de interesses próprios, demarcando um grupo social diferenciado. Já o profissionalismo envolve os centros educacionais responsáveis pela avaliação da capacidade técnica e desempenho nos postos de trabalho, além de delimitar a subordinação dos oficiais as lideranças políticas estabelecidas legitimamente.

O controle civil é encarregado de definir os fins, em uma guerra, e aos oficiais cabe decidir a preparação dos meios, segundo o profissionalismo militar, essa relação leva à subordinação dos militares ao controle civil dificultando a autonomia dos militares em temas civis.

Mas, os acontecimentos atuais, tais como, a complexidade da guerra moderna e do armamento, a concentração de um nível elevado de decisões de segurança nas mãos de militares, a mentalidade militar e sua formação, leva a uma maior aproximação entre civis e militares aumentando a autonomia dos militares e conseqüentemente, ameaçando o governo democrático, principalmente quando os militares deixaram o governo ditando ou impondo as regras da abertura, como no caso brasileiro.

O amadurecimento político somado ao profissionalismo militar remete às novas configurações no cenário democrático, mas não podemos nos esquecer que a adaptação do poder militar ao novo regime requer tempo, pois ao analisarmos rapidamente o regime civil brasileiro adotado em 1985, com o desfecho da ditadura

militar, podemos afirmar que em um primeiro momento as Forças Armadas não se moldam segundo os pressupostos democráticos e constatamos também que muitas prerrogativas militares persistiram e outras foram criadas, entre elas iremos destacar a autonomia do Exército brasileiro para elaborar e modificar a política educacional que rege os Estabelecimentos de Ensino responsável pela formação e aperfeiçoamento dos oficiais de carreira.

Para os objetivos da pesquisa em curso, não vejo a possibilidade de descrever as prerrogativas militares, em especial no quesito ensino, sem conhecer a ordem organizacional e a política educacional militar responsável pela formação, disciplina e posto hierárquico, além de elaborar resposta adequada às exigências do seu cliente - o Estado – e isso possibilita que o ensino militar seja constituído de um processo dinâmico e não de uma realidade fixa, ou seja, as Forças Armadas podem até ter direitos profissionais alterados em maior ou menor profundidade, mas não o direito essencial de reger sua própria política educacional.

## **CAPÍTULO II**

### **A INSTITUIÇÃO MILITAR: ALGUMAS PECULIARIDADES**

Neste capítulo, trabalharemos com os aspectos particulares das Forças Armadas como um todo, analisando as especificidades da instituição e de seus membros, em especial, a hierarquia, disciplina e três escolas superiores do Exército Brasileiro – a Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), a Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO) e a Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME) – para entendermos a relação que há entre hierarquia e ensino militar bem como sua importância para a instituição.

Em oposição ao que ocorre na ciência política, na sociologia e antropologia, os trabalhos referentes aos militares na História não é comum, ao contrário do que imaginamos. Há, uma vasta bibliografia em que tais personagens aparecem como protagonistas, com poder de decisão em regimes políticos civis, e há uma outra linha de análise que os apresenta como mero instrumento da sociedade civil detentora do regime político, portanto como atores coadjuvantes.

O resultado dessas linhas historiográficas é a reprodução de uma visão cada vez mais estigmatizada dos militares como um grupo fechado, inserido na política desde o Império até os dias atuais e com alto poder de intervenção ou participação no processo político – tema tradicionalmente pesquisado pelos historiadores.

A história comprometida com o relato do passado, mas redigida no presente tem varias linhas de pesquisa – social, política, econômica, cultural, etc., o que leva o historiador a refletir sobre questões objetivas e subjetivas durante suas escolhas ao longo do seu trabalho. Dosse em uma simples frase resume o ofício do historiador que “tem a tarefa de traduzir, de denominar em termos contemporâneos o que já não é, o que foi outro”<sup>43</sup>, delimitando assim, o seu tema e período de análise e redundando em pesquisas referentes aos militares que destacam apenas aspectos da participação direta ou indireta no processo político-econômico do País.

Para sanar essa falha historiográfica, primeiramente necessitamos, segundo o estudioso e pesquisador das Forças Armadas, Ferreira<sup>44</sup> delimitar as diferenças entre as organizações civis e militares para assim dar um diagnostico preciso da atuação dos mesmos no cenário civil e identificar em que momento, ao longo da história desempenharam o papel de protagonistas ou de coadjuvantes, pois se realmente foram apenas instrumentos de alguns grupos políticos serviram aos

---

<sup>43</sup> DOSSE, François. **A história à prova do tempo**: da história em migalhas ao resgate do sentido. São Paulo: Ed. UNESP, 2001, p. 78.

<sup>44</sup>A referência a essa afirmativa esta na obra de: FERREIRA, Oliveiros S. **Vida e Morte do Partido Fardado**. São Paulo: Editora Senac, 2000.

interesses das classes que os integram; já se as Forças Armadas exerceram o papel de protagonistas, ou seja, representaram e lutaram por seus interesses, a história deverá ser vista com outros olhos.

Diante desse quadro constatamos a escassez de trabalhos que visam analisar aspectos particulares das Forças Armadas como um todo o que dificulta o entendimento do posicionamento dos militares diante de temas civis e a relação entre civis-militares. Para o antropólogo Leirner, que se dedicou a estudar as peculiaridades da instituição militar, contribui um pouco mais para esse diagnóstico, afirmando nas primeiras páginas de sua obra que “os militares são pouco conhecidos, às vezes estranhos até para o universo civil”<sup>45</sup>, nos esquecendo que o militar foi um civil antes de mais nada.

Alguns autores criticam a abordagem historiográfica referente às intervenções militares ou a relação entre civis-militares, como por exemplo, Peixoto, ao afirmar que o poder explicativo de tais obras é desigual e insuficiente, pois nenhuma delas “conseguiu reunir elementos suficientes para esclarecer, simultaneamente, a natureza e as características intrínsecas da instituição militar brasileira, de seu desenvolvimento histórico e de suas manifestações políticas”<sup>46</sup>.

Para Peixoto, a intervenção militar no Estado brasileiro é apenas uma das muitas formas que as Forças Armadas podem adquirir e não a única, e o material referente à intervenção esta voltado para a determinação da dependência da instituição militar em relação à sociedade e/ou ao Estado e a partir daí, destaca a concepção instrumental e a abordagem institucional–organizacional desconsiderando as variáveis significativas, como a origem social do quadro de oficiais, a dimensão e distribuição territorial dos efetivos militares, enfim, apontam apenas os quadros ideológicos da instituição militar.

Todos os autores, Ferreira, Leirner e Peixoto chamam à atenção de pesquisadores para a necessidade de conhecerem às características internas das Forças Armadas para assim explicarem não apenas o sentido das diversas intervenções por ela promovida no cenário político, mas também a sua inserção na vida do Estado, uma vez que é composta de cidadãos e absorve grande parte de

---

<sup>45</sup> LEIRNER, Piero C. **Meia-volta, volver**: um estudo antropológico sobre a hierarquia militar. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1997, pg. 09.

<sup>46</sup> PEIXOTO, Antônio C. Exército e Política no Brasil. In: ROUQUIÉ, Alain (Coord.). **Os Partidos Militares no Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. Record, 1980, p. 28.

seu tempo e de seus interesses proporcionando de certo modo um mundo próprio, ou “tendências absorventes”.

Fomos buscar a definição de “tendência absorvente” nos estudos de Goffman que assim a descreve:

A tendência absorvente ou totalizadora esta simbolizada pelos obstáculos que se opõem à interação social com o exterior e o êxodo dos membros, e que freqüentemente adquirem forma material: portas trancadas, muros altos, arame farpado, precipícios, rios, bosques e pântanos<sup>47</sup>.

Mas, apenas a referência às Forças Armadas como sendo uma instituição total, não demonstra conhecimento do universo militar que é caracterizado por uma identidade própria, diferente dos demais grupos sociais e detentor de um posicionamento peculiar ou não em relação aos processos de leitura e significação da realidade, operacionalizando um padrão de relações com o mundo externo.

Também não podemos acreditar que formam um grupo coeso o suficiente para não permitir fissuras em alguns momentos, principalmente de crise do sistema político, ou quando, no mundo civil, são debatidos temas que afetam os destinos do Estado e da Nação, segundo os militares, pois nesses momentos para Oliveiros Ferreira podemos nos deparar com dois universos distintos na instituição castrense, o estabelecimento militar e o partido fardado.

O primeiro representa aqueles que agem segundo as leis e regulamentos, não questionam os acontecimentos apenas obedecem às ordens dos seus superiores, a maioria são oficiais superiores, tais como generais e uma minoria de oficiais subalternos, como tenentes, major, etc., e que não estão dispostos a sacrificar sua ascensão profissional. Já os membros do partido fardado se julgam com o direito de interpretar a lei e a ordem, portanto não é um grupo constante, surge em momentos esporádicos, ou seja, de tensão interna ou de desentendimento com o Governo<sup>48</sup>.

---

<sup>47</sup> La tendencia absorvente o totalizadora está simbolizada por los obstáculos que se oponem a la interacción social con el exterior y la êxodo de los miembros, y que suelen adquirir forma material: puertas cerradas, altos muros, alambre de púa, acantilados, rios, bosques o pântanos. Cf: GOFFMAN, Erving. **Internados**. Ensayos sobre la situación social de los enfermos mentales. Buenos Aires, Argentina: Amorrortu editores, 1972, p. 18. A tradução de todos os livros estrangeiros citados ao longo deste trabalho foi feita por nós.

<sup>48</sup> Para um aprofundamento dos termos Partido Fardado e Estabelecimento Militar consultar: FERREIRA, Oliveiros S. **Vida e Morte do Partido Fardado**. São Paulo: Editora Senac, 2000.

Assim, diante de tanta especificidade do mundo militar, algumas indagações pairam no ar, tais como: O que são as Forças Armadas? Como funcionam? Qual a sua utilidade?

Essas questões, não foram didática e nem academicamente sanadas ao longo dos trabalhos referentes à instituição militar e, esse fato foi diagnosticado rapidamente ao consultarmos tal material, o que nos levou a uma outra constatação: Como iniciarmos uma pesquisa referente ao ensino militar – tema central desta tese – sem conhecermos profundamente as Forças Armadas?

Após fazermos um levantamento bibliográfico chegamos à conclusão de que grande parte do material referente à instituição militar apresenta como foco analítico às intervenções militares no cenário político, ou a relação entre civis-militares, e sem querer menosprezar o interesse em tais temas - pois sabemos da relevância desses estudos para o universo acadêmico - sentimos necessidade de focar analiticamente em um primeiro momento, toda a instituição, ou seja, a organização social militar, suas características internas e específicas, pois sem demarcar essas características ficaremos cada vez mais distante de um mundo que não nos é familiar.

As palavras de Castro enfatizam ainda mais essa necessidade, pois conclui em seu trabalho que

...para compreendermos quem são os oficiais do Exército de hoje e das décadas que virão é preciso mais do que nunca estudar a própria instituição militar, e não pressupor determinações de visão de mundo ou de comportamento social decorrentes de sua inserção em alguma “classe” de contornos mal definidos. É preciso estudar, entre outras coisas, o sistema educacional militar, o cotidiano das famílias e as experiências mais importantes da carreira. Sem isso, conheceremos muito pouco de um mundo cada vez mais fechado e isolado do mundo civil<sup>49</sup>.

Como podemos notar, as especificidades do mundo militar podem ajudar a responder questões básicas como a intervenção ou participação dos militares em regimes políticos civis e, principalmente o comportamento diferenciado dos membros das Forças Armadas. Para Azevedo, que trabalhou mais de dezoito anos em

---

<sup>49</sup> CASTRO, Celso. *A origem social dos militares*. Novos dados para uma antiga discussão. Cf: **Novos Estudos Cebrap**, n° 37, nov. de 1993, p. 229.

estabelecimentos militares “cada um de nós vive em um grupo, quase sempre semifechado com uma filosofia de vida e uma visão peculiar do mundo e dificilmente os integrantes de cada grupo conseguem decodificar o que vai na cabeça dos integrantes dos outros”<sup>50</sup>.

Essa afirmativa serve como um alerta que devemos ter ao analisarmos os militares, pois não podemos partir do pressuposto de que todos são iguais, com a mesma opinião, formação e objetivos, embora pertençam à mesma instituição, mas ao chegarem trazem consigo uma cultura própria, uma rotina de vida e de atividades diferentes do regime adotado pelos colégios e academias militares.

Assim, com base nestas leituras citadas acima, sentimos necessidade de abordar, primeiramente nesse capítulo o Estatuto dos Militares<sup>51</sup> focando algumas particularidades das Forças Armadas, com o intuito de sanar as questões formuladas no início do texto e expandir o trabalho na área de educação militar – objetivo maior deste trabalho.

## 2.1) Estatuto dos Militares

Para conhecermos profundamente as Forças Armadas nada melhor do que analisarmos o Estatuto dos Militares que rege todos os preceitos dos membros e da instituição castrense. Uma primeira observação foi constatada imediatamente ao consultarmos o Estatuto que prevalece até os dias atuais e julgamos ser uma informação relevante - este fora redigido no final do ano de 1980, e passou a vigorar em 1981, ou seja, durante o regime militar e no governo do Presidente João Figueiredo, Chefe Supremo das Forças Armadas, segundo a Constituição da República Federativa do Brasil de 1937 e que ainda perdura.

Isso implica que desde a Constituição de 1937, as Forças Armadas, bem como todos os seus membros, são diretamente fiéis e obedientes ao Presidente da República, pois até então, deviam obediência a seus superiores.

Mas, voltando para a análise do Estatuto dos Militares no Art. 2º encontramos às obrigações, deveres, direitos e prerrogativas dos membros das Forças Armadas e é claro a sua função constitucional.

---

<sup>50</sup> AZEVEDO, Pedro E. Mariano de. *Militares, você os conhece...* Cf: **Revista do Exército Brasileiro (REB)**, vol. 135, 2º trimestre de 1998, p. 99.

<sup>51</sup> **ESTATUTO DOS MILITARES**. Ministério do Exército. Brasília, Distrito Federal. Lei nº 6.880, de 09 de dezembro de 1980 – atualizada até 14 de março de 1997.



Essenciais à execução da política de segurança nacional, são constituídas pela Marinha, Exército e Aeronáutica; e destinam-se a defender a Pátria e a garantir os poderes constituídos, a lei e a ordem. São instituições nacionais, permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e disciplina, sob a autoridade do Presidente da República e dentro dos limites da lei<sup>52</sup>.

Com tantas informações citadas acima, iremos pautar gradativamente cada uma delas com o intuito de esclarecer as prerrogativas das Forças Armadas e de seus membros.

Após o desfecho da Primeira Guerra Mundial fora constatado que a Guerra<sup>53</sup> não atingia apenas às Forças Armadas e seus oficiais, mas toda a Nação e, com o advento e as conseqüências catastróficas da Segunda Guerra Mundial essa realidade ficou evidente aos olhos dos cidadãos.

Já a Guerra Fria e a Revolucionária, filhas dos anos 70 e 80, destacaram outros aspectos, como o controle progressivo da Nação pela destruição sistemática dos seus valores e das suas instituições; a população passou a ser o principal alvo e para resguardá-la fora necessário algo mais do que a defesa entregue às Forças Armadas.

Diante desse novo quadro, surgiu o conceito de Segurança Nacional - mais amplo que o tradicional conceito de Defesa - tido como um estado permanente de alerta, de prevenção e de consciência do perigo. Os responsáveis pela Segurança Nacional segundo o Art. 159 da Constituição Federal de 1934 são as Forças Armadas brasileiras encarregadas do estudo e coordenação de todas as questões relativas à segurança nacional.

Composta por três Forças – Exército, Marinha e Aeronáutica - o pioneiro foi o Exército, pois já no século XVII, Portugal começou a enviar às suas colônias expedições policiadoras visando combater às invasões estrangeiras na costa colonial. Reproduziram na sua colônia brasileira uma elite à sua imagem e

---

<sup>52</sup> Idem, Ibidem, pg. 05.

<sup>53</sup> Para Clausewitz, um dos maiores teóricos do conceito de guerra, esta nada mais é do que uma luta e engloba uma atividade muito variada, pois consiste em sondar as forças morais e físicas por meio desta última e também envolve todas as atividades que a guerra suscita; por conseguinte, toda a criação das forças armadas, ou seja: o recrutamento, o armamento, o equipamento e o treino. In: CLAUSEWITZ, Carl Von. **Da Guerra**. São Paulo: Martins Fontes, 1996, pgs. 91-92.

semelhança, sendo que a maioria fazia parte do funcionalismo público, da magistratura e do Exército e eram treinados em Coimbra, Portugal.

Somente no período regencial ocorrera a divisão do oficialato entre brasileiros e portugueses devido às rebeliões onde o povo e a tropa constituíam o principal núcleo insurgente, mas a partir de 1916, com a adoção do sorteio universal para recrutar os oficiais, com a criação da Liga de Defesa Nacional e a obrigatoriedade da apresentação da carteira de reservista aos candidatos a cargos públicos, o Exército segundo Carvalho “ganha condições de se tornar aos poucos realmente nacional. O sorteio deu ao Exército o monopólio do serviço das armas ao nível nacional multiplicando com isto seu poder político”.<sup>54</sup>

Já a Marinha, responsável pela segurança e defesa da costa brasileira, mesmo tendo participado do descobrimento do Brasil, somente após a Independência da República se constituiu organicamente e, a partir de 1930, passou a ter condições técnicas e profissionais dignas de uma Força Naval.

Quanto a Aeronáutica, ou melhor, a aviação militar fundada em 1919 e denominada de Escola de Aviação no Campo dos Afonsos, era controlada por uma Diretoria de Aviação Militar, e em 1938, passou a ser designada de Aeronáutica do Exército e somente em 1941, com a fundação do Ministério da Aeronáutica a Força Aérea separou-se da Força Terrestre (Exército) ficando encarregada do espaço aéreo nacional.

As três Forças embora responsáveis por espaços específicos, tiveram algo em comum ao longo da história: as reformas, mudanças e melhorias surgiram nos anos quarenta durante o governo do Presidente Getúlio Vargas. E ainda, nos anos quarenta, com a Constituição de 1946 às Forças Armadas ficaram incumbidas de defender a lei e a ordem e isso implica até os dias de hoje<sup>55</sup> que podem negar a própria lei, pois a ordem é o bem maior e esta acima dos poderes constituídos e do poder formal, uma vez que é a expressão da nacionalidade oficial, ou seja, defensora da Pátria.

Essa prerrogativa ainda é motivo de várias discussões acadêmicas que abordam tal tema e enfatizam que mediante essa destinação constitucional os militares tem em suas mãos a decisão que lhes permite determinar quando e como

---

<sup>54</sup> CARVALHO, José M. de. As Forças Armadas na Primeira República: o poder desestabilizador. In: FAUSTO, Boris (Org.). **História Geral da Civilização Brasileira**. Rio de Janeiro: Difel, 1978, livro 2º, Cap. V, Vol. II, Tomo III, pg. 195.

<sup>55</sup> A Constituição de 1988 mantém essa prerrogativa e vigora até os dias atuais.

devem cumprir com suas obrigações, mesmo tendo o Presidente da República como comandante-em-chefe das Forças Armadas, e isso contribui para um alto grau de autonomia militar, uma vez que seus membros são capazes de impor, freqüentemente, seus interesses aos civis utilizando os canais legais ou quando surge alguma resistência, abalando a relação entre civis-militares.

Uma outra especificidade das Forças Armadas esta na composição de seus membros que forma uma categoria especial de servidores do Estado e são denominados de militares. Podem ser da ativa – quando seguem a carreira, são incorporados às Forças Armadas para prestação de serviço militar, como por exemplo, o serviço militar obrigatório - os alunos dos Estabelecimentos de Ensino militar e também aqueles que já serviram às Forças Armadas e fazem parte da reserva – “aposentados”; e todo cidadão brasileiro que em tempo de guerra possa ser mobilizado para o serviço ativo nas Forças Armadas.

O ingresso na carreira militar<sup>56</sup> se dá mediante incorporação – ocorre quando há necessidade da colaboração de um profissional brasileiro que possui qualificação ou especialização em uma determinada área de interesse de alguma Força e será, segundo a proposta do Ministro da Força, convocado para o serviço da ativa em caráter transitório; já a matrícula – é efetuada nos Estabelecimentos de Ensino militar, destinados a formação de oficiais, da ativa e da reserva, seguindo o critério de nacionalidade, seleção, idade, capacidade física e idoneidade moral, ou seja, que o candidato não exerça ou tenha praticado atividades prejudiciais ou perigosas à segurança nacional, e não podemos deixar de citar a nomeação.

Após ingressar nas Forças Armadas o oficial tem que primeiramente assimilar os pilares de sustentação da instituição: a hierarquia e disciplina, sendo que como veremos adiante, a primeira é visível não só pelo posto ou farda que o soldado usa, mas também pela autoridade e responsabilidade que aumenta gradativamente segundo o grau hierárquico ocupado pelo militar; já a disciplina não é visível, pois é a mesma independentemente do posto ocupado pelo oficial, mas é responsável diretamente pela auto-imagem do que é ser militar, uma vez que nos remete aos direitos e principalmente deveres do mundo castrense.

---

<sup>56</sup> A carreira militar é caracterizada como atividade contínua e voltada exclusivamente para as finalidades das Forças Armadas, denominada atividade militar. O Art. 5º do Estatuto dos Militares assim a define: A carreira militar é privativa do pessoal da ativa. Inicia-se com o ingresso nas Forças Armadas e obedece às diversas seqüências de graus hierárquicos. In: **ESTATUTO DOS MILITARES**. Ministério do Exército. Brasília, Distrito Federal. Lei n° 6.880, de 09 de dezembro de 1980 – atualizada até 14 de março de 1997, pg. 06.

### 2.1.1) Hierarquia militar

A hierarquia é traduzida segundo o Estatuto dos Militares Art. 14 como “a ordenação da autoridade, em níveis diferentes, dentro da estrutura das Forças Armadas. A ordenação se faz por postos ou graduações<sup>57</sup>; dentro de um mesmo posto ou graduação se faz pela antiguidade no posto ou na graduação.”<sup>58</sup>

Sua importância para a instituição está presente no fato de que é um princípio legal assegurado pela Constituição e pelo Estatuto dos Militares, assim como a disciplina, rege toda a vida da instituição, divide socialmente as tarefas, papéis e status dentro das Forças Armadas, ou seja, o fato do oficial exercer determinado posto ou graduação implica em executar uma atividade específica, e isso determina a conduta e, estrutura as relações de comando-obediência, pois os militares só devem obediência aos seus superiores, sistematizando a ação e a elaboração do conhecimento militar designando o modo como as relações de poder devem estruturar-se. Também determina o conhecimento e as informações produzidas e circuladas no interior da tropa, além de, segundo Leirner

...exteriorizar cotidianamente sinais de respeito, honras, cerimonial, continências, ordens e comandos; tudo isso executado pelos membros da Força, cada qual em uma posição no interior da instituição, sem que ao menos precisem ter consciência de que, tomadas em seu conjunto, as diferentes condutas são manifestações particulares que necessariamente transitam por esse princípio regulador coletivo que é a hierarquia. Pode-se dizer, portanto, que a partir dela se espelham as relações sociais e a visão de mundo militares<sup>59</sup>.

Assim, ao analisar o quadro dos degraus hierárquicos das Forças Armadas, em um primeiro momento, este sugere aos que não tem um conhecimento mais acirrado, apenas uma separação de graduação e posto a ser seguida pelos oficiais, mas determina a divisão, os deveres e direitos dos oficiais segundo a posição ocupada na escala hierárquica, como veremos a seguir no quadro teórico-comparativo dos degraus hierárquicos, postos e graduações das três Forças.

---

<sup>57</sup> Posto é o grau hierárquico do oficial, conferido por ato do Presidente da República ou do Ministro de Força Singular e confirmado em Carta Patente. Já a Graduação é o grau hierárquico da praça, conferido pela autoridade militar competente. In: Idem, Ibidem, pg. 09.

<sup>58</sup> Idem, ibidem, pg. 08.

<sup>59</sup> LEIRNER, Ibidem, p. 53.

**TABELA I - CÍRCULOS E ESCALA HIERÁRQUICA NAS FORÇAS ARMADAS**

	HIERARQUIZAÇÃO		MARINHA	EXÉRCITO	AERONÁUTICA
CÍRCULO DE OFICIAIS	Círculo de Oficiais Gerais	P O S T O S	Almirante Almirante-de-esquadra Vice-Almirante Contra-Almirante	Marechal General-de-Exército General-de-divisão General-de-Brigada	Marechal-do-ar Tenente-Brigadeiro Major-Brigadeiro Brigadeiro-do-ar
	Círculo de Oficiais Superiores		Capitão-de-mar-e-Guerra Capitão-de-Fragata Capitão-de-Corveta	Coronel Tenente-Coronel Major	Coronel Tenente-Coronel Major
	Círculo de Oficiais Intermediários		Capitão-Tenente	Capitão	Capitão
	Círculo de Oficiais Subalternos		Primeiro-Tenente Segundo-Tenente	Primeiro-Tenente Segundo-Tenente	Primeiro-Tenente Segundo-Tenente
CÍRCULO DE PRAÇAS	Círculo de Suboficiais, Subtenentes e Sargentos	G R A D U A Ç Õ E S	Suboficial Primeiro-sargento Segundo-Sargento Terceiro-Sargento	Subtenente Primeiro-Sargento Segundo-Sargento Terceiro-Sargento	Suboficial Primeiro-Sargento Segundo-Sargento Terceiro-Sargento
			Cabo	Cabo e Taifeiro-Mor	Cabo e Taifeiro-Mor
	Círculo de Cabos e Soldados		Marinheiro Especializado e Soldado Especializado Marinheiro e Soldado Marinheiro-Recruta e Recruta	Soldado e Taifeiro-de-Primeira-Classe Soldado-Recruta e Taifeiro-de-Segunda-Classe	Soldado-de-Primeira-Classe e Taifeiro-de-Primeira-Classe Soldado-de-Segunda-Classe e Taifeiro-de-Segunda-Classe
PRAÇAS ESPECIAIS	Freqüentam o Círculo de Oficiais Subalternos		Guarda-Marinha	Aspirante-a-Oficial	Aspirante-a-Oficial
	Excepcionalmente ou em reuniões sociais têm acesso aos Círculos dos Oficiais		Aspirante (Aluno da Escola Naval)	Cadete (Aluno da Academia Militar)	Cadete (Aluno da Academia da Força Aérea) e Aluno da Escola de Oficiais especialistas da Aeronáutica
	Excepcionalmente ou em reuniões sociais têm acesso ao Círculo de Suboficiais, Subtenentes e Sargentos		Aluno de Escola ou Centro de Formação de Sargentos	Aluno de Escola ou Centro de Formação de Sargentos	Aluno de Escola ou Centro de Formação de Sargentos
	Freqüenta o Círculo de Cabos e Soldados		Aprendiz-Marinheiro Aluno de Órgão de Formação de Praças da Reserva	Aluno de Órgão de Formação de Praças da Reserva	

Fonte: **ESTATUTO DOS MILITARES**. Ministério do Exército. Brasília, Distrito Federal. Lei n° 6.880, de 09 de dezembro de 1980 – atualizada até 14 de março de 1997, p. 10.

A ascensão na escala hierárquica remete em um primeiro momento ao sistema de recrutamento e conseqüentemente ao grau de escolarização dos oficiais, assim como as medalhas obtidas durante a formação do oficial, condecorações, conclusão de cursos, diplomas, elogios, repreensões, esforço pessoal, classificação como primeiro aluno de turma nas escolas que cursa, tempo de serviço, etc., enfim tudo o que contribui para a formação e aperfeiçoamento do militar ao longo da carreira.

Já o sistema de classificação define a trajetória pessoal, é uma espécie de pontuação na carreira militar – somam as notas e conceitos obtidos nos cursos, as medalhas adquiridas ao longo da carreira, os elogios e condecorações e, também subtraem as punições e as repreensões. Começa no primeiro dia da carreira do militar e só termina quando entra para a reserva, definindo o que foi, o que é e o que será cada indivíduo dentro da Força, contribuindo juntamente com o tempo de serviço para a promoção na escala hierárquica.

Tudo isso em conjunto, forma o mérito que o oficial deve possuir para prosseguir na escala hierárquica e, também não podemos esquecer de mencionar outro elemento – o tempo de serviço em determinado posto ou graduação – contado a partir da data de ingresso em qualquer organização militar – independentemente de ser convocado, incorporado, matriculado, nomeado ou voluntário.

O tempo de serviço é coletivo, pois todos estão indiscriminadamente submetidos a isso, e automaticamente determina em um primeiro momento a posição de cada indivíduo na ordem hierárquica, uma vez que os oficiais permanecem um tempo preciso em cada patente, ou seja, os militares sabem que ao concluírem uma determinada etapa dos cursos de formação ou aperfeiçoamento, por exemplo, passarão a ocupar o mesmo posto ou graduação que seus superiores, assim, à distância entre as posições hierárquicas se torna basicamente uma questão referente à antigüidade, ou seja, tempo de serviço que juntamente com a classificação ou o mérito do oficial pode agilizar a ascensão hierárquica. O Estatuto dos Militares, no art. 17, assim define a Antigüidade:

A precedência entre militares da ativa do mesmo grau hierárquico, ou correspondente, é assegurada pela Antigüidade no posto ou graduação, salvo nos casos de precedência funcional estabelecida em lei. § 1º - A Antigüidade em cada posto ou graduação é contada a partir da data de assinatura do ato da respectiva promoção,

nomeação, declaração ou incorporação, salvo quando estiver fixada outra data<sup>60</sup>.

Assim, temos a nítida convicção de que a escala hierárquica permite a ascensão ao mesmo tempo para todos os membros pertencentes à mesma turma, ou seja, que ingressam no mesmo ano na Força, mas essa expressão é designada de Antigüidade e equipara a ordem temporal com a escala valorativa do mérito, colaborando para uma promoção às vezes mais dinâmica.

Mas, a antigüidade em alguns casos não é determinante na ascensão hierárquica, ou seja, as Forças Armadas em geral é uma instituição meritocrática, fundada na disciplina e, dentro desta, na discriminação dos melhores.

São os círculos hierárquicos que realmente divide e determina, segundo o Estatuto dos Militares, o “âmbito de convivência entre os militares da mesma categoria e têm a finalidade de desenvolver o espírito de camaradagem, em ambiente de estima e confiança, sem prejuízo do respeito mútuo”<sup>61</sup>. Não demarca apenas o degrau que o militar ocupa na pirâmide hierárquica, mas são incorporados a fundo na conduta militar, desde o primeiro momento em que começa a fazer parte da instituição e isso, pode ser facilmente notado quando freqüentamos um estabelecimento militar.

Durante a pesquisa de campo, pela primeira vez que adentrei em uma escola do Exército, tudo era muito bem delimitado e separado, a começar pela farda da sentinela que me recebia na portaria central e também, pelo oficial de “ligação” – assim denominado pelo comandante da escola – designado especificamente para me acompanhar em todos os lugares durante a minha permanência no estabelecimento de ensino. Aos poucos fui aprendendo o que significava cada estrela na farda dos oficiais – cada uma determina a patente do oficial, não é muito fácil, uma vez que além da farda há também o quepe, usado pelos oficiais superiores e com alguns símbolos específicos que ajuda a identificar o círculo a que o oficial pertence.

A divisão por círculos se torna mais perceptível nas salas, refeitórios, banheiros e reuniões, mas foi exatamente na hora da refeição – “hora do rancho”, como os militares denominam – que essa separação ficou nítida, pois os refeitórios

---

<sup>60</sup> Idem, Ibidem, pg. 12.

<sup>61</sup> Idem, Ibidem, pg. 08-09.

são separados segundo a patente dos militares ou por mesas, dependendo do tamanho da unidade militar.

Sempre que visitava a escola almoçava com o Comandante que ocupava o cargo máximo na escala hierárquica Coronel ou Tenente-Coronel, e pude constatar várias vezes que a mesa central do refeitório era reservada especificamente para ele e os oficiais superiores. No momento de servir a refeição, um militar designado apenas para servir o Comandante, seguia a seqüência correta do círculo de oficiais superiores e que determina qual o lugar que o oficial irá sentar e quem será primeiramente servido, além do fato de que, enquanto o Comandante não começar a almoçar ninguém na mesa ousa iniciar sua refeição.

Tal situação também é visível na Escola de Comando e Estado-Maior (ECEME), pois andares inteiros estão reservados para determinadas ocupações, próprias de certas posições, formando cenários distintos. Durante as formações<sup>62</sup>, as patentes são determinantes na formação dos blocos separados e organizados conforme suas distinções próprias, e em exercícios, nos quais a execução de tarefas ocorre também de forma distinta, o que implica em um arranjo especialmente diferenciado entre elas, ou seja, cada bloco é composto segundo o círculo a que os oficiais pertencem, dificultando o contato com militares de outros círculos, inferiores ou superiores.

Essa separação também é perceptível pelos próprios oficiais, principalmente no início de carreira quando ainda estão cursando as escolas, e para enfatizar mais essa afirmação, Castro ao fazer um trabalho de campo analisou o processo de construção da identidade militar, ou seja, o espírito militar, e, entrevistou os alunos da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) sobre esse tema e, segundo um cadete do 4º ano

(...) a própria separação física mantém um relacionamento mais militar, mantendo mais a hierarquia, sabe? Porque a gente não se encontra num ambiente de apartamento, que aproxima muito, que dá afinidade, e que tira um pouco da seriedade... o relacionamento militar, hierárquico.(...)"<sup>63</sup>

---

<sup>62</sup> Reuniões de Tropa nas quais se dispõem em blocos organizados para a realização de práticas como a inspeção em que um superior passa em revista a tropa.

<sup>63</sup> CASTRO, Celso. **O Espírito Militar**. Um estudo de Antropologia Social na Academia Militar das Agulhas Negras. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990, p. 68.



Diante de tais constatações, podemos indagar se não há nas Forças Armadas uma mistura entre os oficiais dos círculos hierárquicos inferior e superior.

Primeiramente devemos esclarecer algumas peculiaridades do universo militar. Somente os oficiais que pertencem ao círculo de oficiais são preparados para o exercício de funções de comando<sup>64</sup>, chefia e administração, já os graduados, do círculo de praças auxiliam ou complementam as atividades dos oficiais e os praças especiais são elementos de execução, ou incorporados para a prestação do serviço militar inicial e dedicam o seu tempo para o estudo e o aprendizado técnico-profissional, dependendo da posição ocupada na escala hierárquica.

A resposta para a questão acima, ou melhor, o termo exato é que tal mistura segundo os militares leva a *promiscuidade*, ou seja, o fato de um militar do círculo de oficiais superiores conversar com oficiais do círculo de cabos e soldados sem a presença dos escalões intermediários, por exemplo, é um escândalo, e pode levar tal oficial superior ao desprestígio e à falta de respeito dos colegas, principalmente durante os exercícios de funções de comando sobre companheiros, ou seja, quando for designado a comandar as tarefas dos colegas do mesmo círculo hierárquico, pois como podemos notar cada círculo está apto para desempenhar determinada função condizente com o seu grau de escolaridade.

O comando é essencial para entendermos o quanto esse tipo de segmentação está arraigado nas Forças Armadas, além de determinar quem irá dirigir e chefiar a organização militar e, pode conseqüentemente abalar em um primeiro momento a escala hierárquica, uma vez que o fato dos oficiais pertencerem ao mesmo círculo hierárquico não ser o ponto determinante na escolha do chefe ou comandante. Durante a escolha para exercer o cargo de comando em uma instituição ou na execução de uma tarefa militar, os critérios pessoais também são considerados, como por exemplo, o melhor aluno de turma, o que mais se destaca nas atividades físicas ou intelectuais, enfim, não há uma norma a ser seguida e sim, apenas as aptidões pessoais que o oficial desenvolve ao longo de sua carreira.

Constatei na minha pesquisa de campo um fato que poderá ajudar a ilustrar melhor o quanto à escolha do comandante de uma instituição militar é calcada nas

---

<sup>64</sup> Segundo a Art. 34 do Estatuto dos Militares, Comando é a soma de autoridade, deveres e responsabilidades de que o militar é investido legalmente quando conduz homens ou dirige uma organização militar. O comando é vinculado ao grau hierárquico e constitui uma prerrogativa impessoal, em cujo exercício o militar se define e se caracteriza como chefe. In.: **ESTATUTO DOS MILITARES**. Ministério do Exército. Brasília, Distrito Federal. Lei nº 6.880, de 09 de dezembro de 1980 – atualizado até 14 de março de 1997, pg. 17.

aptidões pessoais e nem sempre no círculo hierárquico, ou melhor, no posto a que pertence.

O oficial designado pelo Estado-Maior do Exército para ocupar o comando de um estabelecimento de ensino pertencia ao círculo de oficiais superiores – Tenente Coronel – mas, havia na mesma instituição, um oficial – Coronel - responsável pela coordenação pedagógica que estava um posto acima do comandante escolhido por ter sido o melhor aluno de turma e, para que o oficial superior pudesse continuar em tal instituição, o comandante tinha que autorizar ou não sua presença o que acabou redundando na sua ida para a reserva – aposentadoria – evitando assim, causar maiores constrangimentos perante os outros oficiais e vice-versa, pois não é nada fácil para um oficial estar em um posto acima do comandante da organização militar a que pertence, isso é o mesmo que confirmar a sua falta de capacidade e aptidão para exercer o posto de comando.

Apenas na formatura – solenidade específica para hastear a bandeira, nomear o melhor aluno de turma nas Escolas Militares, ou encerrar o ano letivo – há uma reunião de todos os círculos hierárquicos, mas com algumas distinções, a começar pela farda que caracteriza a posição do oficial e o lugar que ocupa durante a solenidade, determinando assim, a separação por patentes e demonstrando a necessidade de manter a segmentação como princípio regulador da instituição castrense.

Os círculos hierárquicos têm uma relevância muito grande para a compreensão da escala hierárquica e a mudança de posto nas Forças Armadas, mas há também a disciplina, que assim como a hierarquia é um dos pilares de sustentação da instituição militar responsável pela obediência e acatamento das leis e normas existentes na organização militar e principalmente pela construção do espírito militar.

### **2.1.2) Disciplina militar**

A disciplina, bem como a hierarquia é considerada um dos pilares de sustentação da instituição militar pelo fato de proporcionar a unidade da Força, ou seja, a disciplina, segundo o Estatuto dos Militares é responsável pela

...rigorosa observância e o acatamento integral das leis, regulamentos, normas e disposições que fundamentam o organismo

militar e coordenam seu funcionamento regular e harmônico, traduzindo-se pelo perfeito cumprimento do dever por parte de todos e de cada um dos componentes desse organismo<sup>65</sup>.

Os deveres começam primeiramente no processo de admissão dos futuros oficiais que devem seguir a risca todos os quesitos impostos pela instituição, entre eles destacamos a idade, nacionalidade, aptidão intelectual, capacidade física e idoneidade moral que implica em não ter exercido atividades prejudiciais ou perigosas à segurança militar. Assim as Forças Armadas começa a moldar e classificar, de acordo com suas metas e objetivos específicos os futuros oficiais como um objeto que pode ser introduzido na máquina administrativa do estabelecimento e transformado paulatinamente mediante regras e operações de rotina.

O primeiro contato que se dá entre o militar superior e o aluno é para instruí-los sobre o conjunto de regras próprias do mundo castrense que irá determinar a vida do militar e, cuja validade não se restringe apenas aos muros da escola, mas deve reger seu comportamento em todas as atividades públicas, independente de estar ou não, fardado. Esse sistema de regras estabelece um elenco de recompensas e privilégios para aqueles que obedecem e, castigos para os que quebram tais normas, sem esquecer de mencionar que podem ajudar ou prejudicar o oficial, na ascensão da escala hierárquica.

Ao adentrar na instituição o aluno passa por uma fase de regressão, afastando-se do mundo exterior e voltando a sua atenção para as regras disciplinares, ou seja, desfaz da sua aparência, dos instrumentos e serviços a que estava habituado, levando-o a uma desfiguração a começar pela roupa, o corte de cabelo, a postura, o linguajar, os horários controlados para realizar cada atividade e a inspeção que pode ser realizada cotidianamente ou esporadicamente, com ou sem prévio aviso.

Nas primeiras semanas, principalmente na Escola Preparatória de Cadetes do Exército (EsPCEEx)<sup>66</sup> e na Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), onde para muitos será o primeiro contato com uma instituição militar bem como os seus

---

<sup>65</sup> **ESTATUTO DOS MILITARES**. Ministério do Exército. Brasília, Distrito Federal. Lei nº 6.880, de 09 de dezembro de 1980 – atualizado até 14 de março de 1997, pg. 08.

<sup>66</sup> A EsPCEEx é um estabelecimento de ensino de grau médio que ministra o 3º ano do nível médio da educação básica e visa preparar e qualificar o aluno para o ingresso na AMAN. Para uma abordagem mais detalhada sobre a EsPCEEx consultar: FÁZIO, Ednéia. **Formação e perfil dos alunos da Escola Preparatória de Cadetes do Exército (1990-2000)**. FHDSS/UNESP-Franca, São Paulo, 2003. (Dissertação de Mestrado).

valores, regras e disciplina o aluno vive um processo de socialização profissional em que primeiramente deve acatar as regras internas da instituição e adaptar ao ambiente buscando desempenhar suas funções da melhor maneira possível.

Assim, o aluno perde o livre arbítrio e passa a acatar os regulamentos e normas da instituição, tendo inclusive que pedir permissão ou determinados objetos até para as atividades mais comuns, tais como: tomar banho, falar ao telefone, despachar cartas, fumar enfim, atividades que qualquer pessoa fora do mundo militar realiza sem ter que pedir permissão à outra pessoa.

Toda essa disciplina é adquirida no dia-a-dia dos oficiais, nas escolas, no treinamento e no hábito da obediência, sem o qual não se concebe qualquer operação militar, uma vez que a idéia predominante na estrutura da organização determina a forma das ações do conjunto e das inter-relações de cada um dos seus integrantes. Não é possível visualizá-la como a hierarquia em que reconhecemos pelos adereços na farda, pelo círculo que os oficiais freqüentam ou pelo posto que ocupam, mas é a responsável pela imposição de uma determinação geral sobre as partes nos remetendo a vários atributos que diferem a instituição militar das outras, como por exemplo, a continência, a formação, o formalismo, o respeito, a rigidez corporal, etc.

Ao contrário da hierarquia, a disciplina constrói a auto-imagem do que é ser militar e para Leirner

...não poderia ocorrer dentro de um “espírito hierárquico”, justamente na medida em que este é um princípio segmentador que, para quem é “de dentro”, não confere unidade alguma: *ser militar*, aqui, não é “ser sargento, major ou general”; mas sim é, dentro da lógica disciplinar que confere a seus atributos uma determinação anônima – e por isso transcendente, mesmo que às vezes etérea - , “*servir à pátria*”, “*vestir um uniforme*”, “*obedecer uma ordem*” .<sup>67</sup>

Ao assimilar as normas da instituição militar, o aluno deixa de ser um paisano (civil) e se torna um militar com características peculiares de tal universo, proporcionando-nos seu reconhecimento imediato independente de estar ou não fardado, pois segundo Castro a mudança é visível a começar pela

---

<sup>67</sup> Idem, Ibidem, pg. 103, grifos do autor.

Entonação da voz, clara e firme; o olhar direcionado para o horizonte, e não para baixo; uma postura correta, e não curvada; uma certa “densidade” corporal – tônus muscular, relação peso X altura equilibrada; uma noção rígida de higiene corporal – usar os cabelos curtos, o uniforme impecavelmente limpo, fazer a barba todos os dias (mesmo os imberbes); um linguajar próprio.<sup>68</sup>

Esse espírito militar não é notado apenas nas ações cotidianas dos oficiais, mas também se encontra na lei escrita que rege a instituição, prima pelo controle total dos indivíduos e, define claramente os deveres de um oficial militar.

Todo militar, em decorrência de sua condição, obrigações, deveres, direitos e prerrogativas, estabelecidos em toda a legislação militar, deve tratar sempre: I – com respeito e consideração os seus superiores hierárquicos, como tributo à autoridade de que se acham investidos por lei; II – com afeição e camaradagem seus pares; III – com bondade, dignidade e urbanidade os seus subordinados. 1º - Todas as formas de saudação militar, os sinais de respeito e a correção de atitudes caracterizam, em todas as circunstâncias de tempo e lugar, o *espírito de disciplina* e de apreço existentes entre os integrantes das Forças Armadas<sup>69</sup>.

Diante da citação acima extraída do documento das Forças Armadas poderíamos rapidamente concluir que esse espírito de disciplina se resume basicamente em definir as obrigações, deveres e direitos dos oficiais. Mas, para de fato perceber a disciplina, necessitamos analisar uma série de atributos que configuram, segundo a leitura do mundo militar, uma prática que define a sua essência – a unidade militar.

Assim podemos afirmar que a disciplina transmite valores, deveres e direitos da instituição castrense, ou da vontade coletiva para o oficial em particular que forma o quadro de oficiais das Forças Armadas é, portanto o eixo de ligação e de união entre os soldados. A seguir transcreveremos uma entrevista de um aluno do 1º ano da AMAN a Castro que menciona a importância da coletividade e aponta esse quesito como sendo um divisor entre civis e militares.

---

<sup>68</sup> CASTRO, Op. cit., p. 42.

<sup>69</sup> ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO. Regulamento de Continências, Honras, Sinais de Respeito e Cerimonial Militar das Forças Armadas, edição de 1983, impressão de 1994, pgs. 01-02.

O soldado aprende a guardar a individualidade dele e respeitar a coletividade, o que na nossa sociedade nunca acontece. Geralmente as pessoas são muito mesquinhas, pensam muito em si.(...) São tantos valores que distinguem um militar dum civil, desde uma simples pescaria num final de semana até questões financeiras. Por exemplo, você se sentiria mais seguro aceitando um cheque de um militar do que de um civil, porque o caráter, o que ele [militar] já teve formação é de manter suas coisas em dia, ter sua vida regrada, ou seja, ele só pode botar a mão onde alcança realmente. (...) Antes de fazermos uma coisa, a gente põe em risco tudo aquilo que nós conseguimos até aquele dia. Ou seja: “Poxa, eu não vou passar um cheque sem fundos pra não expor a minha conduta a comentários.” Enquanto que um civil não pensa muito nisso, ele acha que se ele errar, mesmo que esse erro vá dar em outros problemas maiores, ele acha que isso aí não vai afetar. Justamente porque isso aí vem de uma raiz bem abaixo que se chama pensamento em coletividade – que nós temos, e muito - e ele [o civil] pensa muito individualmente. Então, se ele [civil] passar um cheque sem fundos e prejudicar terceiros, ele não está esquentando a cabeça com isso, enquanto o militar não. Se bobear, ele fica punido lá fora e aqui dentro também. Então quer dizer que ele pensa mais em termos de coletividade. (...) Lá fora não, lá fora é o lobo comendo o lobo<sup>70</sup>.

A preocupação em ser o melhor é mais uma das características da disciplina e constante no universo militar, não apenas em comparação com os civis, mas também com os próprios colegas de turma que disputam constantemente o primeiro lugar, por exemplo, na classificação em notas e conceito militar nos estabelecimentos de ensino. É essa classificação que determina a Arma e o local onde o militar irá servir após a formatura e, também contribui ou não para a mudança de posto durante toda a sua carreira.

Além da melhor nota o aluno tem que ser bem conceituado segundo o julgamento dos oficiais superiores e por todos os colegas de turma que analisam e avaliam alguns quesitos durante a formação, entre eles, o entusiasmo profissional, lealdade, discrição, disciplina, o devotamento, aptidão para chefia e para o trabalho

---

<sup>70</sup> CASTRO. Op. Cit pg. 44. grifos do autor.

em grupo, o desenvolvimento intelectual e a resistência física, etc., para assim, atribuírem uma nota final referente à aptidão para o oficialato, ou seja, o desenvolvimento individual do militar não está livre da avaliação do grupo que considera não só as notas, mas principalmente o comportamento que nos remete a disciplina militar e conseqüentemente a coletividade, pois segundo um aluno do 4º ano da AMAN

Você luta por você, mas não para prejudicar o outro, você entendeu? Você tenta dar o máximo de você... mas com o objetivo de conseguir para você, não com o objetivo de tirar do outro. A gente tem que conseguir fazer isso: ser amigo, amigo seu que estuda junto, mas ao mesmo tempo você batalhando... Pô, você tem uma dúvida, eu vou lá, tiro a sua dúvida, eu explico, não tem problema. Mesmo que você esteja concorrendo comigo. A gente não tá preocupado com isso, não tá ligando pra isso. A preocupação nossa é fazer o máximo possível: eu consigo até aqui, meu limite é esse; fulano consegue até mais um pouco; sicrano já consegue menos. E os três são unidos, sem problema nenhum. (...) Cada qual tentando se superar, não superar o outro, você tentando aumentar o seu horizonte, sem querer o outro limite o dele, deixando o caminho dele tranqüilo. Agora, se o outro conseguir te passar, meus parabéns! Claro que você preferia estar na frente, mas aqui não tem esse espírito de competição acirrada<sup>71</sup>.

Esse espírito de unidade é presente na formação do militar, pois sua classificação e mesmo o desempenho profissional requer a avaliação e ajuda de seus colegas de turma, sem esquecer do fato de que uma das características primordiais de tal profissão é justamente o trabalho em equipe fruto da hierarquia e disciplina que segundo Ferreira “se transformam num segundo hábito pelo treinamento e são o cimento da estrutura militar – permitem a cada um que entra em ação saber que a obediência às ordens é a condição para que o menor número de vidas seja sacrificado na operação”<sup>72</sup>.

---

<sup>71</sup> Entrevista cedida a CASTRO, Celso. Op. Cit., p. 47, grifo do autor.

<sup>72</sup> FERREIRA, Oliveiros S. Op. Cit., p. 24.

Mas, além dessa base fundamental para a organização e mesmo existência das Forças Armadas, encontramos ainda a idéia predominante ou o princípio constitutivo – a honra militar.

## 2. 2) Honra militar

A honra militar consiste em uma ligação emocional dos oficiais com a Pátria e exprime-se no conceito de “patriotismo” e “civismo” presente nos padrões ideais de comportamento em que se manifesta o “valor militar” assim descrito pelo Estatuto dos Militares no Título II – Das Obrigações e dos Deveres Militares, Capítulo I – Das Obrigações Militares, Seção I – Do Valor Militar, Art. 27 – São manifestações essenciais do valor militar:

- I – o patriotismo, traduzido pela vontade inabalável de cumprir o dever militar e pelo solene juramento de fidelidade à Pátria até com o sacrifício da própria vida;
- II – o civismo e o culto das tradições históricas;
- III – a fé na missão elevada das Forças Armadas;
- IV – o espírito de corpo, orgulho do militar pela organização onde serve;
- V – o amor à profissão das armas e o entusiasmo com que é exercida; e
- VI – o aprimoramento técnico-profissional<sup>73</sup>.

O conceito de honra ajuda a estruturar a organização militar, pois não é um conceito jurídico e muito menos sociológico, mas é um conceito ético e, portanto, não pode ser tratado como matéria penal além de nos permitir entender o comportamento militar, especialmente nas relações dentro da organização, e compreender o fato de que as normas de conduta vigente no grupo influenciam a visão que cada um de seus membros tem do mundo civil, baseados no princípio da honra e não da legalidade.

Portanto, muitas vezes fica difícil para o civil entender o que significa a honra para o grupo militar, pois além de ser regido pelo princípio da honra e não pelo da legalidade, esse o acompanha desde o primeiro dia de seu ingresso na Força, ao

---

<sup>73</sup> **ESTATUTO DOS MILITARES**. Ministério do Exército. Brasília, Distrito Federal. Lei nº 6.880, de 09 de dezembro de 1980 – atualizado até 14 de março de 1997, pg. 13-14.



prestar o compromisso de honra aceitando as obrigações e deveres dos militares, descritos acima. Lutar e até mesmo morrer pela Pátria é mais do que exercer a sua profissão e cumprir com o seu dever é acima de tudo ter honra que, segundo Ferreira

...não é um valor econômico. Não se mede pela moeda. O sentimento de honra, especialmente no meio militar, é contrário à autonomia e ao poder individuais enquanto princípios reitores da vida coletiva, pois tem como ponto de referência não a busca de status definido pela riqueza, mas a ligação patética, emocional, com a Pátria<sup>74</sup>.

È a obrigação moral do militar em sacrificar-se em defesa da Pátria que o faz sentir diferente do civil que apenas envolve-se em momentos excepcionais, por adesão voluntária, podendo se retirar quando quiser sem se comprometer ou prejudicar, enquanto que o militar está intrinsecamente ligado à Pátria e destinado a defendê-la e caso venha a romper com esta ligação estará traindo seu juramento de honra feito no primeiro dia de ingresso na Força e diariamente lembrado todas as vezes que faz o juramento à Bandeira confirmando sempre que jurou ligar-se à Pátria e por ela morrer, já o civil não faz esse juramento e não tem como meta profissional à defesa da Pátria, além de ter como princípio constitutivo à legalidade e não a honra.

Assim, podemos distinguir os militares dos civis não apenas pelo uso constante da farda ou da arma, mas pelo processo de socialização totalmente diverso dos civis em que a base é a disciplina, a hierarquia e o trabalho em equipe e, também pela idéia predominante do princípio constitutivo da organização militar - a honra que é passada em todos os colégios militares, enquanto que as organizações civis se pautam pelo individualismo e a legalidade.

Essa diferença de socialização militar e civil cria uma cosmovisão dividindo o mundo entre “eles”, os militares, e “nós”, os civis, expressa em entrevista de um cadete da AMAN do 3º ano a Castro.

Mas no Rio de Janeiro, por exemplo, eu lembro quando eu fui morar em Copacabana. Fui na praia, aí vi aqueles grupinhos fumando, e os caras: “Pô, ô meu! Não sei o que lá, tarará...” Aí eu pensei, raciocinei

---

<sup>74</sup> FERREIRA, Oliveiros S. Op. Cit., pg. 25.

um pouquinho : “Pô, os caras não tão nem um pouco preocupados com o destino do Brasil, com educação, não têm interesse...” Ali eu via aquela “galera”, com aquele bronzeado de quem passou a infância e a juventude na praia, jogando a sua bola, fazendo às vezes nada, o pai tem grana, mora na Avenida Atlântica... beleza pura! Então o cara não ta preocupado com o destino da nação, ele pode ser até um comunista de barzinho, que fica beleza! Pra ele não tem preocupação nenhuma. Pô, e eu me preocupava com isso: “Então eu sou o errado?” Naquele grupo ali eu não podia entrar. Sobre o quê eu podia conversar com aqueles caras, se eu não participo da mesma vivência? (...) Eu ia ser o careta. (...) Eu ia ficar perdido ali. Como já aconteceu<sup>75</sup>.

Todas essas peculiaridades do universo militar, apontadas ao longo desse capítulo, são ensinadas constantemente nos Estabelecimentos de Ensino Militar, ou seja, nas escolas militares onde são treinados para não agirem por conta própria e nem criticar as ordens do seu superior, pois sua relação com o mundo real é seguida pelo critério de hierarquia e disciplina (obediência), sedimentada pela honra e pelo fato de serem burocratas, ou seja, funcionários do Estado, favorecendo para que não se desenvolva a iniciativa e, muito menos, o espírito crítico.

Assim, a educação militar tem um poder muito grande de transformação pessoal e de transmissão dos valores dominantes da corporação bélica, ou seja, a disciplina, hierarquia, honra e obrigação moral, daí o nosso interesse maior em pesquisar a política de ensino do Exército Brasileiro.

---

<sup>75</sup> CASTRO, Celso. Op. Cit., pg. 148.

## **CAPÍTULO III**

### **O ENSINO MILITAR: AMAN, EsAO e ECEME**

Sabemos que o tema educação transcende os limites da administração pública e a história nos relata que é uma das primeiras áreas a ser questionada com as mudanças seja no governo ou nos regimes políticos, uma vez que pode ser entendida como veículo de difusão de idéias e, portanto de formação de consciências, daí nosso interesse em pesquisar tal tema uma vez que permite visualizar como os militares estão absorvendo e se preparando para as mudanças no cenário mundial.

No caso do Brasil, toda a educação civil ou militar está subordinada diretamente à atual Constituição que informa ser a educação um direito do cidadão e um dever do Estado e da família em garantir seu cumprimento – e também não poderia deixar de mencionar à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) que após dez anos de intermináveis discussões veio a público em 1998. Esta lei regulamenta todo o ensino nacional, informando inclusive como deverão ser sugeridos os conteúdos disciplinares, explicitamente estabelece que não tem ingerência sobre o ensino militar, que será um problema a ser tratado pelos Comandos das Forças e não pelo Ministério da Educação (MEC)<sup>76</sup>.

Assim, a educação militar está fora do âmbito de ação do governo o que nos leva a concluir que as Forças Armadas gozam de uma grande autonomia, uma vez que pode formar seus quadros, forjando consciências sem sequer dar satisfação de seus atos ao governo, resultando na elaboração de suas características e assumindo um papel específico dentro do âmbito da educação nacional com as seguintes características:

- estrutura e métodos próprios, bem como objetivos específicos;
- sistemas integrantes dirigidos por órgãos específicos;
- entendimento e preparação de todo o efetivo militar, através de diferentes cursos e estágios;
- gratuidade nos cursos e estágios, os quais serão desenvolvidos por corpo docente próprio;
- seqüência estruturada para atender a continuidade funcional da carreira militar;
- processo ensino-aprendizagem dinâmico, pela fixação de metas, constantes avaliações e oportunas correções;

---

<sup>76</sup> Art. 83. O ensino militar é regulado em lei específica, admitida a equivalência de estudos, de acordo com as normas fixadas pelos sistemas de ensino. BRASIL: MEC – Lei 9394/98.

- relacionamento com o meio acadêmico civil, mediante a utilização de cursos de graduação e pós-graduação universitária para Oficiais;
- contribuição para o desempenho das demais Forças Singulares e Auxiliares, mediante a oferta de vagas em seus Estabelecimentos de Ensino (EE);
- utilização de órgãos públicos e privados, particularmente para a consecução do ensino supletivo<sup>77</sup>.

Diante desses objetivos específicos citados acima e da autonomia das Forças Armadas em reger o ensino militar, podemos mencionar a importância do ensino que reside no fato de que os Estabelecimentos de Ensino (EE) militar têm por finalidade proporcionar aos futuros oficiais das Forças Armadas a formação e aperfeiçoamento necessário para a ocupação de cargos e o desempenho de funções previstas na sua organização, entre elas destacamos a disciplina e a hierarquia, além de elaborar resposta adequada às exigências de seu cliente – o Estado – e isso possibilita que o ensino seja constituído de um processo dinâmico e não de uma realidade fixa, fruto das novas tecnologias e das tarefas administrativas executadas pelos oficiais.

As Forças Armadas direcionam grande parte do tempo na formação dos oficiais que integram seus quadros, pois é a responsável pela mudança de posto na escala hierárquica, uma vez que, a frequência de cursos específicos equivalentes a uma pós-graduação, por exemplo, possibilita a promoção de posto do oficial, assim como o tempo de serviço, como acontece em geral nas organizações burocráticas, além é claro de garantir a reprodução dos valores corporativos e institucionais de cada Força e segundo Ludwig

A educação militar passa a ter uma grande influência na transformação pessoal, e isso é sentido pelos novos alunos que passam por um processo de despersonalização individual. Eles passam a acatar os valores dominantes da corporação bélica: obediência, disciplina, hierarquia, lealdade, pontualidade, assiduidade, etc<sup>78</sup>.

---

<sup>77</sup> Portaria Nr 25/DEP, de 06 de set. 95 e Ofício NR 367/A2/DEP – Circ. De 21 nov. 96 (Ordens Preparatórias). Cf: Diretriz para a reformulação curricular na área do DEP, pg. 01.

<sup>78</sup> LUDWIG, Antônio Carlos Will. Democracia e Ensino Militar. São Paulo: Cortez, 1989, pg. 08.

Todo esse processo de socialização do futuro oficial militar é algo recente na instituição, pois até meados de 1905, o ensino militar, em especial o ministrado na Escola militar da Praia Vermelha oferecia cursos de formação civil, como por exemplo, o de engenharia e não atendia as necessidades da época e tinha grandes dificuldades para criar um curso especial voltado para a formação profissional dos oficiais. Mesmo com a separação em 1858 entre o curso militar e o civil, o que garantindo autonomia ao ensino militar, este não estava direcionado para às necessidades do Exército Brasileiro, pois formava oficiais cultos e propensos a lutar pela transformação política do país, contava ainda com a difusão do positivismo, do bacharelismo e outras doutrinas científicas.

Segundo Costa<sup>79</sup> as inúmeras tentativas de enquadramento do ensino militar numa perspectiva estritamente profissional fracassaram por duas razões básicas: primeiro, a ausência de um Estado-Maior do Exército que integrasse a elite dos oficiais em torno de uma doutrina militar e de um projeto institucional da corporação, o que impediu o controle institucional do Exército sobre o ensino militar; já o segundo motivo estava na inexistência de controles institucionais possibilitando espaço para as pressões corporativas do quadro docente que desejava manter o “alto nível” acadêmico e científico do ensino militar, refletindo também a forte demanda por uma ampliação das vagas no ensino superior.

O corpo docente visava apenas o ensino civil, a instrução prática voltada para o aprendizado dos quesitos militar era esquecida, já os estudos teóricos tinham preferência sobre os práticos na própria estrutura curricular, onde os critérios de avaliação excluía a possibilidade de reprovação de algum aluno por um mau desempenho em matérias de instrução prática.

Assim, o ensino militar, durante todo o período da monarquia seguiu os preceitos do ensino civil dificultando a formação específica de um militar e, somente com o regulamento do ensino do Exército, em 1905, no período republicano, há a separação entre o “bacharelismo” – ensino civil e o “profissionalismo” – ensino militar demarcando a base de sustentação da Força, ou seja, a disciplina e a hierarquia.

Diante da relevância do ensino militar para a formação e aperfeiçoamento dos oficiais das Forças Armadas, sem esquecer de mencionar a autonomia para reger a

---

<sup>79</sup> COSTA, Valeriano m. Ferreira. Ressentimento e Revolta. Formação Cultural e Radicalização Política dos Jovens Oficiais da Escola Militar da Praia Vermelha: 1874-1889. São Paulo/FFLCH-USP, 1990. Dissertação de Mestrado.

educação castrense abordaremos neste capítulo a estrutura do ensino militar, especificamente do Exército Brasileiro, bem como três escolas de nível superior, indispensáveis para a mudança de posto dos oficiais de carreira: a Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), a Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO) e a Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME) para finalmente, pontuar as mudanças na política de ensino militar no governo civil democrático.

### **3.1) Fases do ensino militar**

A educação militar, segundo Janowitz<sup>80</sup> possibilita ao oficial três tipos de carreira: a carreira padrão (standard), a rotineira e a adaptativa. No primeiro caso o oficial segue um modelo de carreira que compreende etapas obrigatórias, mas que exigem particular empenho pessoal, como freqüência de escolas de comando e de Estado-Maior e um bom desempenho no cumprimento de determinadas funções; já na carreira de tipo rotineiro, o oficial cumpre as regras mínimas estabelecidas, mas em momentos cruciais para a progressão não lhe é dada oportunidade – ou não a aceita – de superar certos obstáculos, como cursos especiais, cargos de Estado-Maior, etc.

Nas carreiras de tipo adaptativo encontramos oficiais que seguem uma carreira padrão, mas investem ou arriscam em experiências adicionais, como especialidades raras, novas, ou ainda em fase experimental.

No ensino militar do Exército Brasileiro não é diferente, pois encontramos três estágios fundamentais para o oficial de carreira: o primeiro é realizado nos Colégios Militares – estabelecimentos de ensino Fundamental e Médio e que não é obrigatório para adentrar nas escolas militares de nível superior – e a Escola Preparatória de Cadetes do Exército (EsPCEX) que ministra o último ano do ensino médio e atualmente representa o primeiro degrau para o aluno ingressar na Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) e se tornar um oficial de carreira; o segundo é o curso superior oferecido pela AMAN com duração de quatro anos e finalmente os cursos de Aperfeiçoamento e de Pós-graduação ministrados pela EsAO e ECEME e que

---

<sup>80</sup> JANOWITZ, Morris. O Soldado Profissional. Estudo Social e Político. Trad. Donaldson M. Garschagen. Rio de Janeiro: Edições GRD, 1967.

possibilita o oficial de chegar ao topo da escala hierárquica e exercer a patente de general.

Além das escolas temos ainda as linhas distintas do ensino militar que são: o ensino militar bélico destinado ao preparo e ao aperfeiçoamento dos oficiais para os diversos cargos militares ligados ao planejamento e ao emprego do Exército como Força Terrestre e o ensino militar científico-tecnológico com a função de preparar e aperfeiçoar os oficiais para a realização de pesquisas científico-tecnológicas e, a obtenção e a produção de meios materiais indispensáveis ao equipamento da Força.

Em ambas as linhas, o ensino militar abrange o nível fundamental e profissional sendo que o primeiro destina-se à base humanística, filosófica, científica e tecnológica necessárias ao preparo do militar; já o segundo prepara e aperfeiçoa os oficiais que compõe os quadros e a tropa.

A seguir iremos apresentar as três escolas de nível superior do Exército bem como suas particularidades e objetivos frente à formação e aperfeiçoamento dos oficiais de carreira.

### **3.1.1) AMAN**

A AMAN, localizada em Rezende no Rio de Janeiro, corresponde ao primeiro ciclo do ensino militar superior do Exército Brasileiro e ministra cursos de Formação destinados à habilitação para ocupação de cargos de tenente e capitão não-aperfeiçoado, previstos nos Quadros de Organização (QO) em tempo de guerra ou de paz. É responsável pela formação básica dos oficiais bem como pela iniciação à formação do chefe militar, desenvolvendo a personalidade do futuro oficial, uma vez que para alguns dos seus alunos é na AMAN que terão contato pela primeira vez com uma escola militar.

Dentro do Sistema de Ensino Militar, a AMAN se posiciona como uma escola de formação de grau superior e da linha de ensino militar bélico, sendo seu curso reconhecido pelo Conselho Federal de Educação por intermédio dos pareceres CFE 104/68 e CFE 74/69, o que proporciona ao cadete (aluno da AMAN e que ocupa a posição de praça especial na escala hierárquica) os direitos previstos na legislação que regula o ensino superior no país proporcionando o diploma de bacharel em Ciências Militares. Além da LDB não ter nenhuma ingerência sobre o ensino militar ainda o reconhece como ensino superior e lhe proporciona o título de bacharel.



Para adentrar na Academia, o candidato pode cursar a EsPCEEx , o que até alguns anos era obrigatório para a prova de admissão da AMAN, ou fazer a inscrição diretamente na Academia, seu curso tem duração de quatro anos, o regime adotado é de internato e o currículo abrange o ensino fundamental com matérias comuns aos demais cursos universitários e o ensino profissional que aborda temas específicos da área militar.

Oferece os seguintes cursos: infantaria, cavalaria, artilharia, engenharia, intendência, comunicações e material bélico que são estruturados em duas fases distintas: a primeira fase corresponde aos 1º e 2ºanos e tem por objetivo iniciar a formação do cadete, com a aquisição de conhecimentos comuns a todos os cursos, habilitando-o ao prosseguimento nos 3º e 4º anos, já a segunda fase que corresponde respectivamente aos 3º e 4º anos tem por objetivo complementar a formação dos anos anteriores e habilitar para o exercício de cargos de tenente e capitão não-aperfeiçoados das Armas, do Serviço de Intendência e do Quadro de Material Bélico, além de orientar o futuro oficial quanto ao prosseguimento dos estudos necessários para os cargos de capitão aperfeiçoado e para os postos mais elevados, segundo tabela da escala hierárquica apresentada no primeiro capítulo.

Assim o cadete passa conhecer rapidamente o caminho para a ascensão na escala hierárquica e a importância do ensino e da disciplina para tal propósito, pois um dos quesitos básicos para cursar a Academia é a frequência aos trabalhos escolares que é obrigatória, sendo considerada ato de serviço, ou seja, assim que matriculado o aluno já começa a contar como tempo de serviço o que será determinante para a sua passagem da ativa à reserva.

Para exemplificar melhor o curso da Academia vamos conhecer os quatro anos e suas respectivas disciplinas, bem como seus objetivos.

O primeiro ano é denominado Curso Básico que engloba os conhecimentos fundamentais e profissionais dos militares, desenvolvendo valores específicos da instituição castrense e impondo comportamentos e atitudes que irá moldar o cadete e prepará-lo para desempenhar sua função profissional. As matérias ministradas são: Matemática, Mecânica, Geometria Descritiva, Química, redação e Idiomas.

No segundo ano o curso é avançado e dá continuidade aos conhecimentos comuns da esfera militar, bem como as tarefas de comandante de grupo de combate, com as seguintes disciplinas: Informática, Estatística, Redação, Topografia e Idiomas, além de possibilitar subsídios para ingressar em qualquer uma das

habilitações militares – Armas, Quadro ou Serviço<sup>81</sup> – opção que será feita apenas no final do segundo ano.

Ao escolher a Infantaria o cadete sabe que terá um contato físico direto com as tropas adversárias e tem a tarefa de conquistar e manter posições e, portanto necessita ter uma excelente resistência física e psicológica para vencer o cansaço, a fome, a falta de conforto e até mesmo a morte.

A cavalaria tem a missão de fazer o reconhecimento avançado do campo adversário, abrir caminho e favorecer a passagem da Infantaria, o que requer impacto, rapidez e muitas vezes coragem para abordar o território do inimigo.

Já a Artilharia apóia a Infantaria e a Cavalaria imobilizando o inimigo e preparando a ataque de infantas e cavalarianos, ou seja, executa um trabalho mais técnico em relação aos tenentes das Armas anteriores.

As atividades da Engenharia são específicas, tais como construção rápida de pontes para transposição de cursos d'água, desativar campos de minas, fazer demolições utilizando explosivos, etc. e dar apoio a outras Armas, especialmente a Infantaria.

Essas Armas participam da frente de combate enquanto que as Comunicações permanecem junto ao comando das tropas em combate e sua função é centralizar as informações recebidas pelo rádio de todas as unidades, e por último temos ainda o Material Bélico atuando no reparo e manutenção de viaturas e equipamentos e a intendência que fornece suprimentos e prestação de serviço, como banho, comida, vestuário, etc., e juntas elas dão o apoio logístico às tropas.

Todas as Armas apesar de desempenhar papéis diferentes formam um conjunto durante o combate, sendo possível a percepção mais uma vez da importância do trabalho em equipe<sup>82</sup>.

Assim, ao ingressar no terceiro ano, os cadetes terão além das matérias do ensino universitário os assuntos militares específicos da Infantaria, Cavalaria, Artilharia, etc., segundo suas notas, vagas oferecidas à habilitação adequada e seus interesses ou aptidões. Essa escolha ocorre ao concluírem o segundo ano, quando os cadetes são classificados segundo suas notas e chamados do primeiro ao último colocado, para assim, optarem pela Arma, Quadro ou Serviço onde ingressarão,

---

<sup>81</sup> Existe na linha bélica cinco Armas ( Infantaria, Cavalaria, Artilharia, Engenharia e Comunicações) um Quadro (Material Bélico) e um Serviço (Intendência). Cf: Regulamento da Academia Militar das Agulhas Negras (R-70). Portaria nº 009, de 14 de janeiro de 2002. Ministério da Defesa, Exército Brasileiro – Gabinete do Comandante.

<sup>82</sup> Para uma maior abordagem das Armas consultar o texto de CASTRO, Celso. Op. Cit., pgs. 59-89.

mas as vagas são pré-estabelecidas pelo Estado-Maior do Exército o que implica no fato de que os últimos colocados provavelmente não terão opção de escolha e terá que ingressar na Arma, Quadro ou Serviço que ainda restar vagas.

A classificação individual segundo o desempenho do cadete ao longo dos dois primeiros anos na Academia, bem como a nota que o grupo atribui ao cadete, tanto dos oficiais superiores a que está subordinado como dos cadetes que compõe a sua turma, é crucial para a escolha da Arma, Quadro e Serviço o que será determinante para a ordem de promoção, bem como os futuros locais de trabalho, vagas em curso de especialização, promoções, enfim, toda a sua trajetória profissional.

No terceiro ano as disciplinas são Direito, Filosofia, História Militar, psicologia e idiomas, enquanto que no quarto ano, prevalece o Direito, Economia, Geografia, História Militar, Redação e Idiomas.

Portanto, o cadete deve estar atento ao sistema de classificação utilizado que tem como base primeiramente o quesito de faltas, ou seja, todas as vezes que faltar ou não assistir integralmente as aulas, ou atividades escolares e não justificar tal ato perde um ponto e três, caso não apresente uma justificativa, sem esquecer que pode perder no máximo dez pontos caso não compareça ou assista parcialmente uma atividade escolar de duração superior a oito horas e se justificar o triplo de pontos.

O número total de pontos perdidos pelo cadete é publicado mensalmente no boletim interno da Academia e contribui para não ser o primeiro aluno de turma o que implica em falta grave para uma futura ascensão hierárquica, e até mesmo motivo para exclusão da Academia, uma vez que não poderá exceder a vinte e cinco por cento do número total de tempos de aula, instruções ou trabalhos escolares previstos.

Já na avaliação o rendimento escolar integral – cognitivo, afetivo e psicomotor além da aptidão moral são considerados e só é aprovado quando obtiver nota final igual ou superior a cinco em todas as disciplinas, caso tenha nota inferior a cinco em duas disciplinas, sendo uma de treinamento físico militar e esteja cursando o 1º, 2º ou 3º ano, o cadete será promovido ao ano seguinte na condição de dependente das disciplinas em que foi reprovado, mas não poderá ter nota inferior a cinco em qualquer disciplina do 4º ano. Somente será reprovado se obtiver a nota inferior a

cinco em duas ou mais disciplinas no respectivo ano, ou nas disciplinas em que estiver realizando dependência ou em qualquer disciplina do quarto ano<sup>83</sup>.

Durante todo o curso o cadete é avaliado constantemente, não só pelo rendimento escolar, mas pelos atributos de sua personalidade, ou seja, camaradagem, liderança, habilidade em determinada área, etc., sendo que ao final do curso o conceito escolar é emitido o que irá determinar toda a sua carreira, principalmente quando for mudar de posto.

Sua primeira mudança na escala hierárquica ocorre no final do segundo ano, ao optar por uma Arma o que implica em conviver no círculo hierárquico correspondente a sua escolha e marca a opção definitiva para toda a carreira do militar.

Após a conclusão do curso da AMAN, o cadete recebe o diploma de bacharel em Ciências Militares passando a freqüentar o círculo de oficiais intermediários e exerce o cargo e função de capitão e, ficará nesse posto aproximadamente por sete anos quando necessariamente prestará concurso para a Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO) e assim ascender na escala hierárquica, bem como no círculo de oficiais. Como podemos notar, cursar as escolas militares e ter um bom desempenho é condição necessária para o oficial de carreira, daí resultarmos na afirmação de que hierarquia e disciplina caminham juntas nas Forças Armadas.

### **3.1.2) EsAO**

A EsAO, localizada na cidade do Rio de Janeiro, corresponde ao segundo ciclo do nível superior do ensino militar do Exército e ministra o Curso de Aperfeiçoamento para capitães qualificando-os para exercer a função de Comandante ou membro do Estado-Maior das Unidades de sua Arma, ou seja, “a EsAO ocupa uma posição intermediária na linha de ensino bélico, entre a AMAN e a ECEME, constituindo-se no último degrau que dispõe o Oficial para adquirir conhecimentos específicos de sua Arma, Quadro ou Serviço”<sup>84</sup>.

---

<sup>83</sup> Todas as informações foram retiradas do Regulamento da Academia Militar das Agulhas Negras (R-70). Cf: Idem, Ibidem.

<sup>84</sup> AZEVEDO, José Cosme de (Ten. Cel. Art.). O Papel da AMAN, EsAO e da ECEME na formação e aperfeiçoamento do oficial. Necessidade de integração de currículos. Rio de Janeiro: ECEME, 1985, pg. 15. (Monografia)

Oferece os seguintes cursos: Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais da Arma de Infantaria; Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais da Arma de Cavalaria; Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais da Arma de Artilharia; Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais da Arma de Engenharia; Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais do Serviço de Intendência; Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais da Arma de Comunicações; Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais do Quadro de Material Bélico; Curso de Aperfeiçoamento Militar de Oficiais do Serviço de Saúde – Médicos; Curso de Aperfeiçoamento Militar de Oficiais do Quadro de Engenheiros Militares e Curso de Aperfeiçoamento Militar de Oficiais do Quadro Complementar de Oficiais.

Como nosso interesse é dar continuidade aos estudos dos ex-alunos da AMAN (oficiais de carreira), iremos focar nossa análise apenas no Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais (CAO) que tem duração de aproximadamente dois anos sendo o primeiro ano à distância e o segundo presencial.

Os cursos da EsAO são de pós-graduação lato-sensu direcionada ao aperfeiçoamento técnico-profissional e, stricto-sensu com o objetivo de desenvolver pesquisa visando novos conhecimentos em áreas de interesse do Exército. Ambas são reconhecidas pelo MEC e, visam ampliar os conhecimentos iniciados nos cursos da AMAN sendo que a primeira qualifica o aluno ao término do curso, em Operações Militares, desde que apresente uma monografia e cumpra todos os créditos estipulados pelo regulamento da Escola, já a segunda confere a titulação de Mestre em Operações Militares, após apresentar uma Dissertação aprovada pelo Diretor de Ensino e cumprir com as demais exigências do regulamento da Escola<sup>85</sup>.

Assim ao concluir o curso da EsAO, independente de ser lato-sensu ou stricto-sensu o oficial mais uma vez muda de posto e passa a exercer o cargo e função de Major, onde permanece no máximo cinco podendo concorrer a uma vaga na Escola de Comando e Estado-Maior (ECEME) e ascender mais uma vez na escala hierárquica, podendo enfim, chegar ao posto máximo, dependendo do seu desempenho ao longo da carreira.

---

<sup>85</sup> Para obter maiores informações sobre os cursos da EsAO, basta consultar o Regulamento da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (R – 75), aprovado pela portaria nº 360, de 30 de julho de 2002.

### **3.1.3) ECEME**

Quanto a ECEME, localizada na Praia Vermelha, no Rio de Janeiro, é o mais alto nível do Sistema de Ensino do Exército e responsável pela formação do oficial dando seqüência aos cursos da AMAN e EsAO, sendo seu ensino destinado a preparar oficiais para o exercício de funções de comando chefia, direção, Estado-Maior e assessoramento nas organizações militares dos escalões mais elevados e nos órgãos da alta administração da Força.

Atualmente oferece os seguintes cursos e programas: Curso de Política, Estratégia e Alta Administração do Exército (CPEAEx) destinado exclusivamente a oficiais brasileiros visando atualizar e ampliar os conhecimentos sobre política, estratégia e alta administração para os oficiais que já concluíram o Curso de Altos Estudos Militares (CAEM) e possam receber o título de Doutor em Política, Estratégia e Administração Militares, além de habilitar oficiais superiores que ainda não possuem o curso de Altos Estudos para o exercício de cargos e funções de assessor de alta administração do Exército e de generais-de-brigada, além de prepara o chefe militar.

Já o Curso de Política, Estratégia e Alta Administração do Exército - Ensino a Distância (CPEAEx EAD) é destinado exclusivamente para os oficiais que já cursaram o CAEM e estão impossibilitados de realizarem o curso de forma presencial devido a missão permanente no exterior e tem duração de vinte e quatro meses.

E finalmente temos os Cursos de Altos Estudos Militares (CAEM) destinados a habilitar e capacitar os oficiais para os cargos e funções privativos do Quadro de Estado-Maior da Ativa (QEMA) e de oficiais generais, entre eles destacamos: o Curso de Comando e Estado-Maior (CEEM) para oficiais das Armas, Quadros e Material Bélico, com duração de dois anos e confere ao aluno o título de Doutor em Ciências Militares; o Curso de Chefia de Estado-Maior de Serviço para oficiais Intendentes (CEMS/Int.), também com duração de dois anos e com titulação de Doutor em Ciências Militares; o Curso de Chefia e Estado-Maior de Serviço para oficiais médicos (CEMS/Sau.), ministrado por correspondência, com duração de um ano; Curso de Direção para Engenheiros Militares (CDEM), também com duração de um ano; Curso de Preparação (CPrep/ECEME) destinado a orientar e preparar os candidatos à matrícula na ECEME e o Curso de Atualização

(CADECEME) que tem como objetivo atualizar os conhecimentos dos oficiais diplomados pela ECEME.

Sua estrutura curricular é comum para todos os seus cursos de Altos Estudos, atuando nas duas áreas do Ensino Militar – Fundamental e Profissional, mudando apenas a carga horária, a seleção dos assuntos e visando sempre atender aos objetivos específicos de cada curso<sup>86</sup>.

É importante frisar que todos os cursos oferecidos pela ECEME são reconhecidos pelo MEC e, portanto, possuem diplomação e titulação equivalentes à educação superior nacional e é fundamental para que o oficial de carreira chegue ao posto máximo na escala hierárquica.

Essa conquista do Exército Brasileiro em relacionar escolaridade e posto hierárquico é fruto de varias mudanças no sistema de ensino militar, com autonomia para modificar sua política educacional segundo interesses particulares da Força, em especial a profissionalização, e, principalmente de uma vistoria minuciosa que fizeram nas escolas militares no final dos anos oitenta e daí concluírem que todo o sistema educacional apresentava falhas graves para a formação e aperfeiçoamento dos oficiais, além de não corresponder com o preparo de seus quadros para as novas ameaças do século XXI.

Portanto, podemos brevemente resumir o ensino militar do Exército em dois momentos, antes e após o Projeto de Modernização de Ensino que tem como objetivo primordial modificar o sistema educacional militar em todos os sentidos, desde a reformulação dos currículos até o método didático utilizado nas escolas. Diante dessa reestruturação do sistema educacional militar iremos apresentar primeiramente o ensino militar antes do Projeto de Modernização para assim conhecermos tal projeto e suas modificações.

### **3.2) Sistema Educacional Militar – algumas considerações**

Até a primeira metade do século XIX, entre 1810 e 1850, o que predominava no ensino militar, na parte teórica, era a disciplina de matemática, com uma carga horária que abrangia oitenta por cento das aulas, já o restante, apenas vinte por

---

<sup>86</sup> Todas as informações referentes a ECEME e seus cursos foram retiradas do Regulamento da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (R181), aprovado pela portaria n° 620, de 28 de novembro de 2001.

cento, eram distribuídos em disciplinas curiosas, segundo Rocha<sup>87</sup>, tais como: Pirotecnia, Ótica, Astronomia, Meteorologia, Geodésia, Ataque e Defesa de Sítios Memoráveis, Arquitetura, Navegação, e até, Catametração, destinada á escolha de terrenos conforme os fins necessários.

A primeira disciplina social, denominada Noções de Direito das Gentes e de Legislação militar, só começou a ser ministrada com o desdobramento de dois institutos de ensino – o antigo, que permaneceu no Largo São Francisco (a Escola Central) e o outro que se instalou na Fortaleza da Praia Vermelha, no Rio de Janeiro, mas com o passar do tempo o título dessa disciplina foi modificada para Direito das Gentes, noções de Direito Natural e de Direito Público e Legislação Militar.

Somente com a reforma de 1874, fruto do resultado da Guerra do Paraguai inseriram no currículo das escolas militares a disciplina de História dividida em: Antiga, Média, Moderna, Contemporânea e Pátria; e de Direito Internacional voltado para as relações de guerra, além do estudo de línguas e Noções de Economia Política e Direito Administrativo.

Com a proclamação da República há uma nova reforma nos regulamentos de ensino castrense, sob a inspiração do professor Benjamin Constant, assim, as disciplinas sociais expandiram com a introdução da Geografia Física, Política, Sociologia e Moral, além do reforço do estudo de línguas, mas ainda a matemática preponderava.

A nomeação do general Hermes da Fonseca para exercer o cargo de Ministro da Guerra no início do século XX acarretou em algumas modificações na organização do Exército, bem como no sistema de ensino. Uma das primeiras medidas foi a tentativa de implementação do serviço militar obrigatório, além do envio de jovens oficiais para estagiar no Exército alemão e negociar a vinda de uma missão militar estrangeira para modernizar o Exército Brasileiro.

Quem ganhou o contrato para modernizar o Exército Brasileiro foi a França e no mesmo período o recrutamento obrigatório finalmente foi implementado, além da corporação ter recebido novas armas e equipamentos e conseqüentemente, o ensino militar foi amplamente reformulado, com destaque para as novas disciplinas

---

<sup>87</sup> ROCHA, João Evangelista Mendes da. O Ensino Militar e sua dimensão histórica. In: A Defesa Nacional, n° 758, ano LXXIX, out./dez. 92, Rio de Janeiro, pgs. 115-118.



que definiam a promoção hierárquica, além do reconhecimento do mérito, o treinamento da tropa, o cotidiano nos quartéis, etc.

Mesmo com todas essas mudanças somente em 1944, com a ida da Escola do Realengo do subúrbio do Rio de Janeiro para a cidade de Rezende e, com um novo nome – Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) é que o ensino prático-profissional passa a ser distribuído pelas Armas, e novas disciplinas com enfoque social são ministradas, tais como: Noções de Direito, Legislação Militar, Administração, História Militar, Sociologia e Economia Política, mas somente nos anos setenta é que inicia o estudo mais amplo das Ciências Humanas e Sociais nas escolas militares.

Ainda assim o sistema de ensino do Exército apresentava várias falhas quanto à formação e aperfeiçoamento de seus quadros, além da falta de controle da corporação por parte dos oficiais superiores, em especial os generais, envolvidos diretamente com o governo militar. Com o desfecho do regime militar o Exército mantém inúmeras prerrogativas, descritas ao longo do primeiro capítulo, em especial do ensino militar e no final dos anos oitenta começa novamente a busca pelas reformas nos estabelecimentos de ensino, bem como a formação mais condizente do futuro oficial para corresponder com as novas ameaças do século XXI.

O primeiro passo foi à realização de um Simpósio sobre educação, em 1995, na cidade do Rio de Janeiro, organizado pelo Estado-Maior do Exército (EME) e que contou com a participação de oficiais superiores e de civis que pesquisavam o tema Forças Armadas o que redundou na criação, no Departamento de Ensino e Pesquisa (DEP), no Grupo de Trabalho para Estudo e Modernização do Ensino (GTEME), formado por civis e militares e, que estudou e diagnosticou todo o sistema educacional do Exército e propôs as mudanças, seguindo sempre os três papéis fundamentais para as tarefas e missões militares. São eles:

Papel tradicional – requer a qualificação do militar em relação ao uso de novos materiais tecnologicamente mais avançados em comparação aos que ele foi ensinado a usar anteriormente, ou seja, o militar precisa constantemente se reciclar, estar sempre atento às novas tecnologias do mundo armamentístico. Além da reciclagem, independente do seu grau hierárquico, deve aprender um método rápido e flexível de tomada de decisões.

O segundo papel é o de integrador, ou seja, a capacidade de interagir com outros grupos sociais, desde militares até civis, e, finalmente, o papel de “soldado

internacional” capaz de desempenhar funções, tais como: forças de paz ou como observador militar, para isso, necessita estar sempre atualizado sobre a situação mundial, o que requer o conhecimento em idiomas e permitir uma comunicação irrestrita.

Diante da formação do GTEME, o Exército iniciou a sua inspeção nos colégios militares visando conhecer a situação, até aquele momento, do sistema de ensino, para posteriormente elaborar e executar o Projeto de Modernização de Ensino. O objeto do grupo de trabalho (GTEME) foi justamente o de apontar as falhas do sistema educacional e as soluções, para isso, teve que conhecer profundamente os Estabelecimentos de Ensino e seu funcionamento proporcionando o conhecimento do Sistema Educacional antes e depois do Projeto de Modernização de Ensino do Exército.

### **3.2.1) Sistema de Ensino Militar: didática e metodologia**

Até o Documento Nr. 49 - Fundamentos para a Modernização do Exército, entrar em vigor a partir de 1996, a situação do Sistema de Ensino era a seguinte:

O órgão central do Sistema de Ensino do Exército é o DEP, responsável pela administração de Ensino, segundo a política de ensino e as diretrizes do Estado-Maior do Exército, já as Diretorias são os órgãos de apoio. A primeira observação do GTEME foi o fato de que não havia até aquele momento uma assessoria técnica encarregada de fazer a supervisão pedagógica dos Estabelecimentos de Ensino (EE), nem do DEP e muito menos das Diretorias, aumentando conseqüentemente o trabalho de cada entidade, limitando o poder de decisão das Diretorias e as impedindo de exercer eficazmente a auditoria e a orientação do ensino nos estabelecimentos que lhe são subordinados.

Assim, a troca de experiências pedagógicas entre as diferentes escolas militares, bem como suas administrações e seus docentes, ficou limitada e extremamente vagarosa, uma vez que não havia um diálogo ou conhecimento do que era realizado entre os EE dificultando a integração de currículos escolares, por exemplo.

Já os EE e, seus respectivos cursos que consistia em escolas e cursos de formação e de aperfeiçoamento, de oficiais e de praças, subordinados à Diretoria de

Especialização e Extensão, além das escolas que formavam, aperfeiçoavam, especializavam e proporcionavam extensão, simultaneamente, a oficiais e praças, não apresentava estrutura adequada para sequer coletar e analisar dados estatísticos referentes aos alunos, às escolas, os cursos, etc., que poderiam contribuir para o aperfeiçoamento do ensino.

Para dificultar ainda mais a ligação entre os EE, a legislação que compreende o conjunto de leis, regulamentos, portarias, instruções, diretrizes, normas, planos e programas das escolas, é extremamente centralizada e detalhada, dificultando e até impedindo os diretores dos órgãos de apoio e os comandantes das escolas de tomarem qualquer decisão referente ao ensino castrense, além de não correlacionar com a legislação nacional, impossibilitando, portanto, o reconhecimento legal dos cursos oferecidos pelos EE do Exército e contar com um gama de documentos de elevado nível o que torna o Sistema de Ensino pouco flexível e lento para adaptar-se a mudanças.

Os EE contam com um documento específico denominado de MERC – Metodologia para Elaboração e Revisão de Currículos<sup>88</sup> mas pouco conhecido, pelos instrutores, professores, diretores de ensino, etc., impossibilitando a utilização de uma metodologia específica e, segundo o GTEME, deixando frestas para que “os próprios escalões superiores determinem a inclusão de matérias e assuntos em diferentes currículos, deixando de atentar as normas vigentes, o que tem acarretado distorções no conjunto, com prejuízo para a qualidade do ensino”<sup>89</sup>.

Assim, podemos brevemente concluir que os currículos dos EE não seguem uma metodologia e são constantemente modificados segundo critérios particulares dos oficiais superiores, aos quais é destinado poder de decisão, podendo inclusive desconsiderar ou até nem conhecer a Portaria Nr 73/DEP que tem o objetivo específico de elaborar, revisar e modificar os currículos e a metodologia que as escolas militares utilizam.

Na grade curricular o GTEME também apontou falhas, entre elas destacamos a necessidade de reavaliar a inclusão de novas matérias em detrimento da eliminação de outras condizentes com os objetivos específicos do Exército, que estão sendo inadequadamente hierarquizados desobedecendo os princípios

---

<sup>88</sup> A Metodologia para Elaboração e Revisão de Currículos, foi aprovada pela Portaria Nr. 73/DP, de 10 de dezembro de 1987.

<sup>89</sup> Fundamentos para Modernização do Exército. In: Ministério do Exército – Departamento de Ensino e Pesquisa (GTEME). Rio de Janeiro, 15 de jul. 1996 – Doc. Nr. 49, pg. 03.

fundamentais do processo ensino-aprendizagem, enquanto que os objetivos particulares de cada escola “não expressam com clareza a contribuição de cada matéria para a consecução dos objetivos gerais do curso”<sup>90</sup>.

Além disso, os conteúdos apresentam alguns erros, tais como: assuntos importantes que não consta nos currículos ou apenas são superficialmente abordados; temas excessivamente repetidos no mesmo curso ou em cursos subseqüentes, acarretando mal aproveitamento da carga horária e desinteresse pelo corpo discente, sem esquecer de temas abordados que são altamente questionáveis, segundo os objetivos do ensino militar. Notamos que há excesso de assuntos em detrimento da carga horária, o tempo não está planejado o que impossibilita os docentes e discentes de desenvolverem atividades de pesquisa, reflexão, debate, leitura, etc., assim como as matérias e assuntos dos currículos não estimulam o uso dos recursos de informática e de outras tecnologias, imprescindíveis para a formação do militar profissional.

O que conta é a avaliação intelectual do estudante que está em primeiro plano já os aspectos e atributos fundamentais para a formação do militar ficam em segunda instância, visto que não há uma padronização dos conceitos de avaliação da aprendizagem, avaliação do desempenho e conceituação de alunos o que contribui para a falta de normalização específica, encargo do órgão central do central.

Não há no Exército um sistema de avaliação global dos discentes, apenas As Normas para Medida da Aprendizagem e as Normas para Planejamento e Montagem dos Instrumentos da Aprendizagem, ambas em vigor e publicadas em 1987, comuns a todos os EE que as complementam com as Normas Internas para Medida de Aprendizagem, próprias de cada escola. Todo o processo de avaliação é elaborado exclusivamente pelas verificações da aprendizagem e pode ser comprovado pela dedicação dos alunos aos estudos referentes aos assuntos que são matérias de específicas da Arma, Quadro ou Serviço, justamente pelo fato de que, ao final de cada curso, os resultados escolares determinam a unidade que o oficial irá servir, ou seja, os que tiverem as notas máximas irão para as melhores unidades, o que automaticamente leva os alunos a considerarem, segundo avaliação do GTEME

---

<sup>90</sup> Idem, Ibidem, pg. 03.

...“como direito adquirido, líquido e certo, que a escolha de suas futuras unidades será realizada segundo a classificação final dos cursos, independentemente até mesmo da hierarquia, princípio basilar da Instituição. Assim, a conquista de notas mais altas tem por objetivo predominantemente obter melhores condições de escolha de unidade, em detrimento do fim essencial do estudo, a adequada preparação para o exercício de cargos e de funções militares<sup>91</sup>.

Há também uma exigência de memorização de textos reduzindo a prática, as provas com consulta que solicitam respostas subjetivas, todas preconizadas pelas Normas para Medida da Aprendizagem (NMA). Portanto, as escolas não utilizam os processo de verificação para melhorar ou aperfeiçoar a aprendizagem, alegando falta de tempo, uma vez que o mesmo é totalmente consumido no processo de montagem, aplicação e correção das provas, dificultando o trabalho da secção técnica de ensino (STE) que fica sobrecarregada com medidas de aprendizagem e não exerce sua função primordial: supervisionar o sistema pedagógico.

Outro fator destacado pelo grupo é a falta de incentivo à leitura e pesquisa, deixando o aluno condicionado apenas aos textos escolares, às apostilas, cópias de transparências, etc., não tendo acesso sequer aos documentos expedidos pelo Estado-Maior do Exército – órgão de extrema relevância para a Força.

A didática e a metodologia adotada pelos EE é regida pelo seguinte documento T 21-250 – Manual do Instrutor, edição de 1973 – neste documento, há a orientação doutrinária sobre os diferentes processos de ensino, suas características e oportunidades de utilização, mas está desatualizado e algumas escolas ao buscar uma atualização complementam esse Manual com publicações internas, prevalecendo as palestras o que dificulta o desenvolvimento de alguns atributos como iniciativa, criatividade, expressão oral e escrita, entre outras. Não podemos deixar de frisar que algumas escolas fazem uso de diferentes técnicas de trabalho em grupo, mas apresentam algumas falhas, uma vez que os docentes não estão totalmente preparados e muitos desconhecem os fundamentos metodológicos e, nem sempre a escola tem espaço suficiente e adequado para tais atividades, além é claro dos erros praticados devido às condições descritas acima.

---

<sup>91</sup> Idem, Ibidem, pg. 05

Como agravante de todo o sistema de ensino temos ainda o quadro dos recursos humanos responsáveis pelo funcionamento do sistema de ensino militar do Exército.

### **3.2.2) Ensino Militar: Recursos Humanos**

O quadro de funcionários que compõe o sistema de ensino militar do Exército compreende: diretores de ensino, seus assessores imediatos, professores, instrutores e monitores. Desde 1989, os professores dos EE podem ser civis ou militares que pertencem ao Magistério do Exército (ME), ou estão em comissão, ou integram o Quadro Complementar de Oficiais (QCO)<sup>92</sup> ou são prestadores de tarefa.

Com exceção dos professores do QCO todos têm falta ou deficiência de formação pedagógica; já os diretores de ensino nem sempre têm experiência ou vivência anterior no estabelecimento que comandam e a preparação desses oficiais do setor pedagógico privilegia o comandante dos EE em detrimento do diretor de ensino o que facilita a adoção de medidas personalistas e prejudica a abordagem pedagógica de diferentes assuntos abordados nas escolas.

Aos candidatos do Quadro do Magistério do Exército, com exceção mais uma vez dos professores do QCO, não é exigido nenhuma formação pedagógica e não há atividades regulares de reciclagem ou de aperfeiçoamento para os professores, nem civis e nem militares. Assim, o quadro docente não está preparado, nem técnica, nem psicologicamente para exercer a função de facilitador da aprendizagem, sem esquecer de mencionar que não tem uma preparação pedagógica para utilizar em sala de aula, os diferentes processos e recursos de ensino, não incentivando a leitura e pesquisa, deixando os discentes condicionados aos textos escolares, às apostilas, às cópias das transparências, etc., não tendo acesso sequer aos documentos expedidos pelo Estado-Maior do Exército. A situação se torna mais caótica quando nos deparamos com o fato de que os docentes não são avaliados, e nem preparados para avaliar, o que dificulta o próprio

---

<sup>92</sup> O Quadro Complementar de Oficiais (QCO) foi criado em 2 de outubro de 1989, pela Lei nº 7.831, com a finalidade de formar para o Exército, oficiais das mais diversas áreas e especialidades para exercerem, na Força, atividades específicas – assessoramento ao escalão superior, ensino e atividades administrativas – e assim liberar os oficiais de Armas e Serviço para as atividades-fim. Os oficiais do QCO são formados na Escola de Administração do Exército (EsAEx), situada em Salvador, e na Escola de Saúde (EsSEx), localizada no Rio de Janeiro. In: **Noticiário do Exército. Quadro Complementar de Oficiais**. Brasília, Distrito Federal, ano XLV, nº 9.895, out. 2001, pg. 04.

processo de avaliação que visa gerar reorientação e correção de rumos, o que nem sempre fica evidente no cotidiano dos Estabelecimentos de Ensino.

Além de toda essa problemática, há o fato de que professores e secções técnicas de ensino (STE) responsável pela supervisão pedagógica não tem um bom diálogo ou relacionamento, dificultando o papel das STE nas escolas.

A supervisão pedagógica é de responsabilidade da STE que encontra dificuldades oriundas de professores que não acatam as suas orientações, de docentes hierarquicamente superiores aos oficiais do STE, do não entendimento do valor da assessoria pedagógica, da escassez de oficiais especializados em técnica de ensino e a modesta pressão desses recursos humanos nos quadros de pessoal.

Não podemos esquecer o fato de que os oficiais do Magistério do Exército (ME) são depreciados pelos outros membros da Força o que proporciona um sentimento de inferioridade em relação a outros companheiros de turma que optaram por diferentes linhas da carreira, sem contar que não é exigido dos oficiais candidatos ao ingresso no ME, nem graduação ou pós-graduação para exercer a docência aumentando ainda mais o distanciamento entre os professores civis e dos oficiais do QCO.

O fruto dessa precária formação é a acomodação dos professores que, repetem as aulas monótonas e desatualizadas, priorizam atividades que não condiz com a formação do militar, além do descaso com a apresentação pessoal e no trato com os uniformes.

O quadro docente nos EE é formado por instrutores e professores, sendo nítida a diferença entre ambos, a começar pela postura, apresentação pessoal, entusiasmo, relacionamento, didática e até mesmo no uniforme, sem esquecer que aos instrutores são designados a conceituar alunos, alijando-se os professores dessa relevante tarefa. Nem professores e nem instrutores utilizam a informática no processo de aprendizagem, além do fato de os últimos na maioria das vezes acabaram de concluir o curso do EE e são designados a compor o corpo docente da própria escola.

Mas, mesmo entre professores há dificuldades de relacionamento, como por exemplo, no caso das chefias de cadeira direcionadas aos militares da ativa mais antigos, só que em alguns casos, há jovens do QCO exercendo tais cargos, tendo sob suas ordens experientes professores, civis ou prestadores de tarefa.

Já as equipes multidisciplinares são formadas esporadicamente e não há troca de experiências entre as escolas deixando de existir o espírito de comunidade de ensino.

Com a falta de qualificação do quadro do magistério, apontados acima, podemos concluir brevemente que o oficial militar, mesmo cursando varias escolas sua formação e aperfeiçoamento é precária e não corresponde com os papéis fundamentais (tradicional, integrador e soldado internacional) para a execução das tarefas e missões militares ao longo da carreira.

### **3.2.3) Infra -estrutura**

Toda a infra-estrutura dos EE foi vistoriada pelo grupo de trabalho (GTEME) que apontou algumas falhas, principalmente quanto ao fato da quantidade de salas de aula serem insuficientes condicionando o planejamento do ensino a uma subordinação de restrições administrativas e prejudicando sua eficácia.

A maioria das salas de aula não permite à utilização das técnicas de trabalho em grupo, além dos locais apropriados para leitura, estudo, reunião de grupos e lazer.

Quanto às bibliotecas além de possuírem pequenos acervos, estes são desatualizados, sem contar que não há funcionários especializados para organizar o acervo, os horários de funcionamento não condiz com a realidade da escola, dificultando a freqüência dos alunos, os recursos de informática quase inexistentes e, para concluir na maioria dos EE tanto instrutores, bem como professores e alunos desconhecem os procedimentos para a consulta ao acervo.

A infra-estrutura é apenas um reflexo dos funcionários dos EE e, diante dessas constatações o GTEME concluiu que

Essa situação reflete, na verdade, a utilização de processos de ensino que não exigem pesquisa, reflexão, leitura, comparação e a busca ativa do conhecimento. Por isso, as bibliotecas são, quase todas, utilizadas apenas como salas de estudo. Poderiam até mesmo ser fechadas sem que qualquer prejuízo fosse sentido pelo ensino e pela aprendizagem<sup>93</sup>.

---

<sup>93</sup> Idem, Ibidem, pg. 08.



Temos também os alojamentos, uma vez que algumas escolas funcionam como internato, as instalações sanitárias, esportivas, os refeitórios, auditórios e salas de recreação, segundo o grupo, são precárias na maioria dos EE e, muitas escolas não possuem laboratórios, ou então, os que existem são ultrapassados ou deficientes. Já a informática é pouco utilizada e o ensino de idiomas não utiliza meios modernos, tais como: televisão a cabo ou via satélite, vídeos e computadores, e nem simuladores.

Não há no sistema de ensino uma rede que interligue todas as escolas, há carência de aplicativos militares, bem como uma utilização precária e muitas vezes inexistente de programas educacionais, falta de difusão das experiências bem sucedidas, como por exemplo, de determinadas escolas quanto ao uso da informática em rotinas de administração de ensino. O contato com outras instituições de ensino, civis, militares, brasileiras ou estrangeiras facilita o intercâmbio do conhecimento, mas este quando se dá é superficial, ficando apenas na troca de visitas.

Já as seções psicotécnicas e de orientação educacional de vários estabelecimentos, são deficientes, inexistentes ou não foram ativadas devido ao desconhecimento pela administração escolar do papel desse órgão.

Além dos dados apresentados acima, há também a falta de regulamentos, códigos, manuais de campanha e outras publicações do magistério do Exército – esses documentos, segundo o GTEME, não são publicados anualmente na quantidade necessária e, muitos estão ultrapassados. Assim, os diplomas expedidos pelo Exército nas escolas de nível superior não graduam nem titulam, os cursos de formação e aperfeiçoamento de sargentos, por exemplo, não têm equivalência com cursos civis do mesmo nível, e as cargas horárias ministradas pelo EE não equivalem às de idênticas disciplinas cursadas nas instituições de ensino civis.

Diante da situação precária do sistema de ensino militar que o GTEME apresentou ao Exército, que até então não tinha sequer conhecimento detalhado da produção e execução de suas próprias escolas, surgiu o Projeto de Modernização de Ensino em 1996 que priorizou vinte e cinco diretrizes para mudar a política de ensino militar.

## **CAPÍTULO IV**

### **A MODERNIZAÇÃO DO EXÉRCITO BRASILEIRO NOS ANOS NOVENTA**

Neste capítulo enfocaremos especificamente o Projeto de Modernização de Ensino do Exército brasileiro, analisando obras, periódicos e documentos referentes à Política Educacional do Exército e visando uma definição do conceito de “Modernização”.

O termo “modernização” é utilizado ao longo de todo o Projeto de Pesquisa e sua definição contribuiu para o levantamento da Evolução do Ensino Militar, sua importância e a função das Escolas castrense, entre elas destaco a Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), a Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO) e a Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME).

A escolha por tais Estabelecimentos de Ensino é fruto da importância dispensada a todas pela instituição para a formação e aperfeiçoamento e, principalmente pelo fato de ser um dos requisitos necessários para a mudança de posto hierárquico pelos oficiais e também imprescindíveis para a compreensão do Projeto de Modernização de Ensino do Exército como um todo.

Assim, para compreender o que é tal Projeto e seus objetivos, primeiramente foi necessário conceituar a palavra “Modernização” partindo da análise do conceito utilizado pelos militares que a define como mudanças tecnológicas e educacionais na instituição castrense, visando sempre preparar o oficial para os possíveis acontecimentos ou desafios do século XXI. As mudanças no Exército podem ter origem em duas fontes: primeiro nas modificações da tecnologia da guerra ou no sistema de ensino que legitima o funcionamento da instituição ou ainda, com a evolução dos valores e motivações dos membros da Força; e em segundo lugar seria a tensão interna ou o desequilíbrio causado por uma competição entre os diferentes subsistemas funcionais.

A modernização do Sistema de Ensino militar, nos anos noventa, é fruto da necessidade, que o Estado-Maior do Exército constatou, mediante o trabalho do GTEME, para preparar os oficiais segundo as novas ameaças do século XXI, pois no campo militar surgem novas técnicas de comando e controle, novas formas de operações, novos armamentos e equipamentos, além das mudanças repentinas e constantes nos quadros político e econômico o que contribui para deixar o ambiente de combate incerto, fragmentado e a ameaça difusa.

Tendo em vista que os oficiais não estavam sendo preparados para esse cenário, o Exército Brasileiro publicou os Fundamentos para a modernização do

Exército<sup>94</sup>, em 1996 com a finalidade de consolidar o diagnóstico, as conclusões e as propostas do GTEME para os Estabelecimentos de Ensino, ou seja, realizar as mudanças necessárias no Sistema de Ensino.

Como podemos observar, não há uma preocupação em definir o conceito de “modernização”, pois para os militares significa apenas melhorias, ou uso de tecnologias de última geração.

Mas, para termos uma análise mais acurada do termo necessitamos de um aprofundamento histórico mais lapidado quanto à definição da Modernização do Exército Brasileiro, com características específicas, entre elas a composição da tropa com soldados da Nação; a dependência com o desenvolvimento científico tecnológico, da indústria e infra-estrutura; comando baseado no planejamento, na formação profissional contínua, na promoção hierárquica regulamentada, na doutrina coesa visando um novo profissional castrense. Percebemos que os pesquisadores não mencionam apenas o desenvolvimento tecnológico, detectam também alterações no funcionamento da instituição responsável pelo projeto de modernização.

As obras teóricas analisadas têm um outro enfoque, algumas destacam a presença de personagens específicos de um dado grupo condutor, segundo Faoro<sup>95</sup> e privilegia a si mesmo e os setores dominantes, outras enfatizam os aspectos da teoria da modernização utilizados na análise das sociedades ocidentais no século XIX e XX.

Assim, Faoro aponta dois caminhos de linha dupla para a modernização, ou seja, quando uma ação voluntária surge da classe dirigente visando instaurar a modernização discorda veementemente da classe dirigente tradicional, mas não obtém nenhuma mudança significativa na pirâmide social e nem nos valores dominantes, o que permite afirmar que em muitos países a modernização está voltada apenas para o desenvolvimento econômico enfatizando a industrialização, daí afirmar que a

modernização quer se chame ocidentalização, europeização, industrialização, revolução passiva, via prussiana, revolução do alto,

---

<sup>94</sup> Fundamentos para a Modernização do Exército. In: Ministério do Exército – Departamento de Ensino e Pesquisa (GTEME). Rio de Janeiro, 15 jul. 1996. – Doc. Nr. 49.

<sup>95</sup> Para Faoro na Modernização não se segue o trilho da “lei natural”, mas se procura moldar, sobre o país, pela ideologia ou pela coação, uma certa política de mudança. Cf: FAORO, Raymundo. A modernização nacional. In: FAORO, Raymundo. *Existe um pensamento político brasileiro?* São Paulo: Ed. Ática S.A., 1994, pg. 99.

revolução de dentro – ela é uma só, com um vulto histórico, com muitas máscaras, tantas quantas as das diferentes situações históricas<sup>96</sup>.

Diante dessa definição, fica evidente que a modernização pode ter inúmeras características e teorias para desmistificar o seu conceito e, Arbat<sup>97</sup> apresenta três aspectos referentes às teorias: o primeiro consiste no significado atribuído à democracia representativa que tem como cenário político as divergências dos eleitores (cidadãos) e os debates de seus representantes, permitindo aos pesquisadores utilizarem técnicas quantitativas em suas análises referentes à modernização; o segundo aspecto consiste em um novo olhar para o político, um retorno a investigação de temas como o estado e a sociedade civil vistos como esferas organizadas da vida social, as formações políticas, as relações de classe e a especificidade histórica e conjuntural da ação política, pois são nessas esferas que as decisões são tomadas e refletem nos membros da sociedade; já o terceiro e último aspecto refere-se a interdisciplinariedade nos métodos de investigação da modernização de uma determinada sociedade.

Independente da teoria utilizada, o fato é que encontramos pouquíssimas obras que aborda diretamente a questão referente à modernização do Exército brasileiro, entre elas destaco a do historiador Manuel Domingos Neto<sup>98</sup> que defende a tese de que o exército moderno apresenta características universais, desde o século XIX, a começar pela composição da tropa com soldados da nação, uma vez que a mobilização do combatente moderno é a defesa da causa nacional.

Esta nação moderna se firma somente no século XIX tendo como base a disseminação de um sentimento comum que envolve as elites, as classes populares e também os militares que se envolve em projetos da alçada civil, participando assim do jogo do poder, dos processos culturais e da formulação de políticas públicas.

A segunda característica do exército moderno, apontada pelo autor é sua dependência do desenvolvimento científico-tecnológico, da indústria e da infra-

---

<sup>96</sup> Idem, Ibidem, pg. 99.

<sup>97</sup> ARBAT, Teresa Carnero (Ed.). *Modernización, desarrollo político y cambio social*. Madrid - Espanha: Alianza Editorial, 1992)

<sup>98</sup> DOMINGOS NETO, Manuel. Influência estrangeira e luta interna no Exército (1889-1930). In: ROUQUIÉ, Alain (coord.). *Os partidos militares no Brasil*. Rio de Janeiro: ed. Record, 1980, pgs. 43-70; DOMINGOS NETO, Manuel. Acerca da Modernização do Exército. In: *Comunicação & Política*, vol. 22, n° 03, set/dez. 2004. Rio de Janeiro, Cebela, pgs. 23-47.

estrutura, buscando constantemente as novidades da ciência graças aos conflitos e guerras que enfrenta, mas sem abandonar os antigos valores da instituição militar, como por exemplo, a hierarquia e disciplina.

Outra característica é o comando baseado no planejamento, na formulação profissional contínua e na promoção hierárquica regulamentada, sem esquecer de mencionar a autonomia operacional e o distanciamento do mundo civil, assim “o militar contribui para formar sentimentos, impulsiona a ciência, a economia e influencia políticas públicas. Marcas de modernidade como o monopólio da riqueza, do saber e do poder, a noção de cidadania, seriam impensáveis sem o militar”<sup>99</sup>.

Mas, a organização de um exército moderno no Brasil, surgiu após a Guerra do Paraguai e é fruto da contribuição estrangeira, mais especificamente da Missão Militar Francesa que chegou ao Brasil em 1919 e acelerou o processo de transformação que já tinha começado em 1905 quando o Marechal Hermes da Fonseca, oficial favorável às reformas militares, fora nomeado Ministro da Guerra.

As transformações efetuadas sob inspiração estrangeira ou coordenadas diretamente por estrangeiros foram as seguintes: adoção e aplicação da lei do serviço militar obrigatório que passou a vigorar em 1916; ampliação dos efetivos na última década da Primeira República, graças ao serviço militar obrigatório; renovação do armamento e melhoria das instalações dos quartéis e escolas castrenses; implantação de uma nova estrutura organizacional; reforma completa do ensino enfatizando a formação profissional dos oficiais; adoção de novas regras de promoção hierárquica privilegiando a formação profissional.

Com a modernização da instituição militar o Exército começa a pensar cada vez mais nas políticas públicas, redesenhando o aparelho de Estado e exercendo o controle o que lhe permite ter autonomia sobre os desígnios da sua instituição, bem como estipular e defender interesses próprios que nos anos noventa, após sua saída do governo, volta novamente para a formação e aperfeiçoamento de seus quadros.

Assim, para de fato estabelecermos o significado da modernização para o Exército brasileiro, vamos primeiramente analisar o Projeto de Modernização de Ensino, bem como seus regulamentos, normas, decretos, leis e principalmente as mudanças nas escolas militares.

---

<sup>99</sup> DOMINGOS NETO, Manuel. Acerca da Modernização do Exército. In: Comunicação & Política, vol. 22, n° 03, set/dez. 2004. Rio de Janeiro, Cebela, pg. 31.

#### 4.1) Projeto de Modernização de Ensino do Exército Brasileiro

Devido à falta de uma bibliografia referente à modernização de ensino do Exército Brasileiro, o único material analisado foi os documentos expedidos pela instituição, bem como o procedimento adotado para a concretização de tal projeto.

Após a apresentação do trabalho do GTEME, o Estado-Maior do Exército juntamente com o DEP estabeleceram as mudanças necessárias para a modernização do ensino. Assim, não podemos deixar de citar o Doc. Nr. 49 e seu objetivo que é de consolidar o diagnóstico, as conclusões e as propostas do GTEME nos Estabelecimentos de Ensino castrense, sempre pautado nas portarias, legislações, regulamentos e projetos educacionais confeccionados entre o período de 1994 a 1996 sob a supervisão do Departamento de Ensino e Pesquisa – DEP – responsável pela administração de Ensino de acordo com a política de ensino e com as diretrizes do Estado-Maior do Exército (EME)<sup>100</sup>.

Os objetivos de tal documento podem ser resumidos em quatro itens: 1) fazer um levantamento em todos os Estabelecimentos de Ensino militar da real situação do sistema educacional para em seguida; 2) propor ações e realizá-las visando sempre aperfeiçoar e modernizar o Sistema Educacional; 3) estabelecer diretrizes para o prosseguimento dos trabalhos de modernização do ensino que deve ser constante, não podendo estabilizar; 4) servir de base para a redação do Plano Básico do Ensino Militar adotado obrigatoriamente em todas as escolas.

Esses objetivos visam redimensionar e aprimorar o perfil do militar profissional para que esteja apto para enfrentar os desafios dos primeiros anos do século XXI. É interessante observar neste documento a visão de futuro, há uma projeção para os possíveis acontecimentos ou desafios como enfatiza os militares, mas essa preocupação também é fruto do sistema educacional castrense que tem como base a estratégia em todos os níveis de ensino.

A estratégia pode ser definida como a elaboração e praticidade dos meios necessários para se obter determinado objetivo – quem define com grande maestria este conceito é Clausewitz ao afirmar que a estratégia

...estabelece o plano de guerra e determina em função do objetivo em questão uma série de ações que a ele conduzem; elabora

---

<sup>100</sup> Fundamentos para a modernização do Exército. In: Ministério do Exército – Departamento de Ensino e Pesquisa (GTEME). Rio de Janeiro, 15 jul. 1996 – Doc. Nr. 49.

portanto os planos das diferentes campanhas e organiza os diferentes recontros destas ações. Dado que todas essas decisões em grande parte só poderão assentar em suposições que nem sempre se realizam, e que um grande número de outras disposições mais detalhadas não podem ser tomadas antecipadamente, resulta que a estratégia tem de acompanhar o exército no campo de batalha para que, no próprio local, se tomem as disposições de detalhe necessárias e se proceda às modificações gerais que se impõem incessantemente<sup>101</sup>.

Ao analisar a política educacional, os regulamentos, projetos, leis, enfim, tudo que esta voltado diretamente para o ensino castrense não há como não notar essa preocupação com o futuro e a estratégia e, muito menos deixar de destacar o número elevado de mudanças que há no sistema educacional, desde os requisitos necessários para a entrada nas escolas até no plano de disciplina (PLADIS). O motivo que os militares alegam é sempre o mesmo: necessidade de redimensionamento do perfil do militar profissional, tendo em vista os desafios para os primeiros anos do século XXI<sup>102</sup>.

Neste documento encontramos alguns traços do novo perfil do militar, entre eles destacamos a crença e compromisso com os valores centrais da Instituição – este quesito é o mais importante, pois sem a crença e o comprometimento do militar para com o Exército não há como manter a sua base de sustentação – disciplina e hierarquia;

O segundo aspecto consiste nas atitudes que denotem criatividade, iniciativa, decisão, adaptabilidade, cooperação, arrojo, flexibilidade e liderança – essas características são imprescindíveis para o militar, mas necessita estar de acordo com os objetivos e propósitos do Exército e ter o aval dos membros que compõe o quadro de oficiais;

Habilidades interpessoais que facilitam a interação do oficial com indivíduos e grupos – não podemos deixar de mencionar que todas as habilidades são regidas por uma disciplina específica das Forças Armadas, com características próprias e que o militar deve acatar;

---

<sup>101</sup> CLAUSEWITZ, Carl Von. *Da Guerra*. São Paulo: Martins Fontes, 1996, pg. 171.

<sup>102</sup> *Fundamentos para a Modernização do Exército*. In: Ministério do Exército – Departamento de Ensino e Pesquisa (GTEME). Rio de Janeiro, 15 jul., 1996, pg.01. (Doc.Nr. 49)



Senso de responsabilidade pelo auto-aperfeiçoamento – este critério é utilizado pelas Forças Armadas constantemente em seus Estabelecimentos de Ensino para classificar semanalmente o melhor aluno da turma e proporciona a esse aluno algumas diferenciações dentro da instituição além de contribuir para a ascensão na escala hierárquica ou na escolha da Organização Militar que irá trabalhar posteriormente;

O domínio de idiomas estrangeiros será cobrado dos oficiais para que possam comunicar e conhecer soldados de outras Forças Armadas possibilitando a troca de informações e conhecimento;

Desenvolver habilidades para fazer uso dos recursos de informática – algo necessário na vida de qualquer cidadão nos últimos anos;

Já as habilidades físicas típicas da profissão devem estar presentes cotidianamente na vida do oficial. Essas são as características que moldam o novo profissional castrense e para atender essas novas necessidades o Exército prima por mudanças no sistema de ensino visando preparar os oficiais para os desafios do futuro.

Diante de tal quadro, desde setembro de 1995 o Grupo de Trabalho para o Estudo da Modernização do Exército (GTEME) dedicou-se a diagnosticar a atual situação do Sistema de Ensino e apresentou no final do relatório propostas e ações de diretrizes condizentes com o novo perfil do oficial militar. As conclusões apresentadas pelo GTEME somadas com as transformações sociais do mundo contemporâneo, levou ao Projeto de Modernização do Ensino militar que destacou a necessidade da revisão dos currículos adotando os currículos de matérias isoladas e tendo como meta em primeira instância o perfil profissiográfico<sup>103</sup>, responsável pelas modificações educacionais e que engloba todos os setores, desde professores, alunos até os currículos adotados nos Estabelecimentos de Ensino, e é justamente a partir dos perfis que os currículos fixam seus objetivos gerais para cada curso.

Para isso criaram o CORE – essência – parte íntima que consiste em um planejamento de um curso de estudos que consiga combinar tópicos básicos de determinados temas, convencionalmente separados e provêm um fundo comum

---

<sup>103</sup> O Perfil Profissiográfico é designado como um instrumento de aprimoramento do processo educacional, uma vez que pode ser utilizado, com previsão de sucesso, na seleção do corpo docente e discente, na orientação vocacional, na elaboração e revisão de currículos, bem como, na avaliação do processo educacional. Cf: COSTA, Antonio F. Gomes da (Maj.). Perfil profissiográfico, sua aplicação no processo educacional. In: *Revista A Defesa Nacional*, nº 742, ano LXXVII, março/abril 1989. Rio de Janeiro: Ed. Bibliex, 1989, p. 69.

para todos os estudantes, ou seja, o “aprender a aprender” que cria condições de adaptar o formato ao cenário previsível dos próximos anos, de constante e veloz mudança nos procedimentos, rotinas, equipamentos e técnicas de execução das tarefas humanas em qualquer campo de atividade.

Podemos brevemente resumir o CORE como o coração do sistema educacional militar que modificou a rotina de trabalho dos instrutores das escolas militares e dos alunos ao proporcionar situações adequadas de aprendizado e visualizar o método de aquisição do conhecimento, tanto pelos alunos quanto pelos instrutores, pois ambos tiveram que passar por uma constante reciclagem, o que possibilita a troca de conhecimento e permite o “aprender a aprender”, que segundo Wortmeyer, essa didática “esta voltada ao desenvolvimento da atitude de pesquisa e da capacidade de auto-aperfeiçoamento por parte do corpo discente, visando sua instrumentalização para manejar conhecimentos em vertiginoso avanço na contemporaneidade”<sup>104</sup>.

Possibilitar esse auto-conhecimento é o grande desafio do sistema de ensino militar que apresentou ações e diretrizes<sup>105</sup> com o objetivo de modernizar a formação e aperfeiçoamento dos oficiais, entre eles temos os seguintes os projetos:

Nr 02: Reformulação da Legislação Básica;

Nr 03: Reformulação da MERC;

Nr 04: Reformulação do Sistema de Avaliação;

Nr 05: Desenvolvimento de Recursos Humanos na Área do Ensino;

Nr 06: Reformulação dos Currículos em cada Estabelecimento de Ensino;

Nr 07: Revisão crítica dos Perfis Profissiográficos.

O Projeto Nr 01 – Fundamentos para a Modernização do Exército apresentou a situação do sistema de ensino até metade dos anos noventa e destacou suas dificuldades e necessidades para atingir o objetivo maior do Exército, ou seja, preparar o oficial para as novas ameaças do século XXI, além é claro de ser o responsável por todos os outros projetos, daí a necessidade de analisarmos as reformulações e revisão do sistema de ensino militar e assim analisar todo o Projeto de Modernização.

---

<sup>104</sup> WORTMEYER, Daniela Schmitz (Tem.). Aprender a Aprender no Ensino Militar: avanços e equívocos na prática pedagógica, pg. 01. In: <http://www.ensino.eb.br> – consultado dia 20 de setembro de 2005, as 11:00 hs.

<sup>105</sup> Entende-se por ação toda e qualquer medida possível de ser adotada diretamente pelo DEP ou por ele proposta a outros órgãos, e por diretriz, a orientação para o desenvolvimento, pelo GTEME, dos projetos educacionais. In: *Fundamentos para a Modernização do Exército*. In: Ministério do Exército – Departamento de Ensino e Pesquisa (GTEME). Rio de Janeiro, 15 jul., 1996, pg.09. (Doc.Nr. 49)

#### **4.1.1) As ações no sistema de ensino**

Com a apresentação empírica dos dados, referente ao Sistema de Ensino Militar do Exército que o GTEME apresentou ao DEP, algumas ações imediatas foram tomadas, entre elas a de maior relevância foi o aperfeiçoamento do Sistema de Ensino visando aumentar sua eficácia, e para isso, foi necessário: criar uma assessoria de supervisão pedagógica ao órgão central, que lhe permitia, simultaneamente, manter permanente auditoria do ensino e planejar a evolução da política educacional de todas as escolas. Assim o fim último dessa assessoria ficou centrado na supervisão pedagógica nos EE com ênfase para o aperfeiçoamento e evolução do sistema para que o DEP e o EME tenha constantemente o conhecimento e as informações necessárias de todo o sistema educacional e possa estar atento para às necessidades de mudança e aperfeiçoamento em cada escola respectivamente, evitando assim, que ocorra o mesmo problema que tiveram nos até os anos noventa, ou seja, o desconhecimento da situação real em que se encontrava todo o Sistema de Ensino militar, responsável pela formação de seus quadros.

Diante desse desconhecimento, fica uma pergunta: como o DEP ou o EME, responsável pela administração do ensino militar não tinha conhecimento da situação em que se encontrava às escolas militares?

A resposta surge em seguida, pois os EE não tinham sequer os dados estatísticos do sistema educacional para apresentar ao DEP, não possuíam uma coleta de dados, tais como os referentes aos alunos, instrutores, coordenadores, professores, etc., o que dificultou muito a possibilidade de terem um arquivo e de traçar um perfil dos seus alunos, portanto nem a própria escola, nem o DEP ou o EME podia contar com tais informações o que dificultava ainda mais o trabalho de tais departamentos e também a pesquisa acadêmica como um todo.

Visando sanar os problemas o DEP destacou a necessidade de interligar todo o sistema de ensino por meio de uma rede de dados a fim de eliminar e simplificar a rotina burocrática, além é claro, de possibilitar um acompanhamento do planejamento e do desenvolvimento das atividades escolares, contribuindo para a difusão do conhecimento de experiências e a realização de teleconferências. Essa falta de uma interligação entre os EE criou um distanciamento dificultando as questões do cotidiano e contribuiu para a morosidade das informações de âmbito

educacional, ou seja, uma escola não tinha conhecimento do que a outra ensinava, visto que o mesmo aluno para mudar de posto na escala hierárquica necessitava cursá-las.

As primeiras modificações na Legislação de Ensino, consistiu em “sustar, no âmbito do DEP, toda e qualquer medida que implique em alterações na legislação”<sup>106</sup>, ou seja, proporcionou uma certa independência aos EE para modificarem a Legislação de Ensino agilizando assim, todo o Processo de Modernização.

Já as diretrizes para a Reformulação da Legislação Básica (Projeto Nr 02) e para a Reformulação da MERC (Projeto Nr 03) propôs alterações que tornou a legislação menos centralizadora e detalhista visando facilitar a implantação de mudanças condizentes com os preceitos e interesses do DEP e do EME, entre elas destacamos:

As medidas legislativas que visam a compatibilização e a integração do ensino militar superior ao Sistema de Educação Nacional e o reconhecimento, por esse, dos cursos ministrados pelos EE, aprovado pelo Regulamento da Lei de Ensino no Exército – DEC n° 3182, de 23 de setembro de 1999, além de medidas que possibilitem o melhor aproveitamento, pelo Sistema de Ensino Militar, de oficiais que concluíram cursos em outras instituições –civis ou militares.

Assim como a Legislação os currículos também foram modificados segundo os objetivos do Projeto de Modernização e suas ações foram:

Determinar que os EE, no segundo semestre do ano em curso, promovam o estudo e a aplicação, pelo corpo docente, do conteúdo da MERC, a fim de prepará-lo para os trabalhos de revisão curricular referente ao Projeto Nr 06 – previstos para o ano de 1997. Essa ação tem como objetivo maior preparar o corpo docente para que este não se desligue do conteúdo abordado pela MERC modificando os objetivos das disciplinas, interferindo assim no aprendizado da mesma.

Já para os alunos dos Colégios Militares, particularmente aqueles que não se destinarem a EsPCEX, a realização de visitas, palestras, demonstrações e outras,

---

<sup>106</sup> Idem, Ibidem, pg. 10.

tradições, valores, missão e peculiaridades, despertando interesse e mesmo contato com a Força<sup>107</sup>.

Outro fator apresentado na Reformulação da MERC é a implantação do Projeto História Militar que consiste em abordar tal tema em sala de aula, destacando sempre os grandes feitos e conquistas, assim como a importância da Força para a Segurança e Defesa do País, despertando em muitos o orgulho e a responsabilidade de pertencerem ao Exército.

Para que tais projetos fossem concretizados algumas diretrizes foram traçadas visando sempre os perfis profissiográficos, responsável pelo aprimoramento do processo educacional, não só no presente, mas também, para as necessidades futuras do militar profissional.

#### **4.1.2) Diretrizes para a concretização dos Projetos**

Um dos primeiros pontos abordados pelo DEP, foi o fato de que a MERC deve ser constantemente modificada e, para isso, necessita atualizar os currículos em prazos condizentes com o ritmo das transformações do mundo atual. Em cada currículo deve ter os objetivos gerais, particulares e específicos de cada EE, enquanto que a carga horária ressalta os objetivos gerais, particulares e específicos, bem como os processos de ensino necessitam ser compatibilizados a fim de corrigir distorções e assegurar condições de plena eficácia a todos os currículos e planos de matérias.

Na revisão curricular ressaltar e selecionar disciplinas e assunto, privilegiando a importância e validade dos conteúdos e não a quantidade de temas abordados na sala de aula, pois não cabe à escola ensinar tudo o que o aluno necessitará para o desempenho profissional, muitas coisas irá prender na prática. Outro item fundamental é a indicação em cada currículo das cargas horárias destinadas a:

- atividade presencial - entendida como aquela que reúne, em caráter obrigatório, alunos ou instruídos, com ou sem a presença de professores ou instrutores, em local determinado pela escola, para realizar qualquer tipo de tarefa;

---

<sup>107</sup> Atualmente o Exército possui 11 Colégios Militares em todo o país, e apenas 250 à 300 ingressam na Força (EsPCEX), daí o interesse de despertar nos alunos um conhecimento mais apurado da instituição como um todo, especialmente da carreira militar.

- atividade não-presencial – destinada à realização de tarefas escolares, em momento e local de livre escolha dos alunos ou instruídos, com ou sem a presença de professores ou instrutores, com prazo determinado pela escola e, especificada na grade curricular;

- Atividade de complementação do ensino – engloba eventos, palestras e congressos que o comando determina visando a complementação do ensino;

- atividade livre – como o próprio nome sugere, é quando o aluno ou instruído é livre para escolher o que quer fazer.

Essas quatro atividades devem estar presentes na carga horária dos EE e nos currículos, assim como, as escolas devem apresentar em seus currículos o tempo destinado para abordagens ao longo do ano letivo de temas atuais, bem como um tempo específico para a leitura, pesquisa, estudos preliminares e outras atividades que contribuam para desenvolver o auto-aperfeiçoamento.

Atenção redobrada, os EE devem ter, para não repetir conteúdos em cursos subsequentes de uma mesma escola ou entre escolas, principalmente entre as seguintes escolas e cursos que são responsáveis pela formação e aperfeiçoamento dos oficiais de carreira, ou seja:

- Colégios Militares e EsPCEEx;
- EsPCEEx e AMAN;
- AMAN e EsAO;
- EsAO e ECEME.

A interdisciplinariedade no currículo de um mesmo curso deve ser caracterizada e constantemente utilizada pelo corpo docente e discente, promovendo o intercâmbio das disciplinas, enquanto que o uso dos recursos de informática deve ser constantemente estimulado em todas as disciplinas e o estudo de idiomas estrangeiros também, desde que tenha uma compatibilização entre a EsPCEEx e a AMAN visando realizá-lo por níveis.

Assim, o militar munido de diploma de proficiência expedido por instituição civil de ensino de idiomas, reconhecida pelo MEC, deve ser considerado habilitado, e, o currículo da AMAN deve primar pelo objetivo de incluir o futuro aspirante-a-oficial no universo dos militares habilitados em idiomas estrangeiros. Quanto a EsAO e a ECEME, podem retirar da grade curricular a disciplina referente a idioma estrangeiro, mas deve criar condições para que os oficiais possam praticar o idioma no qual estão habilitados, sendo que a partir de 2003, essa disciplina será retirada

do concurso de admissão à ECEME e será incluso, como pré-requisito à matrícula, a habilitação em um idioma, uma vez que para prestar o concurso da ECEME, o oficial já cursou a EsPCEEx e a AMAN que ministram aulas de idioma estrangeiro.

Tais diretrizes em consonância com as ações apresentadas pelo MEC redundou em um novo cenário do ensino militar, especificamente na AMAN, EsAO e ECEME, escolas indispensáveis na formação e aperfeiçoamento do militar.

#### **4.1.3) Mudanças na AMAN, EsAO e ECEME**

Na AMAN, que corresponde ao ensino superior civil, o ensino fundamental foi dividido em dois grandes grupos: primeiramente em um núcleo central – CORE – de disciplinas que caracterizam a formação geral mínima de conhecimento indispensável a todos os futuros oficiais e que incorpore os princípios fundamentais de cada matéria, enquanto que, o segundo aborde as disciplinas eletivas que caracterizam a formação especializada do oficial militar.

Em ambos os núcleos de disciplinas, os currículos foram organizados para que, a carga horária das disciplinas correspondesse sempre que possível aos créditos similares do meio universitário civil.

Já na EsAO o curso de aperfeiçoamento de oficiais que era ministrado em um ano ou seis meses, passou a ter duração de dois anos letivos, sendo o primeiro através do ensino à distância e o segundo ano presencialmente. O curso de preparação foi abolido do currículo que enfatizou a integração e continuidade dos currículos de ambos os anos, podendo assim, direcionar os conteúdos da disciplina História Militar para o estudo da tática, da logística e da liderança do escalão, quesitos fundamentais para a formação e aperfeiçoamento do militar.

Tanto na AMAN, quanto na EsAO ou na ECEME – escolas imprescindíveis para a mudança de posto do oficial na escala hierárquica, algumas modificações foram imprescindíveis, entre elas destacamos:

“O estudo a introdução de conteúdos com vistas à preparação do oficial para entender e analisar o papel e o crescente poder da mídia, habilitando-o a relacionar-se com os profissionais da imprensa e, inclusive, a participar de entrevistas”<sup>108</sup>.

---

<sup>108</sup> Idem, Ibidem, pg. 13.

Aqui notamos um interesse do Exército em relação aos meios de comunicação civil, percebemos uma preocupação em tentar desmistificar a visão que a população brasileira tem da instituição fruto do período da ditadura militar, e, é possível até, nos atinarmos para o fato de que a Força busca uma aproximação, não apenas educacional, mas social com os civis.

Nas três escolas o Projeto de trabalho em grupo se faz necessário, pois os oficiais necessitam no seu dia-a-dia de conviver em equipe, além de preparar o corpo docente nas reuniões pedagógicas que eram destinadas apenas para a transmissão de normas gerais e de rotinas burocráticas, e não ao conhecimento didático e metodológico abordado em sala de aula, possibilitando aos professores e instrutores a não utilização do currículo ou o apontamento de mudanças. Outro agravante é a precariedade de trabalhos escritos, assim como a falta de estímulo e incentivo à leitura de regulamentos, manuais, livros e periódicos de cunho profissional, sem esquecer das atividades de pesquisa e de consultas ao acervo bibliográfico da biblioteca que necessita ser modificada.

Delegar as diretorias o planejamento e a substituição gradativa de polígrafos, apostilas, notas de aula e documentos congêneres, mantendo o DEP informado dos progressos obtidos, desenvolvendo e valorizando o papel de supervisão pedagógica, bem como utilizar o programa de leitura de textos referentes a História Militar, selecionados segundo o nível dos alunos e os objetivos dos cursos.

Já a revisão curricular considerou os processos de ensino centrados no aluno visando uma carga horária maior para os processos tradicionais, possibilitando assim os exercícios conjuntos entre os discentes da AMAN que são os futuros oficiais e os alunos da EsSA – Escola de Sargentos, por exemplo. Em contrapartida, no item direcionado a avaliação, outras ações foram necessárias para que as escolas fossem orientadas quanto à transição do atual futuro modelo de avaliação do processo ensino-aprendizagem.

Os EE devem priorizar as questões discursivas sobre as objetivas, exigindo a reflexão, análise, síntese e apresentação, por escrito, do ponto de vista do discente, avaliando assim o grau de seu conhecimento e suas dificuldades, buscando sempre respostas que envolvam raciocínio e não soluções memorizadas, utilizando o máximo possível às provas com consulta livre e questões práticas – não só teóricas ou desvinculadas da realidade do profissional militar, que tem deveres específicos e uma formação diferenciada. Assim, tanto os professores quanto os instrutores



necessitam participar do processo de observação e avaliação do desempenho ou conceituação dos discentes.

Ao reformular o sistema de avaliação cada escola deve admitir e pontuar as diferenças no critério de avaliação uma vez que ministram cursos diferentes, sugerir aos escalões superiores de administração de pessoal, novos procedimentos e critérios para a escolha de organização Militar, que até então, seguia a classificação final obtida pelo aluno permitindo ir para uma determinada instituição militar ou permanecer onde se encontrava, sem contar o fato de utilizar diferentes meios de divulgação das notas classificatórias, além da atual que consiste apenas em informar ao aluno a nota obtida despertando assim, uma competição entre o corpo discente e, finalmente, analisar a necessidade ou não de que a avaliação do desempenho ou o conceito seja utilizado como parcela da nota final de curso. Especificamente na ECEME, estudar a validade de manter em sigilo os graus e as notas obtidas pelos alunos.

Para concretizar essas ações fez-se necessário aperfeiçoar e treinar os recursos humanos que trabalham nos EE, uma vez que todas essas ações visam em ultima instância sanar os problemas didáticos e metodológicos, especialmente da AMAN, EsAO e ECEME enumerados ao longo do documento Fundamentos para a modernização do Ensino do Exército.

#### **4.1.4) Recursos humanos e Infra-estrutura das escolas**

As ações direcionadas aos recursos humanos consistiram na realização de um estágio sobre administração de ensino, atualização pedagógica e supervisão escolar voltado para os diretores de ensino e chefes de divisão de ensino que não possuíam formação específica para esta área, ou seja, são antes de tudo, apenas militares. Os estágios foram nas seguintes áreas: preparação para trabalhar objetivos da área afetiva; preparação do avaliador do desempenho e informática aplicada ao ensino.

Sem o aperfeiçoamento dos recursos humanos não há possibilidade de almejar uma modernização do ensino militar, uma vez que a responsabilidade de formação e modificação didático-metodológica esta centrada nesse quadro de oficiais. Assim, o Projeto Nr 05 – Desenvolvimento de Recursos Humanos na Área de Ensino – propôs instrumentos de permanente aperfeiçoamento e atualização dos

quadros de docentes e da administração escolar, além de considerar a utilização de módulos de ensino a distancia.

Estimulou e valorizou os professores, proporcionando o estabelecimento de um plano de carreira e de incentivos à permanente reciclagem e, atualização profissional, bem como exigiu dos professores do magistério do Exército e os nomeados em comissão que possuíssem licenciatura nas respectivas graduações, além de permitir a movimentação de professores a fim de facilitar o nivelamento do corpo docente, e selecionar pedagogos e bibliotecários para o QCO, com o objetivo de atender às necessidades atuais e futuras das escolas em profissionais dessas áreas.

Mas, aperfeiçoar apenas os recursos humanos não era o suficiente para modernizar o sistema de ensino, ainda faltava às melhorias na infra-estrutura que necessitou do apoio da Alta Administração do Exército para incluir na proposta orçamentária do Ministério os seguintes projetos de melhoria:

Reativação e modernização das bibliotecas; construção de salas de aula e restauração de parques na AMAN; equipar melhor os laboratórios; proporcionar aos cadetes e, alunos das escolas de formação de oficiais da ativa no ato da matrícula, um computador pessoal para se familiarizarem com os avanços da informática e facilitar o seu aprendizado; estudar a criação de um órgão encarregado de fomentar o uso da Informática no ensino, com as seguintes atribuições:

- pesquisar e propor o uso de aplicativos educacionais e de programas militares;
- desenvolver e difundir programas para facilitar e agilizar a administração do ensino e, para facilitar o relacionamento externo do Exército criar uma home-page do Sistema de Ensino na Internet para possibilitar o intercâmbio entre militares e civis, além de incentivar a participação de professores civis e militares em cursos, estágios, congressos, e outros eventos patrocinados por outras instituições nacionais ou estrangeiras, e finalmente, convidar professores civis para integrar o corpo docente da AMAN, EsAO e ECEME na qualidade de professore visitantes.

O Projeto de Modernização não ficou estagnado a esses projetos, mas continuou durante o segundo semestre de 1996 e o ano de 1997 onde foram apresentados o Programa de Leitura que incentivou alunos e professores ao hábito de ler, o trabalho em grupo e sua importância ao longo da carreira com ênfase na História Militar destacada pelo acervo das bibliotecas que passaram a receber software que gerenciam e intercomunicam-se com as bibliotecas facilitando e

incentivando o Projeto de Leitura. O uso da informática, também foi estimulado e contribuiu para uma situação de auto-aperfeiçoamento e também para o desenvolvimento do Ensino a Distância (EAD).

Já o tema em destaque que prevalece em todas escolas foi à liderança, com grande destaque nos currículos para a disciplina História Militar e seus grandes heróis e feitos militares.

Durante toda a pesquisa e análise das modificações no sistema de ensino militar, apenas duas ainda não foram realmente utilizadas pelas escolas, são elas: a didática do “aprender a aprender” e a integração dos currículos entre a AMAN, EsAO e ECEME.

#### **4.2) Metodologia do ensino militar: “aprender a aprender”**

Dentre todas as modificações no Sistema Educacional Militar, descritas acima, duas merecem ênfase para comprovar alguns erros do Projeto de Modernização de Ensino, ou seja, e a reformulação dos currículos e a metodologia supostamente utilizada nas escolas, principalmente a didática do “aprender a aprender”, voltada ao desenvolvimento da atitude de pesquisa e da capacidade de auto-aperfeiçoamento por parte do corpo discente, visando sua instrumentalização para manejar conhecimentos em vertiginoso avanço na contemporaneidade.

Como bem sabemos, segundo a didática do ensino tradicional o docente é o detentor e transmissor do saber, já o aluno é o receptor e reproduzidor das informações padronizadas, sendo a repetição do conteúdo nas avaliações o medidor da aprendizagem. Esse método é utilizado no ensino tradicional, mas com a metodologia proposta pelo DEP o “aprender a aprender”, segundo Wortmeyer, “a eficácia para a aprendizagem do discente que determinará se as estratégias utilizadas pelo docente foram ou não as mais adequadas”<sup>109</sup>.

Na realidade o discente irá testar os conhecimentos do professor, bem como a aprovação ou não da sua didática, com isso, não podemos afirmar que o aluno possa escolher ou determinar o conteúdo ministrado em sala de aula, apenas irá contribuir para a avaliação do professor.

---

<sup>109</sup> WORTMEYER, Daniela Schmitz (Ten.). Aprender a Aprender no Ensino Militar: avanços e equívocos na prática pedagógica. In: <http://www.ensino.eb.br> – consultado dia 20 de setembro de 2005, às 1100hs, pg.02.

Segundo Wortmeyer, o discente exerce um papel ativo na construção do conhecimento, utilizando-se do fato de que não existe transmissão de conhecimento, no máximo de informação, o que a leva a concluir que sem uma atividade mental construtiva própria, vinculada às necessidades internas do sujeito, o conhecimento não se produz. E é justamente aí que o discente participa, segundo a autora, ativamente do processo ensino-aprendizagem.

Já o docente fica designado o papel de facilitador do processo sendo responsável em elaborar métodos didáticos que instigue a busca do discente pelo conhecimento, ou seja, cabe ao professor despertar em seus alunos a busca pelo conhecimento.

Portanto, a avaliação da aprendizagem deve priorizar o processo de construção do conhecimento, não basta, portanto, a verificação das respostas esperadas, não podemos nos contentar com uma reprodução do conhecimento como ferramenta de avaliação, é necessário investigar como ele adquiriu os conceitos estudados, se é capaz de aplicá-los como ferramentas para a solução de problemas concretos, se estabelece relações com outros conceitos, como parte de uma elaboração coerente.

Esse método de avaliação é fruto da didática adotada pelo docente e das estratégias empregadas pelo discente para aprender, pois uma vez que optou pela simples memorização não será capaz de elaborar uma argumentação consistente e os conceitos ficarão dispersos ao longo da resposta, mas se refletiu sobre o assunto abordado e sala de aula poderá argumentar a respeito das respostas e defender um ponto de vista próprio com base no raciocínio fundamentado.

O objetivo prioritário do “aprender a aprender” é o desenvolvimento do saber pensar, ou seja, a agilidade mental que é responsável pelo exercício da liderança. O discente não pode apenas produzir as informações ou idéias, mas deve ter uma leitura crítica sobre o assunto, já ao docente cabe estimular o raciocínio do aprendiz e não se contentar com respostas prontas.

Essa teoria do “aprender a aprender” pode ser extremamente relevante, mas o fato é que embora seja utilizada em todo o processo de reformulação didática não foi utilizado integralmente nos estabelecimentos de ensino militar, pois não condiz com a realidade do universo militar pautado na hierarquia e disciplina.

#### 4.2.1) Teoria versus prática

Com a apresentação da teoria do “aprender a aprender” fica fácil enumerar algumas falhas na prática utilizada pelas escolas militares, entre elas destacamos:

A destituição do docente de ao direcionar o processo ensino-aprendizagem - essa premissa praticamente anula o papel do professor, pois cabe ao aluno buscar o conhecimento sozinho, sem a interferência ou opinião do docente, pois tal atitude privaria o discente de buscar suas próprias soluções. Mas, a realidade não segue a risca a teoria, aumentando ainda mais a responsabilidade do professor que não pode mais se limitar à transmissão de conteúdos, mas deve despertar no aluno a busca pelo conhecimento, fornecendo subsídios para que o mesmo prossiga em seu raciocínio e apresente ao final a sua própria leitura ou opinião referente a determinado tema, desde que adequadamente fundamentado.

Assim, o docente continua exercendo o papel de transmissor de informações para que o aluno possa construir soluções próprias.

Outro fator é a desvalorização da aquisição de conhecimentos básicos, sendo que uma das interpretações do construtivismo piagetiano afirma que todos os conhecimentos deveriam ser “descobertos” pelo discente, com base em suas hipóteses espontaneamente alinhavadas, com isso o professor não precisa auxiliar ou despertar o aluno para o conhecimento, mas como nenhum conhecimento é construído ou obtido do nada, e sim, a partir de outros já existentes, uma outra interpretação do construtivismo piagetiano enfoca a necessidade dos alunos compreenderem os problemas que deram origem às soluções construídas pelas gerações anteriores, reconstruindo assim, esses problemas e podendo finalmente, estruturar mentalmente os fundamentos do que foi ou é considerado correto, realizando uma aprendizagem significativa.

O ensino militar adotou a segunda leitura do construtivismo piagetiano e, a teoria do “aprender a aprender” não significa que não é mais preciso dominar os conhecimentos já estabelecidos, mas sim que o discente passe a se relacionar com os mesmo de forma ativa, compreendendo seu processo de construção e não como mero depositário de informações.

O enrijecimento de fórmulas didáticas também é outro problema, pois visa um caminho ideal, ou um método único utilizado por todos os docentes, com todas as turmas e em qualquer disciplina ou assunto, ou seja, uma padronização das técnicas

de ensino, o que não condiz com a perspectiva de ensino centrada no discente, como prioriza o “aprender a aprender”.

Já a ausência de dispositivos adequados para despertar o interesse do aluno pela pesquisa, também demonstra a ineficácia da teoria, uma vez que ensino e pesquisa devem caminhar juntos, pois só assim, o aluno irá despertar pela busca do conhecimento, ficando portanto a cargo do docente que além de ter uma especialização em determinada disciplina, seja também um pesquisador da aprendizagem, estudando estratégias para aproximar as atividades pedagógicas do mundo dos jovens discentes.

Assim, a orientação aos discentes quanto à pesquisa científica é precária, pois não são orientados pelos professores quanto aos métodos e procedimentos de pesquisa resultando em trabalhos acadêmicos que não corresponde ao padrão almejado, pela simples falta de conhecimento de metodologias adequadas para abordar em pesquisas acadêmicas.

O uso da crítica pelo aluno, por exemplo, a qualquer docente ou método utilizado em sala de aula, supõe fundamentalmente um desrespeito às normas de conduta, principalmente quando lembramos da hierarquia militar presente no dia-a-dia do oficial. Mas, pode se tornar uma tarefa rotineira dependendo do que entendemos por crítica e proporcionar o resultado almejado, ou seja, conduzir discentes à reflexão sobre as informações recebidas a fim de consolidar o conhecimento visando uma aprendizagem significativa o que para Wortmeyer, pode ser traduzido como

A participação ativa do discente sempre implicará o respeito às normas de convivência social, incluindo as particulares à instituição militar. Certamente, cabe ao educador intervir também nesse aprendizado afetivo, orientando e esclarecendo quanto aos limites do relacionamento com superiores, pares e subordinados<sup>110</sup>.

Confundir o treinamento com produção de conhecimento é mais um erro, pois treinamento nada mais é que adestramento de habilidades, ou seja, a realização de determinadas atividades pelo discente, se questionamento, pois é algo testado e comprovado a sua eficácia, já a aprendizagem conceitual exige uma compreensão

---

<sup>110</sup> Idem, Ibidem , pg. 06.

aprofundada, sem respostas padronizadas, uma vez que seu foco não é habilidades psicomotoras e sim cognitivas, utilizadas na resolução de problemas práticos.

Como podemos constatar o “aprender a aprender” não poder ser utilizado discriminadamente em todas as disciplinas e muito menos adotar um método único de aprendizagem, mas o sistema educacional militar ao longo de todo o Processo de Modernização de ensino prioriza tal didática, de uma maneira específica, ou seja, o professor participa ativamente do processo de aprendizagem do discente em todas as fases. Vimos também que o treinamento específico para o ensino militar não adota tal didática, uma vez que tem objetivos particulares.

Mas, a adoção de tal metodologia implica primeiramente na desaprendizagem por parte dos docentes, pois precisam adotar estratégias pedagógicas que não foram habituados a utilizar, necessitando, portanto, de uma constante atualização através da continuidade da formação acadêmica e da participação em eventos científicos relacionados à educação e à sua disciplina específica, além é claro, do desenvolvimento de pesquisa que propicia ao professor a busca incessante pelo conhecimento e a elaboração própria sobre sua ciência possibilitando aos mesmos adquirirem competência para a plena implementação dos princípios da moderna pedagogia.

Além da didática do “aprender a aprender”, o Projeto de modernização do ensino militar chama à atenção do Exército para a necessidade da revisão dos currículos, buscando primeiramente a integração tanto na área do pessoal quanto na área material que depende dos recursos financeiros, já o aprimoramento dos oficiais é de responsabilidade dos EE que tem sua origem no homem militar graduado pela AMAN.

#### **4.2.2) Integração Curricular**

Como o Exército dispõe de um sistema educacional próprio e independente, podemos defini-lo como um processo contínuo e progressivo, constantemente atualizado e aprimorado, de educação sistemática, que se estenderá através da sucessão de fases de estudos e práticas de exigências sempre crescentes desde a

iniciação até os padrões mais apurados de cultura profissional e geral e, a integração dos currículos<sup>111</sup> é uma das premissas da modernização do ensino.

Para atingir esse objetivo primeiramente necessitamos abordar os fatores que interferem na elaboração de um currículo escolar, tais como:

- Fatores biopsicológicos – idade, interesses e necessidades, as diferenças individuais, a teoria de aprendizagem a ser adotada, etc.;

- Fatores sócio-econômicos e culturais – a realidade na qual se encontram professores e alunos;

- Fator lógico – o conteúdo propriamente dito relacionado com as teorias do conhecimento.

Esses fatores são básicos para a confecção de qualquer currículo, mas no sistema de ensino militar, o que direciona a elaboração dos currículos dos EE é a própria Lei do Ensino – Lei 6265 de 19 de novembro de 1975, que dispõe sobre o ensino no Exército, responsável pelo preparo do militar, ao longo de sua carreira, para desempenhar cargos e funções existentes em sua organização. Sendo assim, o desempenho de cargos e funções é um resultado definitivo das atividades educacionais, já as propostas no currículo correspondem aos objetivos gerais.

A maior falha nos currículos da AMAN, EsAO e ECEME, segundo análise de Azevedo, são os objetivos gerais, pois não transmitem com clareza os propósitos do educador, nem tão pouco mencionam os meios e matérias que serão utilizados. Há a necessidade de descrever objetivos particulares, condizentes com determinado Curso ou Estágio e, integrá-los às matérias que compõe o currículo, ou seja, não há comunicação entre as matérias e cursos oferecidos pelo sistema de ensino militar, o que leva a temas repetitivos nas aulas e assuntos não abordados.

Mas, todas as atividades de ensino devem despertar as virtudes militares, enfocando os problemas de vocação e de oportunidade psicológica; a seleção, a formação e o aperfeiçoamento dos instrutores e professores e que cada EE possua uma estrutura administrativa e uma dinâmica de funcionamento compatível com a sua própria finalidade e com os objetivos de seus currículos.

---

<sup>111</sup> Fomos buscar o conceito de currículo em uma monografia de um militar que assim o define. O currículo pode ser entendido como um plano no qual se estabelecem determinados objetivos e se prescrevem experiências que possam levar o aluno a alcançar esses objetivos e onde encontramos, ainda, sugestões para avaliar até onde essas experiências estão conduzindo aos objetivos educacionais propostos. Cf: AZEVEDO, José Cosme de (Tem. Cel. Art.). O papel da AMAN, da EsAO e da ECEME na formação e aperfeiçoamento do oficial. Necessidade de integração de currículos. Rio de Janeiro:ECEME, 1985. (Monografia).



Quanto ao ensino militar de nível superior (AMAN, EsAO e ECEME), consta em seus currículos três objetivos: formação, aperfeiçoamento e altos estudos e deve ser, segundo os critérios da Lei de Ensino e seu Regulamento, atualizado constantemente, para atender às exigências profissionais e condizer com a preparação específica do militar.

Cabe, portanto a Diretoria de Formação e Aperfeiçoamento (DFA) assegurar a continuidade dos currículos das escolas, proporcionando uma continuidade no processo de ensino dos EE o que implica em integrar os currículos das três escolas.

Alguns problemas são facilmente perceptíveis para constatar que tais currículos não têm qualquer integração, pois o ensino profissionalizante na EsAO cria um hiato no processo de ensino, dito fundamental, entre a AMAN e a ECEME que equivalem respectivamente a uma graduação e uma especialização ou pós-graduação, sem esquecer do grande intervalo entre os cursos da EsAO e ECEME, mais ou menos oito a dez anos, após o oficial ter concluído o curso na AMAN e, de três a dez anos após ter cursado a EsAO possibilitando um distanciamento do oficial dos estabelecimentos de ensino, além do fato de formarem classes, tanto na EsAO quanto na ECEME de turmas com formação e especialização diferentes.

Essas dificuldades podem ser sanadas com a integração dos currículos das três escolas e com medidas práticas, tais como a diminuição do período entre os cursos da AMAN e EsAO e desta com a ECEME, ou seja, a ligação anual do Curso Preparatório - CPrep/EsAO com os cursos da AMAN para ensejar possíveis modificações nos currículos do CPrep/EsAO que poderá evitar de abordar Escalão Unidade, atendo-se apenas à subunidade, atualizando desta forma, os assuntos anteriormente ministrados na AMAN e, por outro lado, a AMAN para fins de planejamento e execução do ensino, particularmente nos assuntos técnicos, aborde o conteúdo dos currículos de ensino da EsAO.

Já a integração curricular entre a AMAN e a ECEME situa-se em temas específicos, como por exemplo, Geografia, História, Movimentos Revolucionários, Inglês, além é claro do Português presente em qualquer nível escolar. Entre a EsAO e a ECEME o que dificulta a integração é a característica do ensino da primeira escola que oferece diferentes cursos, com formação específica para cada Arma, Quadro ou Serviço, e, conseqüentemente esses oficiais ingressam na ECEME com um conhecimento superficial da tática geral, o que obriga a escola a fazer um

esforço especial para complementar esse conhecimento, portanto, a solução seria dar maior profundidade e abrangência aos conhecimentos de tática geral na EsAO.

Assim o ensino militar que visa a formação e aperfeiçoamento dos oficiais, com um processo contínuo e progressivo e constantemente atualizado, caso não faça não adote uma didática condizente com os objetivos da formação militar e concretize a integração curricular das três escolas dificilmente conseguirá modernizar seus quadros como prevê o Projeto de Modernização de Ensino do Exército Brasileiro.

Toda essa análise sobre o sistema de ensino do Exército, nos anos noventa, após a ditadura militar, comprova empiricamente a autonomia dos militares perante a política educacional castrense e na elaboração e definição de interesses da Força, reforçando mais uma vez algumas das prerrogativas militares no governo civil democrático.

## CONCLUSÃO

As idéias principais discutidas nas páginas anteriores foi primeiramente a de que o Gen. Ernesto Geisel ao assumir a Presidência, em 1974, iniciou o processo de distensão de maneira lenta, gradual e segura que apresentava como objetivo maior a superação do estado de exceção, ou seja, a saída do regime militar. Assim, a história desse período nos relata a criação e utilização de uma política direcionada para o setor militar que promovesse, segundo critérios e interesses estipulados pelas Forças Armadas, a sua saída do governo e conseqüentemente a manutenção de sua autonomia, com ênfase para o ensino militar, analisado ao longo desse trabalho.

Esse processo foi desencadeado, segundo a bibliografia consultada, pela resistência militar frente à opressão e repressão que os membros dos grupos de inteligência praticavam, sem muitas vezes ter o conhecimento, a autorização ou mesmo o controle do governo militar, levando a algumas fissuras na instituição militar, em especial, no Exército.

Com a retirada estratégica dos militares do poder, os primeiros anos do governo civil ficaram marcados pela presença constante de ministros militares, além da interferência que as Forças Armadas exerceu em todo o mandato do governo Sarney, principalmente na elaboração da Constituição de 1988, onde mais uma vez exerceram a tutela política para definir interesses econômicos e sociais sob o pretexto de defender as instituições, a lei e a ordem. Essa tutela foi possível primeiramente pelo fato dos militares terem iniciado e promovido toda a distensão e principalmente pelo descaso da sociedade civil, em especial, os governantes, durante a elaboração da Constituição de 1988, pela destinação das Forças Armadas e a defesa, que não despertou grande interesse, nem pelo Congresso Constituinte e nem mesmo pela sociedade, permanecendo assim, o mesmo texto das Constituições anteriores.

A sociedade não foi capaz de estabelecer grandes vínculos orgânicos com a sociedade política e, embora a consciência democrática tenha avançado e ampliado a participação, não havia instâncias capazes de agregar e organizar em nível político-estatal os múltiplos interesses sociais e dar vazão e operacionalidade às reivindicações populares, prevalecendo sempre a tutela política dos militares.

Assim, mesmo com o fim do regime militar e a elaboração da Constituição de 1988 pelos dirigentes civis, as Forças Armadas conservaram o poder e inúmeras prerrogativas ao definir durante o regime civil suas missões e prioridades, ou seja,

Ao fim, as implicações da função militar nos moldes da Constituição Federal apontam na direção de um modelo de autonomia, pois não rompeu definitivamente com injunções jurídicas que, de alguma forma, foram consideradas pelo próprio aparelho militar como legitimadoras das intervenções e de resto refletem as singularidades do período, marcado pela tutela das Forças Armadas ao governo Sarney, e, mais ainda, por uma cultura política que atribui às Forças Armadas funções que não lhe caberiam, mas que se institucionalizaram no sistema político, daí a dificuldade de alterações significativas<sup>112</sup>.

Uma das principais prerrogativas, objeto de análise da tese, foi o sistema de ensino militar, especificamente do Exército que tem até os dias de hoje plena autonomia para reger seus estabelecimentos de ensino, uma vez que a LDB/MEC não tem ingerência alguma sobre o ensino castrense. O interesse por tal prerrogativa se deu pelo fato de que o ensino militar é responsável pela formação e aperfeiçoamento dos militares, além de ser um dos pilares de sustentação da instituição juntamente com a hierarquia.

A formação dos militares também é uma condicionante para a atuação militar nas esferas da sociedade civil, pois esta assegura homogeneidade de comportamento a seus membros implicando em uma grande adesão a ordem vinda de seus superiores. Nessa situação os rumos e o equilíbrio da atuação militar dependem do grau de controle hierárquico ou, como alternativa, do grau de controle exercido por outras lideranças mais difíceis quanto maiores forem as insatisfações dos militares como cidadãos e seres sociais<sup>113</sup>.

Como sendo uma organização bem estruturada, vimos que as Forças Armadas possuem objetivos e estratégias bem definidas e fundamentados em doutrinas formuladas e disseminadas pela Força garantindo o seu funcionamento e

---

<sup>112</sup> SOARES, Samuel Alves. Forças Armadas e Sistema Político na Democracia. São Paulo: USP/FFLCH, 2000, pg. 90. (Tese de Doutorado).

<sup>113</sup> FLORES, Mário César. Bases para uma política militar. Campinas, São Paulo: Ed. UNICAMP, 1992, pg. 29

intervenção mesmo no regime democrático. Para definir e disseminar tais objetivos, o Exército se utiliza da autonomia que exerce no sistema de ensino militar, uma vez que, “o tipo de preparo militar não depende do regime político, mas do problema de defesa que exista; seja ditadura, democracia, monarquia ou república, a ameaça que deve ser superada é que vai definir que tipo de Forças Armadas é necessário”<sup>114</sup>.

Assim, após o afastamento do Exército do primeiro plano governamental com manutenção da sua autonomia, uma das principais prerrogativas a ser trabalhada pela Força foi o Sistema de Ensino militar, uma vez que até meados da década de noventa o Departamento de Ensino e Pesquisa (DEP), bem como o Estado-Maior do Exército (EME) não conhecia e nem tinha controle sobre o sistema de ensino militar o que nos remete a concordar mais uma vez Peixoto<sup>115</sup> ao afirmar que não há nenhum trabalho acadêmico de âmbito militar ou civil, que conseguiu reunir e esclarecer os elementos e características intrínsecas da instituição militar.

Neste caso, ficou comprovado, empiricamente, com o documento Fundamentos para a Modernização do Exército, o desconhecimento, da própria Força, do sistema educacional das escolas militares, bem como o perfil de seus oficiais, uma vez que os EE não tinham arquivos ou mesmo dados estatísticos referentes aos alunos, instrutores, coordenadores, professores, etc.

Não podemos ainda, deixar de mencionar o fato de que até mesmo entre as escolas não havia uma interligação, nem de informações educacionais e nem dos dados estatísticos o que nos leva a afirmar que a obrigatoriedade imposta aos oficiais para mudar de posto na escala hierárquica não condiz com as próprias escolas, uma vez que o desconhecimento de uma para outra é visível, sem falar da falta de diálogo entre os recursos humanos do EE e o DEP que só foi estabelecido com o novo sistema de avaliação e reformulação da metodologia utilizada nas escolas, fruto do treinamento, aperfeiçoamento e valorização dos oficiais que formam o Quadro do Magistério Militar.

A conclusão que chegamos é que apesar de reconhecerem as falhas no sistema de ensino, o Exército, mesmo após o planejamento e utilização do Projeto de Modernização de Ensino que tem como objetivo maior preparar o oficial para as

---

<sup>114</sup> Idem, Ibidem, pg. 174.

<sup>115</sup> PEIXOTO, Antônio Carlos. Exército e Política no Brasil. In: ROUQUIÉ, Alain (Coord.). Os Partidos Militares no Brasil. Rio de Janeiro: Ed. Record, 1980, pgs. 28-30.

novas ameaças do século XXI, ainda apresentam falhas, tais como o longo período que os oficiais ficam distantes dos EE dificultando a aprendizagem de novas técnicas e a reciclagem e, conseqüentemente o seu aperfeiçoamento para assim corresponder com as necessidades que o Exército acredita ser prioritária, além do fato das ações propostas pelo Projeto, entre elas o uso da didática “aprender a aprender” que confere ao aluno a possibilidade de direcionar e escolher o seu conhecimento, o que é totalmente inadequado com o ensino militar pautado na disciplina e hierarquia, e também, a integração de currículos entre a AMAN, EsAO e ECEME que não foi concretizada com o Projeto tornando a formação e o aperfeiçoamento dos militares repetitiva e ultrapassada e comprovando que a teoria não representa a realidade dos estabelecimentos de ensino militar.

Assim, apesar de terem como Chefe Supremo o Presidente da República, o Exército Brasileiro continua exercendo sua autonomia para reger o seu sistema de ensino, bem como definir as possíveis ameaças ao país e executar suas missões e, como prova basta conhecermos o Projeto de Modernização de ensino para constatar que em nenhum momento, tanto na fase de execução do projeto quanto na prática de tais medidas, o governo civil sequer interferiu em qualquer cláusula ou ação, endossando mais uma vez a participação dos militares no âmbito civil e confirmando a tutela política.

## Bibliografia

### Livros e capítulos de Livros

ABRAHANSSON, Bengt. **A socialização profissional**: teoria, ética e espírito de corpo. In: BANÓN, Rafael & OLMEDA, José Antonio. *La institución militar en el Estado contemporáneo*. Madrid: Alianza Editorial, 1985.

AGÜERO, Felipe. “*Las Fuerzas Armadas en una época de transición: perspectivas para el afianzamiento de la democracia en América Latina*”. Paper apresentado na reunião do projeto “La Cuestión Cívico-Militar en las Nuevas Democracias de America Latina”, Buenos Aires, 22 de maio de 1997.

ALBUQUERQUE, J. A. Guilhon & DURHAN, Eunice R.(coords.). *A transição política: necessidades e limites da negociação*. São Paulo: USP, 1987.

ALVES, Maria H. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Rio de Janeiro: Vozes, 1985.

ARON, Raymond. *Paz e Guerra entre as nações*. Brasília: Ed. UNB, Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2002.

BAÑÓN, R. & OLMEDA, R. *La institución militar en el Estado contemporáneo*. Madrid: Alianza, 1985.

BAQUER, Alonso. *El militar en la sociedad moderna*. Madri: Edema, 1988.

BITTENCOURT, Getúlio. *A quinta estrela: como se tenta fazer um presidente no Brasil*. São Paulo: Ed. Ciências Humanas, 1978.

BOBBIO, N. *O futuro da democracia: uma defesa da regra do jogo*. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1986.

BLACHA, Edmar L. & KLEIN, Herbert S. (orgs.). *A transição incompleta: Brasil desde 1945*. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1986.

BRIGAGÃO, Clóvis. *A militarização da sociedade*. Rio de Janeiro: Zahar Editor, 1985.

CARRILHO, Maria. *Forças Armadas e mudança política em Portugal no século XX: para uma explicação sociológica do papel dos militares*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1985.

CASTRO, Celso & D'ARAUJO, Maria C. (orgs.). *Democracia e Forças Armadas no Cone Sul*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2000.

\_\_\_\_\_. **A transição do regime militar para a democracia**. In: CASTRO, Celso & D'ARAUJO, Maria C. (orgs.). *Democracia e Forças Armadas no Cone Sul*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2000. pp. 217-243.

\_\_\_\_\_. *Militares e política na Nova República*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001.

COELHO, Edmundo C. *Em busca de identidade*. O Exército e a política na sociedade brasileira. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2000.

COMBLIM, Joseph. *A ideologia da segurança nacional: o poder militar na América Latina*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1980.

COUTO, Ronaldo Costa. *Tancredo: casos e acasos*. Rio de Janeiro: Ed. Record, 1997.

\_\_\_\_\_. *História indiscreta da ditadura e da abertura*. Rio de Janeiro: Ed. Record, 1998.

CHAVES JR, Edgard de D. A. *Legislação penal militar*. Rio de Janeiro: Ed. Forense, 1996.

CLAUSEWITZ, Carl von. *Da Guerra*. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 1996.

D'ARAUJO, Maria C.; SOARES, Gláucio A. D. & CASTRO, Celso (orgs.). *Visões do golpe: a memória militar sobre 1964*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

\_\_\_\_\_. *Os anos de chumbo: a memória militar sobre a repressão*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995a.

\_\_\_\_\_. *A volta aos quartéis: a memória militar sobre a abertura*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995b.

DESCH, Michael. **Threat environments and military missions**. In: DIAMOND, Larry & PLATTNER, Marc. *Civil relations and democracy*. Baltimore, Maryland: Johns Hopkins, 1996.

DIAMINT, Rut. **A construção da supremacia civil nas áreas de defesa e segurança na América do Sul**. In: SAINT-PIERRE, H. L. & MATHIAS, S. K. (orgs.). *Entre votos e botas: as Forças Armadas no labirinto latino-americano do novo milênio*. Franca:UNESP-FHDSS, 2001, pp.17-38.



\_\_\_\_\_ (ed.). *Control civil y FFAA en las nuevas democracias latinoamericanas*. Buenos Aires: Nuevo hacer. Grupo Editor latinoamericano, 1999.

DREIFUSS, René A. & DULCI, Otávio Soares. *As Forças Armadas e a Política*. In: SORJ, Bernardo & ALMEIDA, Maria H. T. de. **Sociedade política no Brasil pós-1964**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1983.

DINIZ, Eli. *Reforma do Estado e governabilidade*. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

DINIZ, Eli; BOSCHI, Renato & LESSA, Renato. *Modernização e consolidação democrática no Brasil: Dilemas da Nova República*. Rio de Janeiro: Vértice, 1989.

ELIAS, N. A. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.

Estado-Maior das Forças Armadas. *Sugestões das Forças Armadas sobre a Constituição*. Brasília, 1987.

FERREIRA, Oliveiros S. *Os militares e o desafio da revolução*. Rio de Janeiro: Ed. GRD, 1964.

\_\_\_\_\_. *Forças Armadas: para quê?* São Paulo: Ed. GRD, 1988.

\_\_\_\_\_. *Vida e morte do partido fardado*. São Paulo: Ed. Senac, 2000.

\_\_\_\_\_. *A crise da política externa: autonomia ou subordinação?* Rio de Janeiro: Ed. Revan, 2001.

FINER, S. *The man on Horseback: the role of the military in Politics*. 2. ed. Boulder: Westview Press, 1988.

FORMAN, Johanna M. **Das relações civil-militares à reforma do setor de segurança**: novos caminhos, antigas visões. In: SAINT-PIERRE, H. L. & MATHIAS, S. K. (orgs.). *Entre votos e botas: as Forças Armadas no labirinto latino-americano do novo milênio*. Franca:UNESP-FHDSS, 2001, pp.53-72.

FLORES, Mario C. *Bases para uma política militar*. Campinas, São Paulo: UNICAMP, 1992.

FRAGA, Rosendo. *La cuestión militar 1987-1989*. Buenos Aires: Centro de Estudios Unión para la Nueva Mayoría, 1989.

GARCÍA, Prudêncio. *El drama de la autonomía militar*. Madrid: Alianza, 1995.

GAITÁN, Guillermo A. P. **Relações civil-militares nas democracias emergentes da América Central**: entre o esquecimento e a esperança. In: SAINT-PIERRE, H. L. & MATHIAS, S. K. (orgs.). *Entre votos e botas: as Forças Armadas no labirinto latino-americano do novo milênio*. Franca:UNESP-FHDSS, 2001, pp.151-166.

GOFFMAN, Erving. *Manicômios, Prisões e Conventos*. São Paulo: Perspectiva, 1961.

GOODMAN, Louis. **Military roles past and present**. In: DIAMOND, Larry & PLATTNER, Marc. *Civil relations and democracy*. Baltimore, Maryland: Johns Hopkins, 1996.

HARRIES-JENKINS, Gwyn & MOSKOS JR, Charles. *Las Fuerzas Armadas y la sociedad*. Madrid, Espanha: Alianza Editorial, 1984.

HUNTER, Wendy. *Eroding military influence in Brazil – politicians against soldiers*. Chapel Hill, University of North Carolina, 1997.

\_\_\_\_\_. **Assessing civil-military relations in post-authoritarian Brazil**. In: *Latin American Studies Association XX Congress*. México, apr., 1997.

HUNTINGTON, Samuel P. *El soldado y el Estado*. Teoría y política de las relaciones cívico-militares. Buenos Aires, Argentina: Grupo Editor Latinoamericano, 1985.

HUNGTINTON, Samuel. **La mentalidad militar**. In: Bañon, Rafael & Olmeda, José. *La institución militar en el Estado Contemporáneo*. Madrid: Alianza Editorial, 1985.

HUNGTINTON, Samuel. **Poder, Ideologia e profissionalismo**: as relações civis-militares em Teoria. In: Bañon, Rafael & Olmeda, José. *La institución militar en el Estado Contemporáneo*. Madrid: Alianza Editorial, 1985.

\_\_\_\_\_. *A terceira onda*. São Paulo: Ed. Ática, 1994.

\_\_\_\_\_. **Reforming civil-military relations**. In: DIAMOND, Larry & PLATTNER, Marc. *Civil relations and democracy*. Baltimore, Maryland: Johns Hopkins, 1996.

JANOWITZ, Morris. *O soldado profissional*. Estudo social e político. Rio de Janeiro: Ed. GRD, 1967.

LAMOUNIER, Bolívar. **O discurso e o processo**. In: RATTNER, Henrique. *Brasil 1990: caminhos alternativos do desenvolvimento*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1979.

\_\_\_\_\_. *Voto de desconfiança: eleições e mudanças políticas no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 1980.

LAMOUNIER, Bolívar & FARIA, J. Eduardo. *O futuro da abertura: um debate*. São Paulo: ED. Cortez, 1981.

LAMOUNIER, Bolívar & MENEGUELLO, Raquel. *Partidos políticos e consolidação democrática – o caso brasileiro*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1986.

LAMOUNIER, Bolívar. **O “Brasil autoritário” revisitado**: o impacto das eleições sobre a abertura. In: STEPAN, Alfred (org.). *Democratizando o Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1988.

LEIRNER, Piero de C. *Meia volta volver*. Um estudo antropológico sobre a hierarquia militar. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

LIEUWEN, Edwin et alii. *Militarismo e política na América Latina*. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 1964.

LINZ, Juan J. & O´DONNELL, Guillermo. *Problems of democratic transition and consolidation*. Southern Europe, South America, and post-communist Europe. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1996.

LÓPEZ, Ernesto. *El ultimo levantamiento*. Buenos Aires, Legasa, 1988.

\_\_\_\_\_. *Relaciones cívico-militares y orden democrático: los límites de los actores*. Buenos Aires, 1991. (Informe de resultados para la Fundación Ford).

LÓPEZ, Ernesto & PION-BERLIN, David. *Democracia y cuestion militar*. Buenos Aires: Universidad Nacional de Quilmes, 1996.

LÓPEZ, Ernesto. **Os militares sob o poder civil**. In: CASTRO, Celso & D´ARAUJO, Maria C. (orgs.). *Democracia e Forças Armadas no Cone Sul*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2000, pp.244-262.

\_\_\_\_\_. **A construção do controle civil**: Argentina, Brasil e Chile. In: SAINT-PIERRE, H. L. & MATHIAS, S. K. (orgs.). *Entre votos e botas: as Forças Armadas no labirinto latino-americano do novo milênio*. Franca:UNESP-FHDSS, 2001, pp.93-110.

LOUREIRO NETO, José da S. *Direito penal militar*. São Paulo: Ed. Atlas, 1995.

LUDWIG, Antônio C. Will. *Democracia e ensino militar*. São Paulo: Cortez, 1998.

MARTINS, Luciano. **A liberalização do regime autoritário no Brasil**. In: O'DONNELL, Guillermo. *Transições do regime autoritário*. São Paulo: Vértice, 1988.

MATHIAS, Suzeley Kalil. *Distenção no Brasil: o projeto militar*. Campinas, São Paulo: Ed. Papirus, 1995.

\_\_\_\_\_. *A militarização da burocracia: a participação militar na administração federal das comunicações e da educação (1963-1990)*. São Paulo: Ed. UNESP, 2004.

Ministério do Exército. *Destinação constitucional das Forças Armadas*. Brasília, 1987.

MOISÉS, José A. & ALBUQUERQUE, J. A. (orgs.). *Dilemas da consolidação democrática*. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1989.

MORAES, João K. Quartim de et alii.. *Tutela militar*. São Paulo: Ed. Vértice, 1987.

\_\_\_\_\_. *Liberalismo e ditadura no Cone Sul*. Campinas:UNICAMP, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2001.

MOSKOS, Charles C. et al. *The postmodern military: Armed Forces after Cold War*. New York: Oxford University, 2000.

MOSKOS, Charles C.;WOOD, Frank R. *Lo militar: más que una Profesión?* Madrid: Ministerio de Defensa, 1991.

O'DONNELL, Guillermo. *Modernización y autoritarismo*. Buenos Aires: Belgrano, 1982.

O'DONNELL, Guillermo; SCHMITTER, Philippe & WHITEHEAD, Laurence (orgs.). *Transitions from authoritarian rule: Comparative perspectives*. Baltimore e Londres: Johns Hopkins University Press, 1986a.

O'DONNELL, Guillermo. *"E eu com isso: notas sobre sociabilidade política na Argentina e Brasil"*. São Paulo: Ed. Vértice, 1986b.

O'DONNELL, Guillermo & SCHMITTER, Philippe. *Transições do regime autoritário: primeiras conclusões*. São Paulo: Ed. Vértice, 1988.

OLIVEIRA, Eliézer R. de. **O aparelho militar: papel tutelar na Nova República**. In: MORAES, João K. Quartim de et alii. *Tutela militar*. São Paulo: Ed. Vértice, 1987.

\_\_\_\_\_. *De Geisel a Collor. Forças Armadas, transição e democracia*. Campinas: Ed. Papirus, 1994.

OLIVEIRA, Eliézer R. de & SOARES, Samuel Alves. **Forças Armadas, direção política e formato institucional**. In: CASTRO, Celso & D'ARAUJO, Maria C. (orgs.). *Democracia e Forças Armadas no Cone Sul*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2000, pp.98-124.

PITARCH, José L. *El honor y el honor militar*. Barcelona, Buenos Aires, México, DF: Grijalbo, 1984.

PRZEWORSKI, Adam. **Como e onde se bloqueiam as democracias**. In: MOISÉS, José A. & ALBUQUERQUE, J. A. *Dilemas da consolidação democrática*. Rio de Janeiro: Ed. Apz e Terra, 1989.

ROUQUIÉ, Alain. *O estado militar na América Latina*. São Paulo: Ed. Alfa-Ômega, 1984.

ROUQUIÉ, Alain; LAMOUNIER, Bolívar & SCHWARZER, Jorge (orgs.). *Como renascem as democracias*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1985.

SAIN, Marcelo F. *Frágil democracia: Collor, Itamar, FHC e os militares (1990-1998)*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização brasileira, 2000.

SAINT-PIERRE, Héctor Luís. **Defesa e segurança na América Latina: a questão militar**. In: SAINT-PIERRE, Héctor Luís & MATHIAS, Suzeley Kalil (orgs.). *Entre votos e botas: as Forças Armadas no labirinto latino-americano do novo milênio*. Franca:UNESP-FHDSS, 2001, pp.39-52.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Poder e política: crônica do autoritarismo brasileiro*. Rio de Janeiro: Ed. Forense Universitária, 1978.

SELLCHER, Wayne A. (org.). *Political liberatization in Brazil: dynamics, dilemmas and future perspectives*. Bouldier, Westview Press, 1986.

SILVA, Golbery do C e. *Conjuntura política nacional, o poder executivo & geopolítica do Brasil*. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1981.

SOARES, Gláucio A. & D'ARAUJO, Maria Celina (orgs.). *21 anos de regime militar: balanços e perspectivas*. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

SORJ, Bernardo & ALMEIDA, Maria H. T. de. *Sociedade e política no Brasil pós-64*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1983.

SOUZA, Maria do C. Campello. **A Nova República brasileira: sob a espada de Dâmocles**. In: STEPAN, Alfred (org.). *Democratizando o Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1988.

SCHWARTZMAN, Simon. *Bases do autoritarismo brasileiro*. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1982.

STEPAN, Alfred. *Os militares e a política*. Rio de Janeiro: Artenova, 1975.

\_\_\_\_\_. *Os militares: da abertura à Nova República*. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1986.

\_\_\_\_\_. **As prerrogativas militares nos regimes pós-autoritários**: Brasil, Argentina, Uruguai e Espanha. In: STEPAN, Alfred (org.). *Democratizando o Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1988.

\_\_\_\_\_. *Repensando los militares em política*. Cono Sur: um análises comparado. Buenos Aires: Planeta, 1989.

SKIDMORE, Thomas E. **A lenta via brasileira para a democratização: 1974-1985**. In: STEPAN, Alfred (org.). *Democratizando o Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1988.

TOLLEFSON, Scott D. *Civil-military relations in Brazil: the myth of tutelary democracy*. Washington, 1995. (paper presented at Lasa Congress).

USTRA, Carlos A. B. *Rompendo o silêncio*. Brasília: Ed. Paz e Terra, 1987.

TOURAINÉ, Alain. *O que é democracia?* Petrópolis: Ed. Vozes, 1996.

WEBER, Max. *Ciência e política: duas vocações*. São Paulo: Ed. Cultrix, 1999.

WEFFORT, Francisco. **Por que democracia?** In: STEPAN, Alfred (org.). *Democratizando o Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1988.

ZAVERUCHA, Jorge. *Rumor de sabres: tutela militar ou controle civil?* São Paulo: Ed. Ática, 1994.

\_\_\_\_\_. *Frágil democracia: Collor, Itamar, FHC e os militares (1990-1998)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

### **Periódicos**

ALMEIDA, M. H. Tavares de. *Os democratas no fio da navalha*. **Novos Estudos CEBRAP**. São Paulo, dezembro, 1981.

ANGELL, Alan. *O apoio internacional à transição para a democracia na América Latina*. **Lua Nova**, n° 21, São Paulo, outubro de 1990.

ARBILLA, José M. *Arranjos institucionais e mudança conceitual nas políticas externas argentina e brasileira (1989-1994)*. **Contexto Internacional**, vol. 22, n° 02, 10/12/2000, pp. 337-385.

BARBOSA, Rubens A. *O lugar do Brasil no mundo*. **Cadernos do Terceiro Mundo**. Rio de Janeiro, vol. 06, n° 56, 10/07/1983, pp. 40-61.

CERQUEIRA, Carlos M. Nazareth. *Questões preliminares para a discussão de uma proposta de diretrizes constitucionais sobre a segurança pública*. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, ano 06, n° 22, 1998, pp. 139-182.

COELHO, Edmundo Campos. *A instituição no Brasil: um ensaio bibliográfico*. **BIB: o que se deve ler em ciências sociais no Brasil**. Rio de Janeiro, Anpocs, 1990, pp. 335-359.

\_\_\_\_\_. *A constituinte e o papel das Forças Armadas*. **Política e Estratégia**, vol. III, n° 03, jul-set., 1985.

CORDOBA, Valeria. *A vitória da estabilidade*. **Cadernos do Terceiro Mundo**. Rio de Janeiro, vol. 21, n°186, 10/06/1995, pp. 26-27.

COSTA, Valeriano M. Ferreira. *As Forças Armadas e a Nova Ordem Constitucional: limites e possibilidade da integração institucional dos militares ao regime democrático*. São Paulo, **cadernos CEDEC**, n° 16, 1991.

DUCATENZEILLER, Graciela et alii. *A democracia incerta: Argentina, Brasil, México e Peru*. **Novos Estudos CEBRAP**. São Paulo, vol. 34, 10/11/1992, pp.165-197.

ERICO, Marcelo. *O governismo e seus cúmplices*. **Cadernos do Terceiro Mundo**. Rio de Janeiro, vol. 20, n° 178, 10/10/1994, pp. 23-25.

FERRAZ, Francisco C. Alves. *Influência militar na atual política brasileira: erosão ou retirada?* **Revista de Sociologia e Política**, vol. 13, novembro de 1999, pp. 179-182.

MATHIAS, Suzeley Kalil. *Os militares na constituição: a reconstrução da autonomia*. **Política e Estratégia**, vol. IX, 1991.

OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de. *Política de defesa nacional e as relações civis-militares no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso*. **Premissas**, caderno 17-18, UNICAMP, Campinas, Núcleo de Estudos Estratégicos, maio, 1998, pp. 37-68.

SARAIVA, Miriam Gomes & TEDESCO, Laura. *Argentina e Brasil: políticas exteriores comparadas depois da Guerra Fria*. **Revista Brasileira de Política Internacional**. Brasília, vol. 44, n° 02, 10/12/2001, pp. 126-150.

SOARES, Samuel Alves. *Marcha moderada: as estratégias de uma abertura por contenção*. **Premissas**, caderno 17-18, UNICAMP, Campinas, Núcleo de Estudos Estratégicos, maio, 1998, pp.139-168.

SOUZA, Maria do C. Campello & KUGELMAS, Eduardo. *Eleições 82*. **Novos Estudos CEBRAP**, vol. 02, n° 01, abril 1983, pp. 02-07.

STEPAN, Alfred. *O que estão pensando os militares?* **Novos Estudos CEBRAP**, julho de 1983, pp. 02-07.

VERBITSKY, Horácio. *Os nos a serem desfeitos*. **Cadernos do Terceiro Mundo**. Rio de Janeiro, vol. 06, n° 62, 10/01/1984, pp. 38-40.

ZAVERUCHA, Jorge. *As relações civil-militares no primeiro governo da transição brasileira: uma democracia tutelada*. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n° 29, 1994, pp. 162-178.

\_\_\_\_\_. *Perrogativas militares: de Sarney a Cardoso*. **Monitor Público**, n° 12, 1997, pp. 24-35.

### **Documentos**

BRASIL: MEC – Lei 9394/98. ART. 83.

Decreto n° 341, de 13 de novembro de 1991, e o Decreto n° 909, de 02 de setembro de 1993, que dispõe sobre o ensino no Exército.

Decreto N° 3.182, de 23 de setembro de 1999.

DIRETRIZES PARA A MODERNIZAÇÃO DE ENSINO. Ministério do Exército. Departamento de Ensino e Pesquisa. Portaria 25, julho de 1996.

DIRETRIZES PARA A REFORMULAÇÃO DE ENSINO. Ministério do Exército. Departamento de Ensino e Pesquisa. Portaria Nr 28, jun., 1997.

ESTATUTO DOS MILITARES. Ministério do Exército. Brasília, Distrito Federal. Lei n° 6.880, de 09 de dezembro de 1980.

Lei do Ensino do Exército, Lei N° 9786, de 08 fev., de 1999.

Lei n° 8.040, de 05 de junho de 1990, dispõe sobre o ensino militar do Exército brasileiro.



Lei nº 7.576, de 23 de dezembro de 1986, que alteraram a Lei nº 6.265, de 19 de novembro de 1975, a qual dispõe sobre o ensino no Exército.

### **Dissertações e Teses**

CONCEIÇÃO, Gilmar H. da. *A educação e a formação militar de nível médio: a EsPCEEx – análise de alguns elementos*. São Paulo: UFSCAR, 1990. (Dissertação de Mestrado).

COSTA, Valeriano M. Ferreira. *Ressentimento e Revolta*. Formação cultural e radicalização política dos jovens oficiais da Escola Militar da Praia Vermelha: 1874-1889. São Paulo: FFLCH-USP, 1990. (Dissertação de Mestrado).

FÁZIO, Ednéia. *Formação e Perfil dos alunos da Escola Preparatória de Cadetes do Exército (1990-2000)*. Franca: FHDSS-UNESP, 2003. (Dissertação de Mestrado).

KUHLMANN, Paulo R. Loyolla. *O serviço militar, democracia e defesa nacional: razões da permanência do modelo de recrutamento no Brasil*. São Paulo: FFLCH-USP, 2001. (Dissertação de Mestrado).

LUDWIG, Antônio C. Will. *A formação do oficial brasileiro e a transição democrática*. Campinas: FE-UNICAMP, 1992. (Tese de Doutorado).

MATHIAS, Suzeley Kalil. *Forças Armadas e administração pública: a participação militar nas comunicações e na educação (1963-1990)*. CAMPINAS: IFCH-UNICAMP, 1999. (Tese de Doutorado).

SOARES, Samuel Alves. *Militares e pensamento político: análise de monografias da Escola de Comando e Estado Maior do Exército (1985-1993)*. São Paulo: FFLCH-USP, 1994. (Dissertação de Mestrado).

SOARES, Samuel Alves. *Forças Armadas e sistema político na democracia*. São Paulo: FFLCH-USP, 2000. (Tese de Doutorado).

### **Sites**

[www.exercito.gov.br](http://www.exercito.gov.br)

[www.ead.ime.eb.br](http://www.ead.ime.eb.br)

[www.dep.ensino.eb.br](http://www.dep.ensino.eb.br)